

Brasil, imigração e emigração:

desafios da
interdisciplinaridade
na pesquisa de
processos
históricos e
contemporâneos

Helion Póvoa Neto
Miriam de Oliveira Santos
organizadores



**Brasil, imigração e emigração:
desafios da interdisciplinaridade
na pesquisa de processos
históricos e contemporâneos**

Helion Póvoa Neto
Miriam de Oliveira Santos
organizadores

**Brasil, imigração e emigração:
desafios da interdisciplinaridade
na pesquisa de processos
históricos e contemporâneos**

E-book



São Leopoldo
2024

© Dos autores – 2024

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Patricia Reinheimer

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza Marques Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

B823 Brasil, imigração e emigração: desafios da interdisciplinaridade na pesquisa de processos históricos e contemporâneos [E-book]. / Organização de: Helion Póvoa Neto e Miriam de Oliveira Santos – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

174 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-262-2

1. Imigração – História – Brasil. 2. Emigração – História – Brasil. 3. Historiografia. 4. Imigração italiana. 5. Deportação – Brasileiros – Estados Unidos. I. Póvoa Neto, Helion. II. Santos, Miriam de Oliveira.

CDU 325.14

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
<i>Gustavo Junger da Silva</i>	
<i>Angelita Alves de Carvalho</i>	
Introdução: Brasil, imigração e emigração: desafios da interdisciplinaridade na pesquisa de processos históricos e contemporâneos	9
<i>Helion Póvoa Neto</i>	
Leituras e releituras da imigração italiana no Sul do Brasil	18
<i>Vania B. M. Herédia</i>	
Imigração, memórias e historiografia: os percursos e trajetórias dos açorianos em São Paulo no século XX	40
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
Brasileiros(as) na Itália durante a pandemia de Covid-19 em 2020	66
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
Colonialidade e gênero: mulheres brasileiras imigrantes em Portugal e na França	79
<i>Gisele Maria Ribeiro de Almeida</i>	
Uma análise introdutória sobre a deportação dos brasileiros dos Estados Unidos	101
<i>Gislene Santos</i>	
<i>Duval Magalhães Fernandes</i>	
Agenciadores, discriminação e mundo migrante: um debate necessário no Brasil	110
<i>Isis do Mar Marques Martins</i>	
“Quase um brasileiro”: gringos, cordialidade e a burocracia de imigração no Brasil	125
<i>Thaddeus Gregory Blanchette</i>	

Estrutura e funcionamento da fase inicial do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes da Cidade do Rio de Janeiro – CRAI RIO	148
<i>Catalina Revollo Pardo</i>	
<i>Adel Bakkour</i>	
Autores e organizadores	170

Apresentação

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) caracteriza-se como um importante grupo de pesquisa sobre a temática migratória, com quase 25 anos de atividades regulares, cuja composição reflete a dimensão interdisciplinar e interinstitucional do Núcleo, que se notabiliza por reunir, em uma perspectiva ampla, diversos enfoques, metodologias e recortes temáticos possíveis no campo dos estudos migratórios.

Em 2019, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sediou o VI Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). A realização do evento possibilitou uma aproximação das pesquisas do NIEM com aquelas realizadas no Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, bem como das discussões acerca da produção, potencialidades e limitações dos dados relativos à temática Migrações.

Passados quatro anos e uma pandemia que impactou todos, em 2023 o Seminário NIEM retornou à ENCE para a sua 7ª edição. Uma oportunidade para retomada de importantes debates, assim como a inauguração de novas discussões, em especial no que tange às expectativas aos dados e informações geradas pelo então recente encerramento do Censo Demográfico 2022. O VII Seminário NIEM abordou ainda temas relacionados à imigração em perspectiva histórica, migrações e mobilidade no Brasil, a presença de brasileiros no exterior, as identidades e subjetividades nos deslocamentos, além de discussões sobre as políticas de imigração e refúgio na América Latina.

Mais uma vez, o Seminário do NIEM caracterizou-se como uma atividade de parceria interinstitucional, na qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, associa-se, através da ENCE, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, ao Instituto Multidisciplinar/UFRRJ, ao Instituto de Ciências

Humanas e Sociais/UFRRJ, ao GRISUL/UNIRIO, ao Instituto de Geografia/UFRJ e à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz para a promoção e compartilhamento do necessário debate acadêmico sobre temas relevantes para os estudos migratórios numa perspectiva interdisciplinar.

Gustavo Junger da Silva
Angelita Alves de Carvalho

Introdução

Brasil, imigração e emigração: desafios da interdisciplinaridade na pesquisa de processos históricos e contemporâneos

Helion Póvoa Neto

O NIEM e o Seminário de 2023

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) é uma rede de pesquisadores, professores, estudantes, ativistas e outras pessoas sensíveis ao tema dos migrantes, refugiados, deslocados, minorias no Brasil e no mundo. Ativo desde o ano de 2000, promove regularmente atividades em sua sede, como apresentações de trabalhos, filmes, debates e outras atividades em nome da pesquisa, da extensão, do ensino e da mobilização quanto à temática migratória.

O núcleo foi criado visando, desde o início, oferecer uma oportunidade de encontro, troca de experiências e informações, além de facilitar iniciativas de pesquisa conjunta, envolvendo docentes, pesquisadores, estudantes, ativistas e interessados em geral na migração como campo de estudo principal ou correlato. Outras temáticas relacionadas, como as questões étnicas, de racismo, xenofobia, proteção de direitos de minorias, também agregaram participantes ao NIEM.

A migração, tema interdisciplinar por excelência, interessa a uma gama bastante ampla de disciplinas na área das ciências humanas e sociais, além de ser também questão política cada vez mais relevante e motivo de engajamento, pessoal ou coletivo, para sujeitos interessados na mudança social e na defesa de direitos. Com isso, a participação nas atividades do NIEM representou oportunidade para que se transpusessem os limites das instituições acadêmicas de ensino e de pesquisa, insti-

tuições públicas estatais e da sociedade civil. A relevância do tema migratório sempre extravasou para muito além daqueles limites e convidava à interação.

Sendo assim, o NIEM passou a organizar, desde 2000, encontros para a apresentação de trabalhos de pesquisa desde a sua concepção, em andamento e os já finalizados, atividades de extensão universitária, desdobramento de atividades de ensino nos diversos níveis, debates de obras artísticas relacionadas ao tema migratório, etc.

Buscou-se também aliar as oportunidades de encontro à produção científica, divulgada tanto em livros publicados como através do site do NIEM.¹ Os seminários do núcleo, que resultaram em publicações, foram sediados, fisicamente, em instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Pastoral do Migrante do Rio de Janeiro e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano de 2019, o VI Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) foi realizado na ENCE/IBGE, tendo dele resultado a publicação dos Anais, que podem ser consultados no site do núcleo.²

Os anos de 2020, 2021 e 2022 foram marcados no Brasil e no mundo por grandes restrições ao deslocamento e aos contatos presenciais. Tais restrições, que impactaram enormemente os sujeitos que são a razão de ser do NIEM, os migrantes, não deixaram de afetar, como é evidente, também as vidas dos integrantes do núcleo e suas atividades regulares.

A pandemia de Covid-19 permitiu que fosse contestada até mesmo a ideia de que a humanidade poderia continuar a ser, como tantos destacavam, “crescentemente móvel”³, levantando-se fortes tendências à contenção e mesmo impedimento do deslocamento nas escalas internacional, nacional, regional e local. Nem todas as impressões desse tempo se realizaram; é possível perceber que, hoje, as migrações não só continuam na ordem do dia como os debates sobre política migratória conhecem um momento de exacerbação.

Buscando permanecer em contato e manter vivo o debate sobre a conjuntura migratória, os processos sociais em andamento e as tarefas de ensino, extensão e pes-

¹ Acessando-se o site <http://niem.com.br/>, é possível conhecer ou consultar as publicações do NIEM na forma de livros e de anais.

² Disponível em: <https://niem.com.br/seminarios-niem/vi-seminario-niem/>.

³ Segundo Bacci (2024, p. 9).

quiza, o NIEM passou a desenvolver boa parte de suas atividades em forma remota. Tal fato, que decorreu da necessidade do isolamento social, mudou bastante a dinâmica do núcleo, permitindo que algumas atividades tivessem um alcance maior, especialmente. Mas, ao mesmo tempo, desacelerou as dinâmicas de encontro presencial, que vinham sendo, desde 2000, uma das marcas do grupo de integrantes e outras pessoas afins ao NIEM.

Ainda que a migração, na escala global, vivesse um momento crítico, nem por isso ela deixava de se oferecer como formidável desafio à reflexão e à atuação daqueles que acompanhavam a sua dinâmica. Afinal, forças que já há tempo se faziam sentir, como, por um lado, a hostilidade aos migrantes e a tendência ao fechamento de fronteiras, com a culpabilização dos que se deslocavam e, por outro, a percepção do quão vital é o deslocamento migratório para a dinâmica social como um todo.

A migração mesmo reprimida, criminalizada e pintada com cores dramáticas como “perigosa”, “contaminante” e outros epítetos, continuava a se fazer sentir em toda a sua relevância, tanto econômica, para o funcionamento dos mercados de trabalho, como cultural, com toda a possibilidade de difusão e enriquecimento cultural que representa.

O Brasil participava, intensamente, dessa radicalização das posições políticas quanto à migração, inclusive oferecendo uma possibilidade de retórica às posições extremistas de direita que viviam uma ascensão no país, na onda de um contexto internacional que as favorecia.⁴ A visibilidade do tema migratório e a indiscutível centralidade que passou a ocupar, crescentemente, no debate político nacional e internacional não fizeram mais do que crescer desde então.

Em 2023, ao longo de seu lento processo de retomada das atividades presenciais, o NIEM promoveu o seu VII Seminário, sediado, uma vez mais, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE), local onde já se realizara o Seminário de 2019.

Tal como em seminários anteriores, o evento reuniu participantes de diversas instituições do Rio de Janeiro e de outras cidades, voltados à compreensão dos processos migratórios nas mais diversas escalas e relacionados a diferentes dimensões da realidade social. O tema da pandemia, que tanto afetara os processos de deslocamento espacial nos anos anteriores e que continuava a exercer fortes constrangimentos

⁴ Ver a respeito Póvoa Neto (2022).

sociais, esteve presente, assim como as novas tendências migratórias e a reflexão sobre os processos históricos.

É como um registro parcial dos trabalhos apresentados nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2023, na ENCE/IBGE, que a presente obra se justifica. Ela atesta a vitalidade do NIEM e a disposição de seus integrantes para, interagindo com diversas disciplinas, persistir pesquisando e refletindo criticamente sobre os desafios representados pela realidade migratória dos tempos passados, do presente e das tendências futuras que já se fazem sentir.

Os trabalhos apresentados no Seminário

No NIEM conviveram, desde o início do grupo, os estudos históricos da imigração no Brasil com os relativos à chegada de imigrantes e refugiados no momento presente. Um pressuposto dessa convivência sempre foi a compreensão de que os processos históricos do passado continuam a marcar a sociedade nacional, ao permitir processos de identificação dos descendentes e ainda ao oferecer modelos que se veem confrontados à experiência da nova imigração.

As características da imigração já ocorrida são comparadas, com alguma frequência, às da migração atual, oferecendo oportunidade para comparações e, muitas vezes, debate quanto a imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”⁵. O fato de o Brasil ter passado a receber, a partir das décadas finais do século XX, imigrantes e refugiados do chamado Sul Global convidou à comparação do presente com processos passados, geralmente numa perspectiva crítica frente ao presente e com certo grau de idealização da imigração histórica.

Essa constante invocação do passado, mesmo quando se analisam processos contemporâneos que obedecem a condicionamentos diversos, torna necessária a análise crítica da experiência histórica, o que é buscado por três dos capítulos da presente coletânea. Vania B. M. Herédia, ao avaliar a produção científica sobre imigração italiana na história do Rio Grande do Sul, Elis Regina Barbosa Angelo, analisando a vinda de portugueses açorianos para o estado de São Paulo, e Thaddeus Gre-

⁵ Para uma problematização dos conceitos de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis” ver, para a experiência histórica brasileira do Estado Novo, Koifman (2012) e, para uma consideração do caso brasileiro face ao contexto migratório internacional, Póvoa Neto (2023).

gory Blanchette, ao reivindicar o lugar dos anglo-americanos na narrativa histórica da imigração no Brasil, oferecem contribuições diversas.⁶

O fato de as imigrações portuguesa e italiana terem sido, quantitativamente, as mais expressivas ao longo de um período que inicia no século XIX e se estende até a década de 1930 fez com que estivessem entre as mais estudadas na historiografia da imigração no Brasil.⁷ Os trabalhos de Herédia e Angelo oferecem a oportunidade de avaliar como as produções acadêmicas nacionais e internacionais guardam especificidades entre si, no que se refere aos ângulos pelos quais avaliam os processos históricos. Também a dimensão regional é destacada à medida que as autoras procuram perceber como os discursos sobre a imigração afetam a percepção da história pelas populações locais.

A reavaliação da experiência histórica da imigração não é a única forma pela qual esta pode afetar as migrações do presente. Também a ascendência europeia ofereceu a possibilidade para a facilitação da emigração para o exterior de brasileiros descendentes de imigrantes. O caso dos ítalo-brasileiros é especialmente reconhecido como um dos expressivos nesse particular pelas oportunidades que a lei italiana oferece. Ainda que marcadas por difíceis processos burocráticos, elas permitem a possibilidade de muitos candidatos à emigração buscarem adquirir a cidadania daquele país. O trabalho de Maria Catarina Chitolina Zanini sobre brasileiras e brasileiros na Itália durante a epidemia de Covid ilustra bem como emigrantes viveram esse processo ao longo de um período particularmente difícil para migrantes em todo o mundo.⁸

As dificuldades para brasileiras no exterior e a maneira como as dimensões racial e de gênero marcam a recepção das emigrantes também em outros países europeus, Portugal e França, são objeto da análise de Gisele Maria Ribeiro de Almeida.⁹ Portugal é um país marcado pela migração “de retorno” de brasileiros, descendentes de portugueses ou não. E onde a visão colonial dos portugueses sobre o Brasil ainda é marcante. Já no caso francês, parece claro que, embora não se trate de descendentes de nacionais daquele país, também lá a ascendência europeia é um marcador quan-

⁶ Capítulos “Leituras e releituras da imigração italiana no Sul do Brasil”, “Imigração, memórias e historiografia: os percursos e trajetórias dos açorianos em São Paulo no século XX” e “Quase um brasileiro”: gringos, cordialidade, e a burocracia de imigração no Brasil”.

⁷ Ver, a respeito, Patarra (1995).

⁸ Capítulo “Brasileiros(as) na Itália durante a pandemia de Covid-19, em 2020”.

⁹ Capítulo “Colonialidade e gênero: mulheres brasileiras imigrantes em Portugal e na França”.

to à forma como as imigrantes são percebidas e tratadas. A autora indica que o preconceito contra imigrantes vai além do fato de ser estrangeiras: as características étnicas e raciais fazem diferença com a veiculação de estereótipos que influem nos processos de integração à sociedade francesa.

O trabalho de Almeida deixa clara a centralidade do racismo e da xenofobia, frequentemente exercidos sobre sujeitos que se deslocam em busca de melhores condições de vida. Mas outras formas de violência, até mais explícitas e exercidas diretamente pelos aparatos de Estado, são sentidas contra os brasileiros no exterior. A contribuição de Gislene Santos e Duval Magalhães Fernandes focaliza um outro momento do difícil processo da emigração para o Norte Global, no caso para os Estados Unidos.¹⁰ Trata dos processos de deportação daqueles que falham em conseguir transpor, com sucesso, a fronteira daquele país ou que são objeto de prisão quando surpreendidos em situação de irregularidade migratória.

O tema do deslocamento interrompido, tal como tratado por Santos e Fernandes, permite que o entendimento do exercício da violência nos processos migratórios não se restrinja aos processos de expulsão nos casos de guerras, despossessão da terra, grandes projetos de desenvolvimento e desastres, mas abarque também a atuação estatal com toda a cobertura legal nas fronteiras internacionais.¹¹

A violência contra migrantes é sentida também nas estratégias a que esses necessitam recorrer para a travessia de fronteira, o estabelecimento no país de destino e a regularização de sua situação migratória. Isso ocorre com a imigração mais recente, sendo que a contribuição de Isis do Mar Marques Martins analisa a complexidade dos trâmites e agenciamentos envolvidos no que se refere, especificamente, ao caso dos haitianos no Brasil.¹² A autora reitera ainda as observações sobre os emigrantes brasileiros no exterior e a difícil transposição da fronteira norte-americana.

Cabe observar aqui como as dificuldades para a regularização migratória apresentam-se como mais candentes quando se trata de estrangeiros provenientes de países do Sul Global, em especial aqueles que ingressam pela fronteira do território nacional, conforme analisado por Martins. Mas não se restringem a eles, já que a burocracia das autoridades ligadas ao controle da presença de estrangeiros implica

¹⁰ Capítulo “Uma análise introdutória sobre a deportação dos brasileiros dos Estados Unidos”.

¹¹ Ver Vainer (1995).

¹² Capítulo “Agenciadores, discriminação e mundo migrante: um debate necessário no Brasil”.

dificuldades também para aqueles provenientes de países desenvolvidos, conforme expõe a contribuição de Blanchette.

Para além da violência racial e de gênero, das dificuldades burocráticas, da repressão aos deslocamentos na fronteira e da necessidade do recurso a agenciadores, o estabelecimento de imigrantes e refugiados no Brasil passa ainda pela questão da necessidade de moradia, temporária ou permanente, para os recém-chegados. O relato de Catalina Revollo Pardo e Adel Bakkour sobre a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, de um Centro de Referência de Atenção a Imigrantes (CRAI) oferece um registro desse difícil processo.¹³ Tais problemas, que acarretam para imigrantes e refugiados uma situação de vulnerabilidade, compromete os objetivos de uma política migratória atenta a direitos.¹⁴

A pandemia de Covid-19, já mencionada nesta introdução, foi um elemento a mais de agravamento das situações de vulnerabilidade, preconceito e repressão verificadas em todo o mundo durante os últimos anos, também verificada no Brasil com imigrantes e com brasileiros no exterior. As contribuições de Zanini e de Martins evidenciam essa questão e oferecem um registro importante de como a mobilidade internacional foi impactada e adquiriu características que continuarão a se fazer sentir ainda por bastante tempo.

Os textos aqui reunidos, além de oferecer a possibilidade de análise de processos migratórios históricos e contemporâneos, expõem também algumas possibilidades da interdisciplinaridade no que tange ao estudo das migrações. O estudo das migrações implica compreender diversos aspectos, cobertos por múltiplas disciplinas, já que o ato de migrar, parte de um movimento histórico global, envolve relacionamentos entre pessoas, grupos, classes e instituições.¹⁵ Tema eminentemente interdisciplinar, a migração exige o concurso das diversas áreas do saber, resistindo a tentativas de apreensão de sua totalidade a partir de um único campo acadêmico.¹⁶

Duas observações finais encerram esta introdução ao livro. A primeira é quanto à importância do relato em primeira pessoa, quanto aos temas abordados e também no que se refere às experiências de pesquisa. Isso se faz sentir sobretudo nos capítu-

¹³ Capítulo “Estrutura e funcionamento da fase inicial do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes da Cidade do Rio de Janeiro – CRAI RIO”.

¹⁴ Para uma avaliação da problemática mais geral da moradia temporária para imigrantes e refugiados ver Greco (2024).

¹⁵ Santos, Alves e Silva (2021, p. 269).

¹⁶ Seyferth (2004, p. 34).

los de Zanini, Almeida e Blanchette. O conhecimento sobre as migrações produz-se numa constante interação entre a busca por fontes históricas, a leitura de obras teóricas e de artigos científicos e a vivência pessoal, que pode ser tanto da própria migração como de solidariedade aos sujeitos migrantes.

A segunda observação trata da importância das formas de pesquisa associadas ao uso das tecnologias de informação e interação social através das redes. Novas metodologias para a obtenção de dados, assim como de análise de discursos veiculados pela internet e de acompanhamento de notícias veiculadas pela mídia e pela lista do NIEM¹⁷ marcam contribuições como as de Zanini, de Almeida e de Martins. Ao mesmo tempo, revelam a importância das atividades desenvolvidas de forma remota para que os processos de produção, debate e difusão do conhecimento continuem a ocorrer mesmo em condições adversas, como as enfrentadas nos últimos tempos.¹⁸

Referências

BACCI, Massimo Livi. Is Homo sapiens a growingly mobile species (in the very long run)? In: RECCHI, Ettore; SAFI, Mirna (org.). *Handbook of human mobility and migration*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing Limited, 2024. p. 2-11.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. *O Centro de Referência de Atendimento dos Imigrantes (CRAI-RIO) em um estudo de um caso: moradia temporária dos grupos refugiados na cidade do Rio de Janeiro*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2024.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PATARRA, Neide. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o per pós-30. In: HOLLANDA, S. B. de. O Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-1964). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 249-268.

PÓVOA NETO, Helion. La criminalización de las migraciones. Una mirada desde Brasil. In: HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Alberto; CAMPOS-DELGADO, Amalia (org.). *Migración y movilidad en las Américas*. México: Siglo XXI Editores/CLACSO, 2023. p.

¹⁷ A lista funciona desde 2000, ano de criação do NIEM, e pode ser assinada pelos interessados a partir do link <https://niem.com.br/sobre-o-niem/>.

¹⁸ O autor agradece à leitura atenta de Isabela Cabral Felix de Sousa para este texto.

466-494. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=2783&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1721.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ALVES, Thaynara de Lima; SILVA, Priscina de Alantino Braz. Migrantes e refugiados: entre os estereótipos e a xenofobia seletiva. In: ENNES, M.; GOES, A.; MENESES, C. (org.). *Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas*. Araçaju: Criação Editora, 2021. p. 255-271.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 57, p. 7-47.

VAINER, Carlos Bernardo. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2005. p. 251-274.

Leituras e releituras da imigração italiana no Sul do Brasil

Vania B. M. Herédia

Introdução

A produção historiográfica sobre a imigração europeia cresceu nas últimas décadas por diversas razões. Algumas delas justificam a elaboração deste estudo “Leituras e releituras da imigração italiana no Sul do Brasil”, cujos resultados são ainda preliminares. Constata-se que o nascimento da pós-graduação *stricto sensu* colabora para o avanço de estudos das migrações históricas, para a recuperação de fontes importantes na explicação do fenômeno, para o uso de novas metodologias de pesquisa e para a digitalização das fontes, que oportunizam o acesso.

Para contextualizar minha inserção nessa temática, em 1974 realizei uma pesquisa sobre descendentes de imigrantes italianos em comunidades rurais, com o objeto de estudo para a dissertação de Mestrado em Antropologia Filosófica, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Esse estudo abriu uma série de “janelas” que mostravam a necessidade de avançar no campo migratório, principalmente em estados da Federação onde a imigração italiana ocorrera.

A ocupação do Sul do Brasil não ocorreu na mesma lógica das demais regiões, e conseqüentemente a historiografia produzida acerca do Estado de São Paulo diferenciou-se das demais. As referências historiográficas, voltadas à imigração italiana no estado, estavam centradas na temática da substituição da mão de obra escrava, na imigração urbana e em experiências de parceria no uso de terras e se diferenciava, substancialmente, da área de colonização italiana no Rio Grande do Sul (RS).

As leituras sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul remetiam a explicações da colonização agrícola e da construção da identidade cultural a partir: das condições enfrentadas pelos imigrantes nos núcleos coloniais; da venda de terras devolutas, estruturadas a partir da pequena propriedade; do regime de trabalho familiar; da ação da Igreja Católica, dentre outros temas.

Naquele período (década de 1970), a produção historiográfica tradicional centrava-se em São Paulo, mas no Rio Grande do Sul se dava início a uma produção focada na imigração italiana nas comunidades rurais, nas primeiras colônias, nas formas de vida e nos modos e nas maneiras de ser e agir coletivos. Dos estudos sobre a imigração italiana no Brasil destacavam-se os de Constantino Ianni (1972)¹, Michael Hall (1969), Lucy Maffei Hutter (1987), José de Souza Martins (1979), Eunice Ribeiro, Maria Thereza Schorer Petrone (1987), Pasquale Petrone (1987), José Artur Rios, Zuleika Alvim (1983) e Giralda Seyferth (1990).

Em 1975, o Estado do Rio Grande do Sul comemorou os cem anos da colonização italiana, e as publicações que resultaram dessa comemoração são um marco na produção sobre o tema e são norteadoras de estudos futuros. A produção historiográfica que nasceu, a partir de 1975, pode ser dividida em quatro grupos: a produção realizada por pesquisadores da região, a produção historiográfica oficial, a produção acadêmica e a produção por pesquisadores estrangeiros.

A análise de “Leituras e releituras da imigração italiana no Sul do Brasil” tem como objetivo trazer para a discussão algumas obras fundamentais sobre o tema, a fim de que a análise possa ajudar o estudioso da imigração a situar as principais fontes e os acervos, localizar os clássicos dessa temática, sem confundir com produções posteriores. Dessa forma, a análise está dividida em dois momentos: a produção historiográfica da imigração italiana, a partir de 1975, e as diversas produções que tratam do tema por meio dos quatro grupos referidos acima.

A produção historiográfica da imigração italiana a partir de 1975

No ano de 1975, o Estado do Rio Grande do Sul comemorou seu centenário da imigração italiana. O governo estadual criou uma comissão para organizar as atividades comemorativas; uma delas foi um concurso monográfico sobre a presença dos italianos no RS. A data, além de significativa e simbólica, é o marco de uma série de iniciativas que divulgam a contribuição da imigração no desenvolvimento desse estado.

¹ Estudo científico sobre a imigração italiana, resultante de pesquisas realizadas na Itália, na década de 1950. O autor faz uso de documentos italianos sobre a imigração no Brasil e contextualiza o processo econômico, político e social que a Itália sofreu no período da emigração em massa.

Naquele ano, foram publicadas diversas pesquisas que nortearam os estudos futuros sobre a imigração italiana no Sul do Brasil. Dentre elas, há o estudo de Thales de Azevedo, *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, que contribui com uma visão antropológica do fenômeno, numa discussão conceitual do tema, com conceitos que marcaram a produção historiográfica. Essa obra recebeu o primeiro Prêmio no Concurso de Monografias sobre a Imigração Italiana no Certame de Letras, Biênio da Colonização e Imigração.²

Na descrição e análise, Thales de Azevedo (1975, p. 14) explicita os fatores da imigração: a política imigratória, a viagem, o regime de colonização e o processo de aculturação e assimilação, que ocorre no regime colonial. Na introdução dessa publicação, evidencia a importância da obra monumental de Jean Roche (1969) sobre a colonização alemã e como essa obra influenciou a análise dos diversos modos pelos quais o “imigrante assumiu no Rio Grande o lugar que ali ocupa e as projeções que lança para o País”. Esse autor explicita, ainda na introdução dessa obra, a produção já existente sobre a imigração, comentando que os italianos formam uma categoria à parte. Diz que

[...] não faltam análises a seu respeito em obras comemorativas de fases marcantes da imigração em alguns, em artigos da imprensa, da autoria de nomes de relevo na intelectualidade regional. Muitos são ensaios científicos, documentados e elucidativos, mesmo quando capítulos de antologias e colaborações de jornal; outros são achegas preciosas à fixação de episódios, de personalidades, de momentos ou lugares, ou são lembranças, notícias, testemunhos, memórias, biografias, genealogias, todos a pedir catalogação e coordenação para base de quaisquer novas pesquisas sérias. Faz-se necessário, como assinalaram vários estudiosos, preencher largos hiatos na crônica e na memória da área de colonização, quer no seu conjunto, quer nas suas particularidades de datas, de lugares, de acontecimentos, de pessoas. Urge buscar documentos e até livros já raros, organizar bibliografias, colher depoimentos, buscar pistas (Azevedo, 1975, p. 14).

As sugestões de Thales de Azevedo para o avanço da pesquisa, no campo da imigração italiana, foram seguidas por pesquisadores que apreciavam a região, como foi a produção bibliográfica realizada por Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni. Esses dois grandes pesquisadores tiveram papel fundamental na historiografia da imigração italiana no Sul do Brasil. Além de suas obras, foram estimuladores da produção bibliográfica, que nasceu a partir da década de 1970 com estudos de comunidades rurais,

² O governo do Estado do Rio Grande do Sul tinha como objetivo estimular o estudo da formação e do desenvolvimento dessa unidade federativa. Estimular a pesquisa sobre a contribuição das diversas etnias presentes no Rio Grande do Sul (Azevedo, 1975).

histórias de família, histórias de capelas, biografias, registro de costumes e tradições, devoções, de práticas culturais de cunhos religioso, social, econômico e linguístico.

De certa forma, ocorre o que Thales de Azevedo previa para o avanço no campo de estudos migratórios: a construção de uma história regional que recuperasse a cultura popular daqueles que habitavam os diversos lugares da imigração. Rovílio Costa preocupava-se ainda com a difusão da produção bibliográfica, por meio do retorno às comunidades daquilo que era produzido sobre elas. Muitos pacotes de livros foram enviados por ele para os municípios, às suas bibliotecas e associações, com o intuito de registrar histórias que não poderiam ser esquecidas. A lista de produções bibliográficas sobre os italianos, a partir de 1975, crescia ano a ano e havia a certeza de que a missão que Rovílio Costa havia assumido era vitoriosa. Muitos estudos foram realizados sob sua orientação e deram sentido a histórias que ainda não haviam sido escritas. Essas obras tinham endereço e refletiam a riqueza do conjunto da obra.

É oportuno recordar que, em 1975, no Concurso de Monografias sobre a Colonização e Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, promovido pelo governo do Rio Grande do Sul e pelo Instituto Estadual do Livro, o estudo de Rovílio Costa, Irineu Costella, Paulo Salame e Pedro Salame *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições* recebeu menção honrosa. Essa obra foi o ponto de partida de muitas produções realizadas pelos autores, que entrevistaram italianos e filhos de imigrantes italianos (primeira geração), em antigas colônias da imigração. Essa obra, fruto de pesquisa de campo, trata de como se organizavam os italianos, seus costumes, suas tradições, seus hábitos e de seus antepassados em comunidades.

O segundo prêmio do Concurso de Monografias sobre a Colonização e Imigração Italiana no Rio Grande do Sul é de Olívio Manfroi, autor de *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*³, que traz como contribuição uma análise sociológica do comportamento sociocultural do imigrante italiano, no contexto de Brasil. Para tal, estuda uma das principais características das colônias italianas, isto é, a religião católica como identidade cultural.

Outra obra relevante para a historiografia da imigração que também recebeu menção honrosa no Concurso de Monografias sobre a Colonização e Imigração Ita-

³ A obra de Olívio Manfroi, publicada em 1975, recebeu o segundo prêmio no Concurso de Monografias sobre a Colonização e Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, promovido pelo governo do estado e pelo Instituto Estadual do Livro. A contribuição dessa obra encontra-se na leitura que o autor faz das fontes originais que utiliza para a elaboração de sua tese de doutoramento, realizada na Universidade de Paris sob a orientação de Roger Bastide.

liana no Rio Grande do Sul é *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*⁴, de autoria de Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza. Produto de uma exaustiva pesquisa, a obra pioneira acerca da imigração contribui com cientificidade aos estudos migratórios, pois registra: a divisão geopolítico-administrativa do Norte da Itália e as correntes emigratórias, que se estabeleceram na região de colonização italiana; a distribuição dos imigrantes na região; a formação das comunidades; as correntes migratórias internas; a configuração atual da região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul, bem como a comunicação linguística da região e os dialetos italianos.

Ainda na década de 1970, foi editada a obra *Os italianos do Rio Grande do Sul*, de Luís Alberto De Boni e Rovílio Costa. A primeira edição (1979) anuncia a importância dos estudos realizados e a necessidade de que sejam produzidos outros, a fim de contemplar a riqueza do processo imigratório no Rio Grande do Sul.⁵ A obra desses dois pesquisadores amplia-se por meio de pesquisas, acordos de cooperação internacional e coleções que registraram a história das pequenas comunidades. Chama a atenção a cooperação internacional que nasceu nos anos 1980 com a Fondazione Agnelli, que financiou uma série de eventos a partir dos quais nasceu a coleção *Presença italiana no Brasil*, que reúne pesquisadores da área e foca no tema Migrações italianas no mundo. Além dessa coleção, foram publicados três volumes que incluem, além do Brasil, a Argentina e os Estados Unidos. A Fondazione Giovanni Agnelli editava a revista *Altreitalie*, que também reunia estudos acerca das migrações internacionais, coordenada por Madalena Tirabassi.

Das primeiras coleções organizadas por Rovílio Costa e Luís Alberto De Boni, destaca-se a *Coleção imigração italiana*⁶, em que autores – dentre tantos outros importantes – tais como Aquiles Bernardi, Pe. Felix Busatta, Ricardo Liberali, Carlos

⁴ A pesquisa realizada por Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, de 1973 e 1974, abrangia um levantamento de dados nos acervos dos arquivos: da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, do IBGE, Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e da Biblioteca Pública de Porto Alegre. Além desses arquivos, a pesquisa envolveu as paróquias e as capelas da região de colonização italiana no RS (Frosi; Mioranza, 1975, p. 15).

⁵ De Boni comenta na quarta edição de *Os italianos do Rio Grande do Sul*, publicada em 2011 pela EST, que a carência de estudos, prevista na primeira edição, havia sido cumprida, uma vez que muitas comunidades tiveram sua história contada; as dissertações e teses fortaleceram as linhas de pesquisa na pós-graduação, e estudos populares e comunitários sobre as comunidades foram pesquisados (De Boni, 2011, p. 10).

⁶ Na lista de publicações editadas pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes (EST), que envolvia essa coleção até 1984, constavam 62 títulos, o que representava a força da coleção pela reunião de estudos sobre os italianos até então.

Zagonel, Fidélis Dalcin Barbosa, Fortunato Giacomel, Pio Galeazzi, Angelo Giusti, Redovino Rizzardo, Frei Bernardin D’Apremont e Bruno de Gillonnay, Loraine Slomp Giron, Vania Beatriz Pisani Merlotti, Arthur Rabuske, Ítalo Balen, escrevem sobre diversos temas dessa temática.

Ainda há o registro da obra de Frei Bernardin D’Apremont e de Bruno de Gillonnay *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*, publicada pela Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes (EST) em 1976, com apresentação de Itálico Marcon e Carlos Albino Zagonel. A importância dessa obra encontra-se no uso de arquivos e relatórios dos Capuchinhos franceses, fonte posterior dos pesquisadores que citamos até aqui. A obra também utiliza dados da revista italiana *Italica Gens* e da revista francesa *Rosier*, fonte para os estudiosos da imigração. Na apresentação da obra, Carlos Zagonel (1976, p. 9) diz que o melhor da celebração do Centenário da Imigração Italiana encontra-se no “entusiasmo pela descoberta e publicação de documentos inéditos, desenterrados de baús e arquivos, referentes à saga da imigração italiana em terras gaúchas”.

É oportuno destacar a obra de Loraine Slomp Giron (1977), que se debruça sobre a história de Caxias do Sul, por meio do uso de dados estatísticos do Arquivo Público Municipal, com a obra *Caxias do Sul: evolução histórica*. A historiadora inaugura uma série de estudos que colaboram com a historiografia da imigração italiana e envolvem desde aspectos históricos, os econômicos, políticos e sociais da sede da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Diversas leituras da historiografia da imigração italiana

A produção historiográfica acerca da imigração italiana nasce de vários interesses e produz interpretações acerca desse fenômeno. Para entender as narrativas que nascem dessa produção é possível caracterizá-las como provenientes de interesses distintos. Dentre elas, a produção feita por pesquisadores regionais e da academia, por serviços públicos e pesquisadores estrangeiros.

a. A historiografia feita por pesquisadores regionais

Trata de acontecimentos da região de imigração italiana sob o olhar de suas experiências. A importância desses pesquisadores na produção científica da imigração é fundamental, pois gera uma matriz marcada: pelo conhecimento da terra, pela

ilustração de acontecimentos históricos, trazidos nos documentos originais, e pela interpretação desses documentos, aliados à experiência e ao conhecimento. Essa matriz inclui autores tais como: João Spadari Adami, Natal Chiarello, Mário Gardelin, Rovílio Costa, Luís Alberto De Boni, Loraine Slomp Giron, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Sandra J. Pesavento, Silvino Santin, Pe. Luiz Sponchiado, Heloisa Adélia Eberle Bergamaschi, Maria Conceição Abel Machado, Vania B. M. Herédia, Luiza H. Iotti, Núncia Santoro de Constantino, Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro, Cleci Eulália Favero, Anelise Cavagnolli, dentre outros.

b. A historiografia produzida pela academia

A produção historiográfica que nasce em diversas universidades⁷ localizadas no Rio Grande do Sul reflete a adesão a Programas de Pós-Graduação, com linhas de pesquisa que abrangem o tema imigração/colonização. Dentre elas: a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a Universidade de Passo Fundo (UPF), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

É importante frisar que, antes da criação desses programas em algumas dessas universidades, já desenvolviam pesquisas que poderiam ser o sustentáculo do nascimento da pós-graduação, na área de conhecimento da História. Várias dissertações de Mestrado, teses de Doutorado⁸ e de livre-docência inauguram uma nova etapa da produção da imigração italiana no Rio Grande do Sul. É impossível listar aqui os nomes e títulos dessa produção, mas é necessário registrar que foi realizado um in-

⁷ O Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS foi criado em 1986 com o curso de Mestrado e, em 1995, o Doutorado foi credenciado. A Pós-Graduação em História da PUCRS foi a primeira do Estado do Rio Grande do Sul na sua área de conhecimento. O Programa iniciou sua atividade na década de 1970 do século passado com o curso de Mestrado, contando com professores externos à Instituição. O Conselho Federal de Educação credenciou o Doutorado e recondeciou o Mestrado, através do Parecer n. 638 de 1993. O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF) iniciou suas atividades em agosto de 1998. Tem como área de concentração História, Região e Fronteiras e conta com estabilizada posição de excelência na formação de pesquisadores e na produção de conhecimento, com inserção nacional e internacional. O curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na modalidade Doutorado, foi credenciado em 2019.

⁸ Algumas teses são elencadas para ilustrar a produção científica sobre o tema. Tem-se ciência de que o estudo precisa ser ampliado para que se possa dispor do conjunto de: nomes, títulos, instituições, ano de obtenção do título e orientador.

ventário⁹ da produção historiográfica acerca do fenômeno imigratório no Sul do País, que está disponível na obra *Língua, cultura e valores*, organizada por Vania B. M. Herédia e Neires Paviani. O inventário registra teses de Doutorado e dissertações de Mestrado produzidas no Rio Grande do Sul entre 1970 a 2003, sobre o tema migratório. Nesse contexto, constata-se o crescimento de pesquisas nessa temática, a partir da década de 1970, e como, gradativamente, o tema é tratado.

Para elucidar essa premissa do aumento dos estudos migratórios, vinculados aos programas de pós-graduação, descrevemos algumas teses. Dentre elas: a pesquisa de livre-docência de Carlos Zagonel, *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia. Um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*, defendida em 1975 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Instituto de Teologia e Ciência Religiosa. A pesquisa contextualiza a colonização italiana, a política imigratória, as características dos imigrantes italianos e o perfil moral do clero gaúcho. A tese de Olívio Manfroi, orientada por Roger Bastide, na Universidade de Paris, trata da colonização italiana e de suas implicações. É uma das primeiras teses de Doutorado sobre a região de colonização italiana, defendida ainda em 1975; a tese *Nacionalismo e identidade étnica em Santa Catarina*, de Giralda Seyferth (1976), em Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Ruth Cardoso. A contribuição dessa autora à pesquisa histórica e antropológica, nos estudos imigratórios, é fundamental pela análise que oferece ao leitor, sendo uma das sólidas referências no “campo interdisciplinar de estudos do pensamento social no Brasil” (Lima, 2019, p. 7).

Na última década de 1990, muitas teses de Doutorado foram produzidas sobre a temática da imigração. Destacam-se outras teses, tais como: *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade étnica entre moranenses*, de Núncia Santoro de Constantino, na Universidade de São Paulo (1990), orientada por Laima Mesgravis; a de Loraine Slomp Giron (1994), que pesquisa sobre o fascismo na região de colonização italiana no RS, com o título *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Maurício Tragtenberg; a tese de Douto-

⁹ O inventário, como já foi dito anteriormente, nasce da cátedra *A presença do humanismo latino na produção científica acerca da emigração europeia no Sul do Brasil*, parte do Programa Humanismo Latino, financiado pela Fondazione Cassamarca, de Treviso (2000-2004). O objetivo era registrar a produção historiográfica acerca do fenômeno imigratório no Sul do Brasil. O programa foi coordenado pelo Prof. Dr. Arno Dal Ri e Prof. Dr. Jayme Paviani; trouxe resultados que sintetizaram as diversas pesquisas realizadas em todo o país.

rado *L'industria tessile nella zona coloniale italiana nel Rio Grande do Sul*, de Vania Beatriz Merlotti Herédia, na Università degli Studi di Genova, orientada por Marcelo Carmagnani, em 1992; *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências: região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)*, de Cleci Eulália Favaro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação de Braz Aquino A. Brancato, em 1995; *A festa como produção de conhecimento e de identidade coletiva*, de Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, pela Universidade Federal de São Carlos, orientada por Silvio Paulo Bottomé, em 1996; ainda a tese de Regina Weber *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*, orientada por Giralda Seyferth, na UFRJ (1996); *Terra, Trabalho e Família*, de João Carlos Tedesco, pelo Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (1998), sob a orientação de Maria De Nazaré B. Wanderley; e Maria Conceição Abel Machado, com *Relações entre o poder público e a ocupação do espaço urbano em Caxias do Sul*, no Programa de História da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Maria Ligia Coelho Prado, em 1999.

Portanto, muitas teses são produzidas posteriormente sobre o tema¹⁰, e as que foram elencadas não esgotam as demais. Como esclarecimento, citamos ainda pesquisadores que terminaram suas teses de Doutorado na primeira década de 2000: Maria Catarina Zanini (USP – 2002), Luiza Horn Iotti (PUCRS – 2003), Rosemary Fritsch Brum (PUCRS – 2003), Miriam de Oliveira Santos (Museu Nacional/UFRJ – 2004), Luís Fernando Beneduzzi (UFRGS – 2004), José Clemente Pozenato (PUCRS – 2005), Vitor Otávio Fernandes Biasoli (USP – 2005); Maria Clara Mocellin (Unicampo – 2008), Antonio de Ruggiero (Università di Firenze – 2008), Renato Gilberto Gama Menegotto (PUCRS – 2011), Moacir Bolzan (Unisinos – 2011), Leonor Baptista Schwartzmann (PUCRS – 2013) e Maira Vendrame (PUCRS – 2013). As dissertações de Mestrado também contribuem para a produção de conhecimento sobre a colonização e imigração, e muitas estão citadas no inventário já descrito.

Além das pesquisas de graduação e de pós-graduação, os eventos acadêmicos também colaboraram para a ampliação do campo de conhecimento na área da imi-

¹⁰ O estudo de José Vicente Tavares dos Santos, resultado de sua pesquisa de Mestrado *Colonos do vinho, um estudo sobre a subordinação do camponês ao capital* (1977), na USP, traz uma nova forma de pesquisa de campo em áreas rurais da colonização italiana. Como aperfeiçoamento no exterior, destacamos os estudos de Helion Póvoa Neto no *Scalabrinian Internacional Migration Institute*, em 2003.

gração e colonização. A Universidade de Caxias do Sul promoveu, desde 1975, o evento denominado *Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*, que ocorreram de forma periódica. Em 1996, esse fórum agregou o I Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, sendo organizado por Juventino Dal Bó, Luiza Horn Iotti e Maria Beatriz Pinheiro Machado. A produção científica, resultado desses fóruns e simpósios, está disponível em Anais dos eventos, na própria Universidade. Outro evento sobre Imigração e Colonização tem ocorrido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em parceria com o Instituto Histórico de São Leopoldo e universidades localizadas no Rio Grande do Sul, desde 1974.

c. A historiografia oficial

A produção historiográfica oficial encontra-se em documentos governamentais que contêm dados do processo imigratório. Esses documentos comportam: relatórios governamentais, que registram as ações no período do Império, acerca das ações de cada província; correspondências, decretos, atos institucionais, relatórios, dentre outros documentos. A Legislação do Império está condensada na Coleção das Leis do Império do Brasil, no Rio de Janeiro (de 1808-1889), e a publicação dessa legislação, organizada por Luiza Iotti, denominada parte do projeto Memória do Parlamento, é “uma coletânea com ementas sobre a legislação referente à Imigração e à Colonização, no Brasil e no Rio Grande do Sul, de setores da administração pública, especialmente nos arquivos do poder legislativo” (Constantino, 2001, p. 15).

Outra produção oficial contempla os documentos publicados pelo Ministério de Relações Exteriores do governo italiano, acerca do Rio Grande do Sul. A obra *L'Emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche*, publicada pelo Conselho Regional do Vêneto na editora Ravenna, em 2018, contempla boletins do Ministério de Relações Exteriores, boletins consulares e boletins da imigração. Essa obra, organizada por Gian Paolo Romanato e Vania Beatriz Merlotti Herédia, reúne um conjunto de documentos relevantes, que permitem ao leitor a aproximação da posição que os agentes e representantes diplomáticos emitiram sobre as colônias no Sul do Brasil, na época em que visitaram as mesmas, período que compreende a fundação das colônias italianas até a Primeira Grande Guerra. Além dos boletins, a obra inclui a legislação de 1901, editada pelo Ministério das Relações Exteriores, e a legislação sobre emigração e imigração que regulamenta as

terras públicas no Estado do Rio Grande do Sul, o que oportuniza informações sobre a regulamentação da imigração no período. Essa mesma obra foi publicada pela Editora da Universidade de Caxias do Sul, em quatro volumes, disponíveis *on-line*, sob a denominação *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul* (2016).

Na historiografia oficial, há os álbuns comemorativos que descrevem a região de colonização italiana num viés econômico, político e cultural e nas publicações produzidas pelos pesquisadores e historiadores dos museus e arquivos históricos, em instituições públicas, em instituições diplomáticas, dentre outras. O álbum é relevante do ponto de vista histórico e iconográfico, pois reúne uma documentação sobre a situação dos municípios envolvidos na publicação. Em confronto com outros documentos, constata-se que os álbuns comemorativos publicados pelo governo e pelas associações de classe se tornaram fontes preciosas de referência devido à rara documentação preservada. A produção em forma de álbum foi um meio de prestigiar a região com uma publicação ilustrativa e elucidativa dos municípios que a constituíam, de seus costumes, suas tradições e crenças e de seus manifestos, como fruto da colaboração de renomados escritores do estado.

O primeiro álbum publicado foi o da comemoração do Cinquentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1925), que teve como característica reunir histórias de municípios, histórias de estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais, expoentes da indústria e do comércio, histórias de família e de seus ilustres personagens com o intuito de comemorar a epopeia da colonização agrícola. A obra, publicada em língua italiana, comprova a união entre italianos e brasileiros, que já “estavam historicamente integrados no seio imenso de latinidade pela inextinguível comunidade de origem e de ideais” (Medeiros, 2000, p. 17). A obra do primeiro cinquentenário parte da história dos italianos e da República de Piratini, mostrando como foi a relação dos italianos com a Revolução Farroupilha e a formação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lorenzo Cicheo, encarregado de presidir a comissão para organizar essa obra, contou com a colaboração de Mansuetto Bernardi, Dom José Barea, Dom Cleto Benvegnú, D. Giovanni Maria Balen, Francisco Leonardo Truda, Celeste Gobbato, Dante de Laytano, Ernesto Ronna, Giulio Lorenzoni, Antonio Bombassaro, Vincenzo Palombini, Giuseppe Bem, Francesco Barcarolo, Carlo Mantovani e Domenico Oss.

Uma monografia que contribui para a historiografia da região colonial italiana nesse álbum é a de B. Crocetta (1925), denominada *Un cinquantennio di vita*

coloniale. Gli esponenti individuali e collettivi della colonia italiana nel Rio Grande do Sul. Nesse estudo, Crocetta chama a atenção sobre as características psicológicas da imigração; a unidade e a formação coletiva; as associações, as escolas, a vida colonial, os produtores de ouro e sangue; os expoentes individuais e os fundadores das colônias e das cidades, bem como os pioneiros da ciência, das artes, das indústrias e do comércio e das obras das mulheres.

A publicação do álbum dos 75 anos da colonização italiana foi um marco na historiografia regional, pois esse documento agregou uma série de monografias sobre os municípios da zona de colonização italiana e também artigos e ensaios de historiadores, geógrafos, religiosos e professores que alargaram com seu conhecimento a riqueza da história dessas localidades, sendo uma referência para os estudos da região. Escritores como Ernesto Pellanda, Mem de Sá, B. Rambo S. J., Orlando Valverde, J. Monserrat, Pe. Ernesto Mânica, Dante de Laytano, Celeste Gobbatto, Adail Morais, Luiz Compagnoni, J. P. Coelho de Souza, Guido Giacomazzi e Moacyr Rodrigues de Oliveira participaram dessa publicação. A temática que caracterizou essa obra – além da comemoração dos 75 anos da colonização italiana e da Festa da Uva, como homenagem ao colono e aos pioneiros italianos – foi a construção dessa região, marcada pelo trabalho, pela força da religião, pela influência e ação dos pioneiros, pela opção do cultivo da vide e da industrialização da uva, pela capacidade que tiveram de se dedicar e resistir às dificuldades enfrentadas. Essa obra é uma demonstração daquilo que os italianos construíram nesses anos de colonização e reflete o poder que adquiriram com a construção dessa riqueza. Além da originalidade dos textos, a publicação consta de um acervo de fotografias que embelezam e ilustram a descrição dessa região.

O álbum da comemoração do Centenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1975) traz como destaque muitos ensaios sobre a colonização e seus pioneiros, ensaios como o de José Bacchieri Duarte, Vitalina Frosi, Ciro Mioranza, Valter Galvani, Loraine Slomp Giron, Rovílio Costa, Orlando Bavaresco, Carlos Rafael Guimarães, Lea de Albuquerque Copstein, Jaime Copstein, Thales de Azevedo, Eugênio Giordani, Redovino Rizzardo, Carlos Alberto Zagonel, Adelino Pilonetto, Henrich A. W. Bunse, Lyra Buzzatti Corsetti, Antônio Mottin, Guilhermino César, Paolo Contu, Oddone Marsiaj, Itálico Marcon, Salvador Rosito, Pedro Salame e Paulo Salame, Mário Gardelin, Salvatore Candido, Fay de Azevedo, Fernando Ronna, Dante de Laytano, Carlos Antonio Mancuso.

O álbum apresenta ainda um histórico descritivo dos principais municípios do Rio Grande do Sul, suas reconhecidas atividades econômicas, seus festejos e suas tradições. Apresenta também um breve histórico das mais importantes indústrias da região, desde fundições, metalúrgicas, madeireiras, mecânicas, indústrias de transportes, vinhos, oficinas de mármore e granitos, cervejarias, moinhos, elétricas e muitas outras de importância para a economia da região.

Das publicações oficiais destaca-se o grupo dos museus e dos arquivos históricos dos municípios do Rio Grande do Sul. Esses produziram pesquisa e fizeram divulgação histórica, a partir de 1980. Uma publicação bastante rica e ilustrada é o álbum produzido em lembrança à visita do embaixador italiano ao Rio Grande do Sul – Vitor Luciani, em 1918 –, em que é descrita a viagem que faz ao Rio Grande do Sul e às colônias italianas. Destaca as condições econômicas que os estabelecimentos industriais possuíam e as condições de infraestrutura da zona colonial italiana.

Enfim, os documentos oficiais dos governos municipais e estadual são fontes importantes para a análise de períodos históricos. A crítica aos álbuns comemorativos deve-se ao fato de que os mesmos eram organizados com o intuito de enaltecer as qualidades da zona de colonização italiana; entretanto, não se pode esquecer que os dados neles contidos colaboraram para a reconstrução de fatos históricos que, até então, não dispunham de fontes suficientes para suas explicações.

d. A historiografia feita por pesquisadores estrangeiros

Os estudos realizados por pesquisadores estrangeiros têm forte influência na produção do conhecimento acerca das pesquisas sobre a imigração no Sul do Brasil. Isso se deve ao fato de contar com farta documentação oficial, composta por boletins, relatórios, documentos, jornais, dados estatísticos e pesquisas governamentais, que facilitam a análise historiográfica. Emilio Franzina, Mario Sabbatini, Renzo Grosselli, Angelo Trento, Gianfausto Rosoli, Chiara Vangelista, Casemira Grandi e Ercole Soli são estudiosos que têm posições que influenciaram os motivos para a emigração italiana ao Brasil. Emilio Franzina, reconhecido historiador, Professor Ordinário de História Contemporânea, autor das principais obras sobre o fenômeno migratório, contribui, por meio de suas obras, para as questões migratórias transnacionais, além de dispor ao público documentos desse campo de conhecimento.

[...] considerado um dos maiores estudiosos da imigração italiana no mundo. Prova dessa afirmação encontra-se nas obras que escreveu desde jovem sobre os italianos, oferecendo aos leitores a possibilidade de entendimento desse fenômeno que faz par-

te da história contemporânea italiana. O uso de fontes inéditas fez com que sua produção literária e científica se tornasse a grande referência na área. Os documentos que utiliza para explicitar o processo emigratório na sociedade italiana são encontrados em arquivos de pequenas comunidades, no Arquivo Central de Roma, em pesquisas realizadas pelo governo italiano a partir da sua unificação política, em atas de parlamentares da Câmara de Deputados e Senadores, em bibliotecas comunais, em relatórios e dados de Ministérios que atuavam com os registros das migrações, em boletins consulares e boletins do Ministério de Relações Exteriores, em Boletins da Emigração, publicados pelo Comissariado da Emigração, pelas Companhias de Navegação Italianas e pelo “Bureau Nacional de Pesquisa Econômica” de Nova York (Herédia, 2015, p. 326).¹¹

Suas publicações ultrapassam os continentes quando ele vem para a América Latina, especialmente ao Brasil, para pesquisar nos Arquivos Públicos de São Paulo, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em suas visitas às colônias italianas em busca de fontes sobre os italianos no Brasil. Uma de suas principais obras – *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil* – tem sido referência clássica para a fundamentação epistemológica da emigração, pois, além de trazer o papel e o significado histórico da emigração italiana, analisa suas conexões e interdependências com a conjuntura econômico-política da Itália, a partir da unificação nacional. Traz para a análise a posição de vários estudiosos italianos como Leone Carpi, Emilio Sereni, De Felice, Antonio Gramsci, dentre outros, e coloca o fenômeno migratório no quadro do desenvolvimento do capitalismo italiano. Ainda nessa obra traz dados estatísticos que sustentam a discussão sobre os fluxos migratórios italianos entre os séculos XIX e XX e identifica dados da emigração temporária da permanente. O historiador explica as zonas de proveniência dos emigrantes, no caso os vênnetos, por características geográficas daquela província e mostra a diferença dos camponeses das montanhas daqueles das planícies. Autor de dezenas de obras e organizador de diversas coleções, seu legado é fonte imprescindível para estudiosos da emigração italiana no mundo.

Contribuição valiosa sobre a *Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* foi coordenada por Mario Sabbatini, pesquisador italiano do Centro di Ricerche per l'America Latina, em projeto de pesquisa desenvolvido no Rio Grande do Sul, entre 1971 e 1975. A originalidade desse estudo encontra-se no uso de dados de registros de propriedade nos Arquivos Públicos do Rio Grande do Sul e nos do-

¹¹ Entrevista com Emilio Franzina, publicada na revista *Métis: História & Cultura*, v. 13, n. 26, p. 323-335, jan./jun. 2015 (Herédia, 2015b).

cumentos sobre registros de impostos de municípios dessa região. A pesquisa contou com o apoio da Diocese de Caxias do Sul, quando muitos dos entrevistados eram das diversas paróquias do território que compreende a região de colonização italiana, bem como os arquivos de cada paróquia. Vários pesquisadores colaboraram nessa pesquisa, que traz dados sobre a emigração agrícola transoceânica italiana, a partir de 1870. A pesquisa foi publicada pelo Consiglio Nazionale delle Ricerche Italiano, em 1975, sob o título *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul: gli insediamenti nelle aree rurali*.

Pesquisas realizadas na Universidade de Trento, sob a coordenação de Renzo Gubert, trazem dados sobre a matriz cultural da imigração europeia no Rio Grande do Sul. Essa pesquisa, publicada pela editora Franco Angeli, sob o título *Cultura e sviluppo: un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*, compara a imigração alemã e a italiana nos dois estados do Sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada pela Universidade de Caxias do Sul, sob a coordenação de Vania B. M. Herédia e Justina Onzi, com a amostra de 1.200 entrevistados em cada estado, trazendo evidências das diferenças culturais entre essas duas culturas. Os 2.400 sujeitos, sorteados no cartório eleitoral, foram entrevistados em cinco municípios de influência italiana e cinco de influência alemã, no período de 1987-1988, e os dados foram apresentados, em 1991, naquela universidade. Outra colaboração trentina é a pesquisa realizada pelo pesquisador Renzo Grosselli, acerca de camponeses trentinos em Santa Catarina, que permite ser comparada com a dos camponeses no Rio Grande do Sul.

As obras de Angelo Trento, que tratam da emigração italiana no Brasil, são referência para os estudos migratórios. Considerado um brasilianista italiano, professor de História da América Latina, na Universidade de Nápoles Istituto Orientale, estuda os fluxos emigratórios no período entre 1850 e 1970, identificando que, após a Segunda Guerra Mundial, chega uma nova imigração com diferenças substanciais frente à imigração do século XIX. Seus estudos contemplam a composição profissional dos imigrantes, que ajuda a fazer a análise das diferenças de italianos que vivem em cidades maiores e aqueles que são inseridos em áreas rurais.

Gianfausto Rosoli, do Centro Studi Emigrazione em Roma, reconhecido como um dos maiores especialistas de migrações internacionais do século XX, fez uso de “fontes não canônicas, acompanhando suas pesquisas sobre dados históricos e demográficos, com excursões em diários ou fotografias” (Sanfilippo, 2011, p. 323). Várias de suas obras são utilizadas nos estudos migratórios, principalmente pela for-

ma como conduz o uso de fontes autobiográficas, produzidas por imigrantes e seus descendentes, como diários, relatos, cartas, fotografias.

Considerações finais

A historiografia da imigração conta com uma vasta literatura que, dependendo do período, foi produzida e se apresenta mediante interesses diversos. Essa literatura influenciou estudos de migrações históricas e a partir de 1975 – ano de comemoração do centenário da chegada dos italianos ao Sul do Brasil – inaugurou um processo de produção de conhecimento acerca do tema, seja por meio de pesquisas acadêmicas, seja por meio de uma literatura popular, que colaborou para construir histórias de famílias, de comunidades, de empresas e que modificou as explicações gerais sobre o fenômeno migratório.

Constata-se que os estudos sobre as migrações históricas modificaram a percepção que os descendentes tinham da própria imigração. Conceitos que eram usados com características pejorativas adquiriram novos contornos, valorizando o trabalho manual, a criatividade dos processos produtivos e a capacidade de adaptação ao meio ambiente.

Na releitura feita para esta análise, identificou-se que uma das primeiras revisões de literatura, produzida por Luis Alberto De Boni (1979) sob o título *A bibliografia sobre imigração italiana no ano de seu centenário*, tem as referências importantes de autores que fazem parte desse legado, tais como: *Nanetto Pipetta*, de Aquiles Bernardi; *Togno Brusafрати*, de Ricardo Liberali; *Memórias de um imigrante*, de Julio Lorenzoni; *Semblantes pioneiros*, de Fidélis Dalcin Barbosa; *Abramo já tocou*, de Álvaro Franco; *História de Caxias*, de João Spadari Adami; *O capuchinho Frei Gentil*, de Victor Stawinski; as biografias de Mansueto Bernardi, por Pedro Vergara e o universo poético de Mansueto Bernardi, por Itálico Marcon; *O Brasil do imigrante*, de Eloy Lacava Pereira, e *Campo dos Bugres*, de Fidelis Dalcin Barbosa.

Outra revisão literária importante sobre *Leituras da imigração* foi escrita por Loraine Slomp Giron. Nessas leituras, a historiadora reúne em cinco grupos a história da imigração que diz fazer parte da história geral do Brasil. Os grupos são: a imigração como função política, como variável econômica, como nexos sociais, econômicos e políticos; como cultura e suas manifestações e como visão que os descendentes têm do próprio imigrante e da imigração. Giron (1999, p. 127) faz uma consistente crítica à historiografia tradicional pela afirmação de que a mesma nega o tema.

Diz que “a historiografia tradicional não só ignora o tema, mas também revela e reafirma o preconceito das elites em relação à imigração”. Coloca como explicação que

[...] os imigrantes e os descendentes de imigrantes criaram seus próprios mitos e ideologia. [...] o mito do trabalho que ocasionaria o enriquecimento do imigrante; o mito da coragem e do denodo dos seus antepassados que por seu livre-arbítrio vieram para a América; o mito da construção do novo mundo com o trabalho dos imigrantes (1999, p. 127).

A historiadora comenta que a historiografia nativa faz uso de duas versões sobre o sucesso do imigrante na região: uma que coloca toda a responsabilidade do êxito em ações individuais e outra como resultado do trabalho coletivo de alguns. É importante lembrar que foi o governo imperial que financiou a obra de colonização, e essas explicações não tratam acerca dessa iniciativa e do investimento feito na região por ações governamentais.

Concluindo, é importante registrar que o estudo é continuidade de uma pesquisa realizada até 2003 e tem a intenção de ser ampliado, para que se possa dispor de um levantamento bibliográfico mais completo da produção, acerca da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

O estudo traz uma leitura acerca de obras importantes da historiografia da imigração, por meio de uma preliminar classificação, que pressupõe a localização de fontes, chamando a atenção para as publicações frequentes, resultados de pesquisa científica e de pesquisa memorialista. A historiografia produzida por essas pesquisas oportunizara a reconstrução de histórias de imigrantes, de comunidades, de famílias, de empresas e de instituições. Vale registrar que os estudos realizados sobre o tema colaboraram para a mudança de concepção de imigrante na região, no sentido de trazer um conceito valorativo de toda a ocupação do território e mostrar a importância do trabalho familiar no desenvolvimento das colônias e também ultrapassar os preconceitos dados ao trabalho manual.

Para finalizar, corrobora-se o pensamento de Rosoli (1999, p. 95), que lembra que “a comunidade italiana no Rio Grande do Sul no Brasil se constitui num caso extremamente singular, talvez único no plano antropológico e linguístico, no âmbito das numerosas comunidades italianas da grande diáspora no exterior do século XIX”. Estudar essas comunidades ajuda a entender as diferenças ocorridas no Brasil pela imigração, onde grupos tiveram acesso à terra e outros não. Então, a produção historiográfica acerca desses grupos serve de elemento comparativo para outros estudos e em outras regiões.

Referências

- ALVIM, Zuleika. *Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920*. 1983. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.
- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nação/DAC/SEC, 1975.
- BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mario de Almeida (org.). *Album Comemorativo do 75º Aniversário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.
- CARNEIRO, J. F. Domingues. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1950.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade étnica entre moranenses*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Prefácio. In: IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- COSTA, Rovílio *et al.* *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1974.
- COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- CROCETTA, Benvenuto. *Un cinquantennio di vita coloniale*. Gli esponenti individuali e collettivi della colônia italiana nel Rio Grande del Sud. In: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p. 364-397. v. I.
- CUNHA, Lourival. *Album lembrança da visita da real embaixada italiana no Rio Grande do Sul*. Agosto de 1918.
- D'APREMONT, Bernardim; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1976.
- DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. In: Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1., 1999. *Anais [...]*, Caxias do Sul, 1999.
- DE BONI, Luis Alberto. A bibliografia sobre imigração italiana no ano de seu centenário. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Euroamericani: la popolazione di origine italiana in Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987.

DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Fundação Giovanni Agnelli, 1987. v. I, II, III.

DUARTE, José Bacchieri (ed.). *Centenário da Imigração Italiana 1875-1975 – Rio Grande do Sul – Brasil*. Porto Alegre: Edel, 1975.

FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências – região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)*. 1995. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira. *Terras e colonização*. Anotados e editados por A. T. F. J. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz. *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

GRANDI, Casemira. *La popolazione rurale trentina nella prima metà dell'Ottocento, primi risultati di un indagine in Popolazione, assistenza e struttura agraria nell'Ottocento trentino*. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1978.

GROSSELLI, Renzo M. *Vincere o morire: contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1986.

GUBERT, Renzo (org.). *Cultura e sviluppo: indagine sociologica sugli imigranti italiani e tedeschi nel Brasile meridionale*. Milano: Franco Angeli, 1995.

HALL, Michael. *The origin of mass immigration in Brazil (1871-1914)*. Nova Iorque: Columbia University, 1969.

HERÉDIA, Vania B. M. *L'industria tessile nella zona coloniale italiana nel Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História das Américas) – Università degli Studi di Genova. Genova, 1992.

HERÉDIA, Vania B. M. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Revista Scripta Nova, Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n. 94, v. 10, ago. 2001.

HERÉDIA, Vania B. Merlotti. Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania B. M. *Imigração e Sociedade: Fontes e acervos da Imigração Italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EST, 2015a.

HERÉDIA, Vania B. M. Um breve percurso da trajetória de um histórico da emigração: entrevista com Emilio Franzina. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, UCS, v. 13, n. 26, 13, p. 323-335, jan./jun. 2015b. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/166>. Acesso em: 19 out. 2023.

HERÉDIA, Vania B. M.; PAVIANI, Neires M. S. *Língua, cultura e valores*. Porto Alegre: EST; Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil (Séculos XIX e XX): Dados para a compreensão do processo. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST – Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. I.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. Os conflitos e os bastidores da Imigração Italiana. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Giralda Seyferth, registros de uma trajetória. In: SANTOS, Miriam de Oliveira; REINHEIMER, Patrícia (org.). *Giralda Seyferth: muito além da migração*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

MACHADO, Maria Conceição Abel. *Relações entre o poder público e a ocupação do espaço urbano em Caxias do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

MAFIOLETTI, Gianmario; SANFILIPPO, Matteo (org.). *Un grande viaggio: oltre... un secolo di emigrazione italiana: saggi e testimonianze in ricordo di Padre Gianfausto Rosoli*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 2001.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARTINS, José de Souza. Pesquisas sobre imigração italiana. In: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. *Imigração italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (org.). *E/Imigrações: questões, inquietações*. São Paulo: Expressão & Arte, 2013.

MEDEIROS, Borges de. Autografo di S. Ecc. il Presidente dello Stato Dott. A. A. Borges de Medeiros. In: *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p. 17. v. I.

MERLOTTI, Vania B. P. *O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos*. São Leopoldo: EST, 1979.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante italiano na fazenda de café em São Paulo. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST – Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. I.

PETRONE, Pasquale. A influência da imigração italiana nas origens da industrialização brasileira. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST – Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. I.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *A festa como produção de conhecimento e de identidade coletiva*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1996.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. v. I, II.

ROSOLI, Gianfausto (org.). *Un secolo di emigrazione italiana: 1876-1976*. Roma: CSER, 1978.

ROSOLI, Gianfausto. L'esperienza dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul nella letteratura italiana. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (org.). *Imigração italiana e estudos italo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 42-112.

ROMANATO, Gian Paolo; HERÉDIA, Vania B. M. *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914): fonti diplomatiche*. Ravenna: Conselho Regional do Vêneto, 2018.

ROMANATO, Gian Paolo; HERÉDIA, Vania B. M. *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. E-book. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

SABATTINI, Mario. *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul: gli insediamenti nelle aree rurali*. Firenze: Consiglio Nazionale delle Ricerche Italiano, 1975.

SANFILIPPO, Matteo. Le autobiografie di migranti italiani. *Studi Emigrazione/Migration Studies*, XLVIII, n. 182, 2011. Disponível em: [https://dspace.unitus.it/bitstream/2067/2190/1/Se-182%20Sanfilippo\[1\].pdf](https://dspace.unitus.it/bitstream/2067/2190/1/Se-182%20Sanfilippo[1].pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

SANFILIPPO, Matteo. *Per le origini dei Centri Studi Emigrazione scalabriniani*. A.S.E.I., Roma, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.asei.eu/it/2020/04/per-le-origini-dei-centri-studi-emigrazione-scalabriniani/>. Acesso em: 27 out. 2023.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do camponês ao capital*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. 1976. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità ala seconda guerra mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1984.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro; Instituto Italiano di Cultura, 1988.

TRUDA, Francisco de Leonardo. L'influenza etnica, sociale e economica dela colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. In: *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. p. 245-255.

VANGELISTA, Chiara. *Le braccia per la fazenda*. Immigrati e caipiras nella formação del mercado del lavoro paulista (1850-1930). Milano: Franco Angeli, 1982.

WEBER, Regina. *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ZAGONEL, Carlos. Introdução e notas. In: D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1976.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Capuchinhos de Saboia. Um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915). Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

Imigração, memórias e historiografia: os percursos e trajetórias dos açorianos em São Paulo no século XX

Elis Regina Barbosa Angelo

Introdução

A emigração enquanto fenômeno social vem sendo estudada sob vertentes e dimensionamentos que abrangem dados quali e quantitativos na busca por perspectivas assentes nos mais variados momentos da História. Os açorianos enquanto grupo dentro dos estudos migratórios portugueses foram durante anos estudados sob uma perspectiva generalizadora, sem identificar os ilhéus da Madeira e Açores. Especialmente sobre a emigração açoriana para o Brasil, os sentidos e significados dos momentos distintos de movimentos e temporalidades vêm sendo descortinados por meio de novos olhares e perspectivas tanto de novas fontes e documentos orais como escritos no Brasil e em Portugal.¹

Percebem-se movimentos circulares desde a contextualização de políticas de colonização com as saídas das ilhas, especialmente nos séculos XVI a XVIII, em formatos e qualidades específicas, até o que se entendia como formas de atração e repulsão dos países envolvidos, políticas de e/imigração e conjunturas distintas ao longo dos séculos, formando um conceito diverso de experiências e conjunturas. Essas, por sinal, evidenciaram cenários migratórios e especificidades como cidades, vilas, distritos e grupos que atualmente se identificam dentro dessa mescla de sujeitos que carregam duplas identificações dos países de origem e de acolhimento (Rodrigues; Rocha, 2008).

Alguns movimentos marcaram a formação de outros países na diversidade das saídas das ilhas açorianas, como o Brasil, desde o início de seu próprio povoamento.

¹ Instituto Nacional de Estatística. Vários anuários estatísticos de Portugal, cadernos demográficos.

mento já no século XVI e foram acentuados ou descontinuados num movimento heterogêneo de situações e de incentivos que definiram cenários dos diversos países de recepção, ao longo do século XVII ao século XX (Cordeiro; Madeira, 2003, p. 116).

Na historiografia sobre a emigração açoriana, pesquisas sobre as diferentes temporalidades e conjunturas determinaram conglomerados de processos migratórios, como os trabalhos elaborados por Carlos Cordeiro e Arthur Boavida Madeira ao tratar das saídas e representações firmadas no Brasil durante os séculos mais representativos de saída dos Açores, incluindo assentamentos e distribuições para os estados do Maranhão, Bahia e Pará, São Paulo e Minas Gerais, além de contínuas propostas que absorviam as dualísticas necessidades, que possivelmente incentivaram outros processos de deslocamento (Cordeiro; Madeira, 2003, p. 122).

Uma das formas de seguir os movimentos desse período, entendidas as relações que se travavam entre Brasil e Portugal, em especial acerca da vinda dos açorianos e portugueses continentais, era perceber certa ambiguidade nas decisões políticas que conflituosamente reprimia e ao mesmo tempo apoiava a saída de sua população em conjunturas que favoreciam as saídas, pois se mantiveram por séculos na história portuguesa das migrações, especialmente enquanto motivações para a saída dos países e recepção na nova terra, respectivamente como repulsão e atração.

Muitos anos depois foram revisados conceitos como os de atração e repulsão. Hoje pensados mais como circulares, tiveram seus maiores picos no século XX, nos anos de 1902, 1906, 1911, 1920, 1956, 1958, 1970 (sendo o mais alto, quantitativamente, em 1975), momento em que mais saídas foram efetivadas e registradas, comparadas ao período de colonização açoriana no país (1748-1756) – numa das maiores ondas da Região Sul do Brasil, durante a qual houve grandes contingentes emigratórios –, seja por conta do pós-guerra, seja devido a outras particularidades. Percebe-se que as motivações para a partida eram quase sempre advindas de diversas questões, que serviram tanto como fator de repulsão do país de origem como de atração aos países escolhidos, em especial São Paulo, numa forte corrente progressista de industrialização e desenvolvimento (Rocha-Trindade, 2001).

Na maioria das vezes, percebe-se que os contornos das saídas são enumerados a partir de fontes demográficas e documentais de Portugal, ainda sendo notadas lacunas sobre as formas de assentamento e distribuição dos açorianos pelos países de recepção, ao descobrir vestígios de representações dos grupos pelo mundo. Assim, busca-se traçar a reflexão sobre a produção histórica dessa diáspora na

contemporaneidade, privilegiando o Brasil e o grupo que se concentrou em São Paulo. Como fundamentação, debruça-se sobre a abordagem historiográfica, ou seja, a compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientam ou circunstanciam, bem como o estudo das forças de percepção (Rocha; Trindade, 2001).

Ampliar a historiografia sobre as saídas, tentando identificar grupos específicos, como é o caso dos açorianos, fundamenta-se na busca por outras fontes que possam corroborar a formação de um alinhamento de perspectivas sobre circunstâncias e cenários distintos (Angelo, 2019). Nessa perspectiva, busca-se traçar algumas direções no que tange à qualificação de dados das saídas e chegadas dos açorianos a São Paulo dentro da imigração portuguesa, identificando possíveis documentos e fontes que corroborem essa direção.

Outras fontes nesse desvelar de qualificação das informações levam em consideração as memórias e os territórios formados pelos grupos que ao longo dos anos têm deixado marcas simbólicas acerca de sua condição de açoriano e descendente, e essa condição marca gerações e memórias que vão desenhando um contorno de marcas no tempo e no espaço dos novos países de acolhida.

A historiografia da emigração açoriana no século XX: alguns números

Dos mais amplos deslocamentos às pequenas e singelas migrações, as mudanças dos sujeitos em busca de novas condições de vida fazem parte da história de Portugal, incluindo as suas ilhas, como Açores (Rocha-Trindade, 2014).

Diversas pesquisas destacam-se na investigação do fenômeno que acompanha a história do país, especialmente nas obras de autores portugueses que atentaram a esse movimento, como José de Sousa Bettencourt, em *O fenómeno da emigração portuguesa*, de 1961; João Evangelista, em *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, de 1971; Joel Serrão, em *A emigração portuguesa*, de 1977; Vitorino Magalhães Godinho, em *L'emigration portugaise, siècle XV et XVI*, de 1978; Miriam Halpern Pereira em *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, de 1993 (Angelo, 2019).

Um marco que separa esse fenômeno parece circunstanciar o pós-guerra, no qual ampliam-se também os estudos das migrações enquanto fenômeno social de grande relevância, seja por suas alterações no cenário social, seja pelo processo de

mudança cultural oferecido em múltiplas e diversas abordagens nesse período sobre os deslocamentos e suas representações (Angelo, 2009).

Numa diversidade de perspectivas, historiadores de todo o mundo debruçaram-se sobre as migrações em suas mais variadas ramificações, em conjunturas e temporalidades distintas, fornecendo percepções e perspectivas múltiplas na historiografia da emigração portuguesa, e a açoriana é uma das que mais se tem fortalecido em trabalhos regionalizados, em dependência dos países chamados acolhedores. A partir de especificidades e experiências dessa trajetória pelo mundo de forma crescente multiplicam-se as investigações de diversos países acerca dessa experiência (Riley, 2003, p. 146).

Os comportamentos visualizados na temática da emigração açoriana² divergem e convergem nas realidades diversas e referenciais como as de Luís Mendonça (1996), *Emigração Açoriana (sécs. XVIII-XX)*, ao trazer dados significativos sobre as saídas e o comportamento da sociedade açoriana ao longo dos séculos.

Ao observar as ponderações de Carlos Riley (2003) em *A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais*, percebem-se nas suas investigações sobre a emigração açoriana para o Brasil definições do fenômeno oitocentista, elementos diversos dos de outras migrações anteriores que pertencem à fase colonial da história brasileira. Para o autor Carlos Riley, apesar de muitos trabalhos terem sido desenvolvidos nos Açores, Brasil, Estados Unidos e Canadá, ainda não existe um projeto coordenado que transforme esses diversos contributos numa verdadeira história da emigração açoriana.

José Guilherme Reis Leite (1989) faz, em *Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX*, um panorama do quadro clandestino e revela como causa principal do fenômeno emigratório açoriano oitocentista a incapacidade de alterar a estrutura da sociedade insular.

Nos trabalhos de Gilberta Pavão Nunes Rocha, com vastas publicações, os Açores evidenciam-se em estudos como *O impacto das migrações na população dos*

² Dentre as instituições responsáveis por esses estudos e investigações encontra-se o Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), sediado no Funchal, na Ilha da Madeira, criado pelo decreto legislativo regional nº 20/85, de 17 de setembro, no âmbito da Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Trata-se de instituição de investigação científica sobre a História das Ilhas Atlânticas. Destaca-se ainda a Universidade dos Açores, na qual muitas investigações abordam o tema emigração para o Brasil, por meio do conteúdo do Repositório Institucional (RUAc), organizado em torno de comunidades e suas coleções. Apresentando artigos, trabalhos em eventos científicos, livros, capítulos de livro, teses, dissertações, relatórios técnicos, documentos institucionais, palestras, etc., em formato digital e respectivos metadados, trazendo assim relevantes pesquisas sobre a emigração açoriana.

Açores na segunda metade do século XX, de 1977, que trata dos impactos no país de origem de 1945-1974. Em 2001, publica *A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização*, dedicado à emigração dos Açores entre 1869 e 1991, trabalho no qual concentra a análise nos discursos de “personalidades com responsabilidade na vida social açoriana”. Em 2008, traz em *The Azores and emigration: demographic evolution in the second half of the 20th Century* estudos sobre população, fluxos e trajetória migratória. Em 2008, também aborda o crescimento da população e os novos destinos da emigração durante o período 1895-1976, na obra *História dos Açores*, Vol. II, em 2009, *Azorean emigration in the context of social change: some notes from the press in São Miguel 1920-1950*, dedicado aos fluxos populacionais saídos dos Açores entre 1920 e 1950, por meio dos jornais publicados em São Miguel. Em 2010, a mesma autora traz, em *Territórios e dinâmicas migratórias nos Açores. Cidades – comunidades e territórios* os fluxos e trajetórias migratórias, por meio de estatísticas oficiais. Em 2011, na obra *Traços gerais da emigração açoriana da segunda metade do século XX à actualidade*, ela traz estudos demográficos sobre as saídas; no ano de 2013, em *A população açoriana e a diáspora: factos e contextos*, utiliza como *corpus* empírico dois jornais da ilha de São Miguel na emigração, entre muitos outros trabalhos que tratam da emigração e regresso. Maria Beatriz Rocha-Trindade faz uma análise histórica da migração para o Brasil em *Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil* em 1986.

Susana Serpa Silva publica, em 2010, *O distrito de Horta no contexto da emigração açoriana, uma análise com base nos registros de passaportes (1836-1839)*, que contém números e análises das saídas das Ilhas Faial, Pico, Corvo e Flores. Em 2002, na obra *Em busca de novos horizontes: Açores, emigração e aculturação nos finais do século XIX, inícios do século XX*, faz uma identificação das principais fases da emigração e busca traçar explicações para o fenômeno que ocorre especialmente para o Brasil e EUA. Outros trabalhos de sua autoria, de 2004, *Emigração clandestina nas Ilhas do Grupo Central em meados do século XIX* e *A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX e a questão da “escravatura branca”*, tratam tanto dos números de clandestinos como das más condições das travessias dos Açores para o Brasil, da exploração laboral e das promessas de “engajadores”.

Artur Boavida Madeira, em *População e emigração nos Açores, 1766-1820*, de 1999, desenvolve a primeira tese de História apresentada à Universidade dos Açores sobre a emigração. Em parceria com Octávio Ribeiro de Medeiros, Arthur Boavida Madeira, publica em 2003, *Emigração e Regresso no Concelho da Povoação*, relevante

contributo para os números da emigração e para os regressantes às Ilhas, numa obra que investiga as motivações e os números dessa saga. Também publicaram em 2004, *Emigração e Regresso no Concelho de Nordeste*, com o contributo de análise dos regressados desse Concelho. Victor Pereira Rosa e Salvato Trigo traçam, em 1990, na obra *Contribuição ao Estudo da Emigração nos Açores*, a emigração para o mundo como uma contribuição para as saídas, chegadas e distribuições.

Em 1991, Maria Isabel João traz em *Os Açores no Século XX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, que busca compreender a sociedade açoriana do século XIX, sua economia, estrutura e aspectos relevantes como o movimento autonomista.

Outros estudos privilegiaram as relações entre os Açores e outros países da diáspora. No trabalho *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture, and Transnational Connections*, de João Leal e Wendy Graca, há uma instigante comparação da formação da identidade açoriana no sul do Brasil e no sudeste da Nova Inglaterra, no qual os autores exploram as relações estabelecidas entre os imigrantes e seus descendentes, especialmente as conexões, discursos e direções locais, nacionais e transnacionais, e o mais relevante aspecto da obra consiste nas diferenças envolvidas entre os sujeitos que culminam num interesse coletivo da cultura açoriana e suas manifestações públicas como afirmações identitárias, fortalecendo com isso os debates sobre a natureza da identidade étnica e das comunidades transnacionais.

Outros estudos, como *Portuguese Studies Review*, trazem aspectos da comunidade que vive no Canadá num contributo aos estudos das comunidades de recepção e novas gerações (Kennedy; Nunes; Horta, 2013).

Paulo Silveira e Sousa faz em *Emigração e reprodução social nos Açores durante a segunda metade do século XIX: o caso da Ilha de São Jorge* uma análise da Ilha de São Jorge na emigração, abordando também a relação da emigração para o Brasil (Souza, 2013).

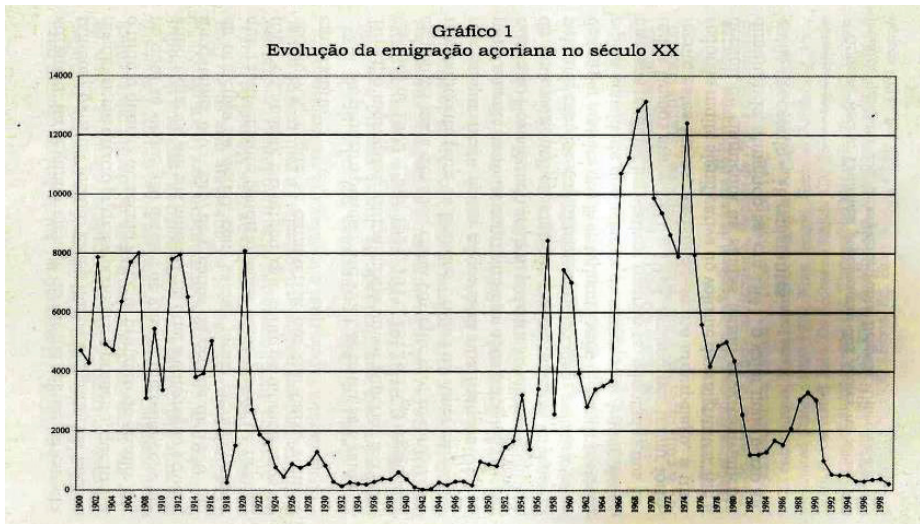
Em trabalho de Susana Serpa Silva, sobre *Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada (1895-1902)*, há dados numéricos que expressam os primeiros açorianos a sair dos Açores no século XX, sendo aproximadamente no ano de 1900 231 emigrantes, menciona a escolha que, (...) “nos primórdios do século XX, alguns micaelenses continuavam a preferir o Brasil – muito menos do que em tempos anteriores –, talvez motivados pela presença lá de parentes ou conhecidos já com as vidas mais ou menos estabilizadas” (Silva, 2017, p. 178).

Dos fluxos comparativos entre Brasil e Estados Unidos como países de acolhimento, “a probabilidade de emigrar dos Açores para o Brasil, versus emigrar para os Estados Unidos, era consideravelmente maior se o migrante evidenciava experiência migratória, era casado e tinha qualquer tipo de ocupação ou propriedade” (Baganha, 1994, p. 961).

Do contingente emigratório no século XX, como se pode observar no gráfico abaixo, que cobre os anos de 1900 a 1998, com os dados das saídas totais das ilhas, os picos mais altos referem-se aos anos de 1969 e 1974, e “entre 1950 e 1970 saíram do arquipélago 112.483 indivíduos, a um ritmo anual de 5.624, tendo emigrado, na década de sessenta, 67% desse volume, a um ritmo anual de 7.512 indivíduos” (Medeiros, 2004, p. 30).

Nesses altos e baixos do processo de e/imigração, muitos desafios foram sendo praticados pelos países de saída e acolhimento, pois desenhavam-se tanto a diminuição gradativa da população, no caso das ilhas, como o aumento exponencial de vários países que atracavam no Brasil.

Gráfico 1: Emigração açoriana no século XX (1900-1998)



Fonte: Medeiros, 2004, p. 28.

Apresentam-se graficamente números elevados de saídas em picos que vão elevar-se entre os anos de 1960 e 1974 e desacelerações que vão sendo continuamente percebidas nos anos que seguem (Pimentel, 2003).

A partir dos anos 50 e até 1970 assiste-se a um claro aumento das saídas populacionais, sempre mais expressivo através do saldo migratório que da emigração legal. Em parte, porque a partir dessa época o principal destino dos emigrantes portugueses passa progressivamente a ser a Europa, para onde é, sem dúvida, mais fácil a emigração clandestina. Mas também em grande medida ligado ao movimento para as colónias, para onde as saídas excediam sempre as entradas (apesar de ser um movimento muito mais equilibrado que a emigração). Nos anos 70, a situação de retração económica, desencadeada com o choque petrolífero, a Revolução e a Descolonização traduzem-se num abaixamento da emigração legal e num saldo migratório positivo. Nos anos 80, quando a emigração para a Europa deixa praticamente de passar por qualquer tipo de legalização, a sua importância deve ser vista sobretudo através do saldo migratório, que revela mais saídas do que entradas, mas muito longe das saídas verificadas anteriormente (Oliveira, 1997, p. 217).

Dos dados estatísticos por períodos de saídas contidos nos anuários de Portugal e referindo-se às Ilhas, há panoramas identificados por dez anos, de 1901 a 1910, considerando as principais saídas de portos dos Açores:

Quadro I: Emigrantes dos Açores para o Brasil – 1901-1910

Distrito	Destino: Brasil									
	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Angra do Heroísmo	267	465	206	407	361	458	608	196	415	368
Horta	16	52	09	22	39	34	29	19	19	22
Ponta Delgada	225	577	137	201	253	228	225	169	168	143
Total	508	1094	352	630	653	720	862	384	602	533
Total Geral										6.338

Fonte: Quadro de autoria própria. Anuário Estatístico de Portugal, anos de 1901 a 1910, dados INE.

Dos dados compilados entre os anos de 1917 e 1927, as considerações para os embarques ao Brasil por períodos de saídas contidos nos anuários de Portugal também contemplam as principais saídas dos Açores como um todo.

Quadro II: Emigrantes dos Açores para o Brasil – 1917-1927

Distrito	Destino: Brasil										
	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
Ilhas	35	23	793	3001	884	983	357	217	83	452	385
Total											7.213

Fonte: Quadro de autoria própria.

Anuário Estatístico de Portugal, anos de 1917 a 1927, dados do INE.

Para as ilhas, esses números são bastante significativos; apesar de quantitativamente ser pouco expressivos em termos de chegadas ao Brasil, acabam fortalecendo os laços conterrâneos daqueles que já formavam grupos, especialmente de associativismo e relações consanguíneas nas principais cidades receptoras como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas relações de chegada e distribuição em território brasileiro, esses números vão sendo diluídos, mas em detrimento de lugares pouco povoados como Açores os números dizem muito sobre como será o futuro com expressiva baixa demográfica.

Quadro III: Emigrantes dos Açores para o Brasil – 1925-1935

Distrito	Destino: Brasil											
	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	
Angra do Heroísmo	2	135	135	110	130	92	24	44	72	40	35	
Horta	3	35	38	37	38	19	—	4	2	9	12	
Ponta Delgada	78	282	212	414	478	117	21	7	49	38	45	
Total Geral	83	452	385	561	646	228	45	55	123	87	92	

Fonte: Quadro de autoria própria. Anuário Estatístico de Portugal, anos de 1925 a 1935, dados do INE.

Quadro IV: Emigrantes dos Açores para o Brasil – 1940-2000

Distrito	Destino: Brasil						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Angra do Heroísmo	152	196	13	–	–	–	–
Horta	18	25	–	–	–	–	–
Ponta Delgada	110	164	39	–	1	–	–
Total	280	385	52	–	1	–	–
Total Geral	280	385	52	–	1	–	–

Fonte: Anuário Estatístico, anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000, dados do INE.

Apesar da diminuição dos números, o Brasil ainda era um destino escolhido por muitos açorianos, pois, “apesar das vicissitudes, continuou a ser o segundo destino micaelense (e açoriano)” (Silva, 2017, p. 185). A queda paulatina de referências quantitativas desenha um cenário de expectativas em direções diferentes a partir de meados do século XX.

Novos destinos vão redesenhando as migrações dos Açores em virtude de múltiplas escolhas e objetivos. Em trabalho sobre as correntes emigratórias portuguesas, Maria I. B. Baganha (1994, p. 959-980) aponta números das saídas por distrito na emigração legal, na qual constata as saídas dos Açores em geral: 1950-1959, 21.051 saídas; 1960-1969, 72.255 saídas; 1970-1979, 75.771 saídas; e 1980-1988, 18.998 saídas, tendo um pico que vai dos anos de 1960 a 1979, diminuindo posteriormente até a atualidade.

Outra obra relevante para os processos migrantes está em *Capelinhos: As Sinergias de um Vulcão – Emigração açoriana para a América*, de Tony Goulart, publicado em 2008, uma abordagem sobre o vulcão e seus impactos na terra e no homem, relatando como foram afetadas as comunidades para onde esses emigrantes se dirigiram, bem como as comunidades de onde partiram. Os aspectos mais relevantes tratam: dos açorianos; suas identidades, dos impactos econômicos, social e cultural nas comunidades de acolhimento.

A emigração dos Açores para a América do Norte, com destino ao Canadá, Estados Unidos e Bermudas, ampliava-se conforme apontamentos estatísticos. Do período de 1960 a 2015, os números de saídas tiveram picos altos nos anos de 1966 a 1970 e 1974. As demandas mantiveram-se até 1991, momento em que paulatinamente vão diminuindo, conforme quadro a seguir.

Quadro V: Emigração açoriana 1960-2015

Quadro 1 - Nº de Emigrantes açorianos, por destino e por ano (1960-2015)

Ano	EUA [2]	Canadá [1]	Bermuda [3]	Total
1960	3069	3539	402	7010
1961	2382	1117	441	3940
1962	1149	1152	519	2820
1963	861	2062	479	3402
1964	959	2279	284	3522
1965	784	2781	122	3687
1966	6760	3719	225	10704
1967	7063	3897	272	11232
1968	8124	4373	316	12813
1969	8027	4684	414	13125
1970	5307	4271	293	9871
1971	4621	4641	99	9361
1972	3867	4669	88	8624
1973	3551	4204	138	7893
1974	4404	7822	174	12400
1975	4621	3255	71	7947
1976	4015	1463	119	5597
1977	3339	752	90	4181
1978	4097	719	60	4876
1979	3767	1145	88	5000
1980	2304	1955	96	4355
1981	1540	877	137	2554
1982	621	475	85	1181
1983	842	290	63	1195
1984	905	288	93	1286
1985	1270	311	91	1672
1986	1087	317	126	1530
1987	968	917	194	2079
1988	714	2191	139	3044
1989	632	2560	112	3304
1990	768	2118	67	2953
1991	358	1581	9	1948
1992	434	482	2	918
1993	432	196	0	628
1994	471	142	6	619
1995	273	97	4	374
1996	247	111	13	371
1997	316	108	23	447
1998	303	23	52	378
1999	144	14	57	215
2000	174		72	246
2001	96		115	211
2002	95		139	234
2003	72		258	330
2004	61		351	412
2005	50		428	478
2006	68		263	331
2007	51		174	225
2008	37		224	261
2009	39		92	131
2010	37		43	80
2011	43		2	45
2012	20		13	33
2013	32		55	87
2014	21		55	76
2015			67	67
Total	96.292	77.597	8.414	182.303

(1) - Não existem dados relativos à emigração para o Canadá desde 2000

(2) - Não existem dados relativos à emigração para os EUA desde 2015

(3) - Os dados relativos à Bermuda dizem respeito aos processos tratados por este departamento

NOTA - Os dados relativos à emigração para os EUA, no ano de 2012, dizem respeito a uma estimativa apresentada pelo consulado dos EUA.

Fonte: Açores, Direcção Regional das Comunidades – dados estatísticos 1960-2015.

Nesse gráfico de dados sobre as saídas a partir de 1960, o Brasil já não aparece como local demandado, uma vez que a curva das saídas define a América do Norte como posição escolhida na segunda metade do século XX. Os números vão demonstrando a partir de 1960 que os três destinos escolhidos modificam-se perante ações de diplomacia entre os países e mesmo de assentamento e sucesso nas mobilidades. Muitos açorianos que foram para os EUA, por exemplo, constituíram territórios e ampliaram as possibilidades de viagem para seus conterrâneos.

Essa tabela define um pouco a direção da mudança no século XX; o gráfico acima traz dados sobre os destinos e as continuidades da emigração dos Açores. Diferentemente do quadro visualizado até 1960, o movimento da emigração foi totalmente voltado para o norte, a comunidades que foram sendo formadas na metade do século XX por números significativos de açorianos e que redefinem a trajetória que os grupos e indivíduos reformularam a partir dos anos de 1960, dando ao Brasil um movimento contrário, que começa a enviar emigrantes para vários países, inclusive Portugal, tanto nas tendências de regresso como de novos movimentos transatlânticos de mobilidade e de imigração para a Europa.

A imigração açoriana no século XX e as experiências identitárias de São Paulo

Na diversidade memorial da imigração açoriana para o Brasil formam-se acervos relevantes a partir de memórias individuais como cartas, cartas de chamada, fotografias e documentos pessoais, além das experiências e narrativas que vão tonalizando as histórias de vida de indivíduos e coletivas temáticas acerca das trajetórias dos trabalhos publicados nos perfis da historiografia.

Dentro desse universo de trajetórias, a imigração açoriana teve um papel importante ao descrever características sistemáticas no Brasil, considerando diversos fatores, como as redes de relações estabelecidas ao longo das gerações que aportaram nessas terras aos estímulos oriundos do crescimento e desenvolvimento do país em termos econômicos e urbanos (Mattoso, 1998).

Trabalhos sobre os açorianos no Sul do Brasil são os mais expressivos e quantitativos, dados os processos de vinda e assentamento ao longo dos séculos XVIII e XIX³,

³ Ver trabalhos de Cabral (1951), Cesar (1981), Neis (1975), Wiederspahn, (1979), Piazza (1983), Barbosa (1985) Peluso (1991), Barroso (1993; 2002), Lacerda (2003) e Pereira (2003).

que abrangem os estudos da imigração para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outros fluxos migratórios levaram também os açorianos para os Estados Unidos, Bermudas, Havaí e Canadá, além de destinos menos significativos como a Venezuela, Argentina, Uruguai, Austrália, África do Sul, Europa e países africanos de língua portuguesa (Russel-Wood, 1998, p. 158).

Da produção historiográfica sobre a imigração açoriana, Vera Lúcia Maciel Barroso publica em 2002 um dos trabalhos mais significativos sobre os ***Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia***. Na coletânea, aspectos do país e suas regiões de chegada dos açorianos são indicados sobre os séculos em que o deslocamento foi efetivado.

Sobre as relações demográficas da e/imigração, muitos trabalhos vêm paulatinamente sendo desenvolvidos por pesquisadores bilateralmente, como é o caso do grupo do CEPES (Centro de Estudos de População e Sociedade) no Porto, que traz uma significativa gama de publicações acerca do tema em diversas ramificações por meio de diversos investigadores como portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos. Foi criado também pelo CEPES uma rede digital que integra e articula os centros de investigação, instituições e investigadores tanto da América do Sul como da Europa do Sul – com dados, estudos e demais fontes das grandes migrações internacionais que ocorreram entre as duas regiões.

Sobre as entradas de imigrantes portugueses no Brasil, as fontes nacionais convergem para uma média de 30,91%, considerando dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos censos do ano de 1973, que abrange os anos de 1901 a 1980, sem distinguir os portugueses do continente e ilhas.

Quadro VII: Entrada de imigrantes/ imigrantes portugueses no século XX: 1901-1980

Ano	Imigrantes	Portugueses	Porcentagem de portugueses %
1901-1910	671.351	218.193	32,5
1911-1920	797.744	321.507	40,3
1921-1930	840.215	286.772	34,1
1931-1940	288.607	95.740	33,2
1941-1950	131.128	48.606	37,1
1951-1960	588.043	239.945	40,8
1961-1970	163.967	62.737	38,3
1971-1980	78.091	26.915	34,5
Total	3.559,146	1.100,415	30,91%

Fonte: IBGE, 1973.

Conforme gráfico I, cerca de 36% dos imigrantes em média nos anos de 1901 a 1980 vieram de Portugal continental e ilhas, em relação aos demais grupos. Como consequência da imigração, o país foi impactado por grupos diversos, e como se pode perceber no gráfico 2, há um decréscimo constante nos números da imigração tanto portuguesa como de outros contingentes ao longo dos anos que se seguiram aos processos migratórios das décadas de 1950-1980, em que o decréscimo foi de aproximadamente 73% de 1950 a 1960 e de 42% de 1970 a 1980.

Muitas fontes⁴ ainda precisam de tratamento para a compreensão das experiências no estado e na cidade, pois carecem de investigações sobre a vinda, instalação e formação de grupos ou coletividades. Alguns estudos buscam traçar trajetórias desse grupo, trazendo as experiências e a formação do território açoriano na cidade; nesse exemplo, Elis Regina Barbosa Angelo em *Trajetoárias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e as ressignificações culturais* de 2011, ao abordar as representações culturais da comunidade açoriana, estabelece um

⁴ Diversos grupos têm surgido nas últimas décadas que tratam da historiografia da imigração, como NEMIC – Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania, da UFF- Universidade Federal Fluminense e o NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do IPPUR, UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro; ao abordar também a temática sob diversas esferas, diálogos sobre temas principais e transversais, ainda carece de ênfase aos grupos invisibilizados, como, por exemplo, os açorianos, que, disseminados nos dados quantitativos, ainda merecem destaque.

diálogo com as memórias de e/imigração, traçando os processos de produção, transformação e ressignificação cultural. Traz também a referência à Festa do Divino Espírito Santo enquanto um dos mais representativos símbolos da dinâmica entre a manutenção das tradições e a vida no novo país.

Alguns estudos focalizam a festa do Divino Espírito Santo como categoria para mencionar os açorianos como os trabalhos de Robson Belchior Chaves, que trata da *Festa em Mogi das Cruzes*, (2010), trazendo a experiência das identidades no interior do estado, além de Gyorgy Henyei Neto em *Identidade açoreana através das Festas do Espírito Santo*, (2013), além de sua tese *Da água ao viaduto – A transmigração da Festa do Espírito Santo na Casa dos Açores de São Paulo e a permanência da memória* na área de Ciências da Religião da PUCSP, abordando a ressignificação simbólica de uma manifestação cultural/religiosa dentro do movimento migratório dos Açores para São Paulo. Partindo da construção social dos açorianos na cidade, na qual formam diálogos possíveis sobre o cotidiano, a cultura, as identidades, o trabalho e as formas de viver a religiosidade, ao contrário do que ocorre no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Maranhão e no Pará, ainda não foram estudadas em profundidade na Grande São Paulo (Bonfim, 2002).

Na obra de Judith Evangelho (2012), a cidade do Rio de Janeiro é destacada no estabelecimento dos açorianos, considerando as saídas das ilhas em números, as chegadas e o estabelecimento tanto dos sujeitos como da vida cotidiana e do trabalho. Conforme investigação da autora, *Os açorianos no Rio de Janeiro, 1860-2000*, os números condizentes às chegadas nos anos de 1920 a 1940 contabilizam 5.025 imigrantes, sendo 2.234 para o Rio de Janeiro e 1851 para São Paulo, com menção aos demais que se dirigiram a outros estados como Pernambuco – 36, Bahia – 33, Pará – onze, Amazonas – dez, Rio Grande do Sul – nove, Espírito Santo – sete e Minas Gerais – apenas um.

Menciona ainda as origens das ilhas, tendo São Miguel com 58,31% dos emigrantes, a Terceira com 32,34%, Pico com 3,30% e Corvo com 0,20% da emigração total nesse período.

Apesar da significativa representação numérica dos açorianos oriundos da Ilha Terceira referenciar Rio de Janeiro como principal destino, os dados sobre as saídas das ilhas e chegadas aos portos do Brasil trazem números significativos sobre os aportados em Santos com destino a São Paulo. Fontes ainda precisam ser tratadas como legislação, passaportes, contratos de trabalho, lista de vapores, documentos oficiais, documentos cartoriais, censos, fontes policiais, processos-crime, fontes patronais, pro-

vérbios, crônicas, literatura, memórias, correspondências, diários, documentação de associações comerciais, mútuas, beneficentes, grupos regionais, histórias de vida, etc.

As experiências e memórias dos açorianos vêm sendo escritas sob diversos olhares, formando um acervo relevante dos grupos que vieram à capital paulista. Suas tradições, festividades, celebrações e comemorações fundamentam o cotidiano do grupo, muitas vezes trazendo aspectos representativos do passado com ar de futuro para as gerações que nasceram na capital múltipla e diversa.

São Paulo encontra-se como um dos destinos relevantes da história da imigração açoriana. Podem-se rastrear inenunciáveis referências aos açorianos, vinculando-os a tradicionais famílias paulistas desde o século XIX, com destaque para algumas expressões como elemento constitutivo dos genes dos bandeirantes paulistas (Bonfim, 2002).

Quanto aos inícios da grande imigração (finais do século XIX), foram localizadas famílias da ilha de São Miguel nas fazendas na região de Ribeirão Preto (de propriedade de Martinho Prado Jr.) e em Descalvado, Mogi-Mirim, Campinas e Piracicaba. Grosso modo, os fluxos migratórios para o Brasil mantinham certa constância, sobretudo para o Rio de Janeiro e São Paulo, com os processos de industrialização e urbanização em meados do século XX (Angelo, 2011, p. 91).

Nesse contexto, a mão de obra para o processo era contundente e ampliava-se à medida que as indústrias ampliavam seus serviços e produtos. Nessa conjuntura, o Brasil recebeu cerca de 295.801 portugueses, dos quais mais de 134.000 tinham como destino a cidade de São Paulo (Freitas, 2006, p. 41).

Os portugueses de forma geral espalharam-se pela cidade de São Paulo e habitaram diversos bairros, como é o caso do “Bom Retiro, Belenzinho, Mooca, Bexiga e Brás. No início do século XX, portugueses já habitavam bairros como o Tatuapé, Casa Verde, Pinheiros, Ponte Grande”. Além desses bairros, novos espaços construídos pelos portugueses também podiam ser vistos na Vila Gumercindo e no Itaim Bibi, em cujas chácaras passaram a cultivar verduras, legumes e flores, além da criação de vacas leiteiras (Freitas, 2006, p. 106).

Ainda nessa perspectiva, em alguns bairros como Santana, Tucuruvi, Tremembé e Vila Guilherme há um número expressivo de portugueses, inclusive vindos das Ilhas da Madeira e Açores. Na Zona Norte, os madeirenses convergiram principalmente para o Imirim e bairros próximos ao Horto Florestal e, na Zona Sul, para Santo Amaro. Os açorianos instalados na Zona Leste da cidade concentram-se principalmente na Vila Carrão (Angelo, 2013).

A potencialidade da mão de obra era de suma relevância para o crescimento ora instalado; as imigrações e as migrações do país iniciaram a franca expansão. Os bairros ganhavam delineamentos específicos no que diz respeito às condições socioeconômicas e culturais dos grupos, que se incumbiam de definir as formações que dariam posteriormente uma caracterização de suas peculiaridades tradicionais. Sobre o processo de construção da Zona Leste da cidade pode-se dizer que a ocupação foi constituída ao longo da ferrovia, pois estendia seu eixo de contato entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (Rolnik; Frúgoli Jr., 2001, p. 44).

Com a ampliação das fábricas e indústrias no bairro e em suas adjacências, a mão de obra imigrante era necessária para a ideia de desenvolvimento da metrópole. Ao se analisar a construção dinâmica da metrópole, especialmente dessa área da Zona Leste, onde as vilas cresceram no entorno das fábricas e onde se estabeleceram vínculos com o trabalho, evidencia-se a relação dialética entre essa construção e os integrantes desse processo social (Rodrigues, 2009, p. 02).

As vilas na Mooca, Belenzinho, Vila Maria ampliavam seu polo industrial, trazendo cada vez mais mão de obra e trabalho para a cidade, ao passo que a imigração se acelerava pelo trabalho (Rodrigues, 2009, p. 04).

Nessa nova perspectiva, as características urbanísticas foram repensadas com o objetivo maior de desafogar o trânsito e redefinir os aspectos do centro da cidade, especialmente pelo plano “avenidas”; nesse novo contexto, “quarteirões e bairros diferenciavam-se segundo a predominância das atividades ali estabelecidas; ruas, vilas e cortiços/malocas povoados por migrantes mostravam a latência de um espaço entre a casa e a rua [...]” (Matos, 2001, p. 50).

Nesses espaços de migrantes e imigrantes, nos quais se observavam trocas constantes entre relações de solidariedade, sociabilidade e estratégias de sobrevivência, foram se formando verdadeiros territórios de faces visíveis, não ocultas nem sem identidades, mas com singularidades de cada grupo (Weber, 2006, p. 243). Assim, ao se estabelecerem na Vila Carrão ou Jardim Têxtil, como o bairro era conhecido na década de 1940, tinham, além do Cotonifício Guilherme Giorgi – expressão do trabalho –, a formação do bairro de trabalho e, de certa forma, também se demarcava como um território dos açorianos.

Assim, paralelamente à formação do território açoriano em São Paulo, a cidade passava pelo processo de urbanização, no qual residem alguns dos motivos dessa etnicidade como uma necessidade de construção, desconstrução e reconstrução de identidades e memórias a fim de garantir as origens no espaço e no tempo (Villar,

2004). Diante dessa observação, percebe-se que o “processo de construção de laços se fez através da tecedura de uma trama em que estiveram presentes as relações de gênero-etnia-classe, constituindo-se um processo dinâmico em que os perfis de comportamento se fazem, desfazem e refazem por diferenciação e por integração...” (Matos, 2002, p. 50).

A integração dos imigrantes açorianos pontuava o início da busca pelos laços socioculturais, evidenciando também as questões de gênero e classe enquanto formas de manter memórias do passado e da terra de onde vieram por meio de solidariedade e cumplicidade num território desconhecido e no qual se buscava uma forma de construção de um espaço que os identificasse. Essa identificação faz parte de algo maior, de um pluralismo cultural que passa a abordar os interesses dos mais variados grupos étnicos e, ao mesmo tempo, distanciá-los (Fausto, 1991, p. 38).

Com a delimitação desse espaço (Vila Carrão) enquanto território também açoriano, as famílias instalaram-se em busca de trabalho, tendo maior visibilidade a inserção de sua mão de obra nas fábricas e indústrias que se estabeleciam na região. Essa questão do trabalho inclui-se nas representações a eles associadas a partir de seus esforços no trabalho. As dificuldades oriundas da falta de infraestrutura no bairro que se formava são visualizadas na dimensão do que significava o ir e vir até o trabalho no cotidiano dos operários. “Para chegar à fábrica, os trabalhadores deviam tomar um ônibus no Largo São José do Belém, onde a Companhia Cometa fazia ponto final das linhas que serviam a região: Vila Diva, Vila Formosa, Vila Santa Isabel e Guilherme Giorgi” (Blay, 1985, p. 298).

Durante o processo de construção e instalação da fábrica, os operários caminhavam por longos percursos, especialmente a pé, por entre a mata até a avenida onde se localizava o trabalho (Blay, 1985, p. 298).

Os imigrantes formam grande parte da mão de obra trabalhadora em São Paulo, tanto por se ajustar às exigências desse tipo de trabalho operacional como pelo fato de muitos deles já terem sido operários. Outra razão é a de não terem preconceitos contra o trabalho manual, facilitando assim a inserção nas fábricas (Carone, 2001, p. 105).

Além do trabalho nas fábricas e indústrias, os açorianos dedicavam-se às ocupações em setores técnicos especializados, padarias, supermercados, floriculturas, açougues e feiras livres. As relações de trabalho perpassam a esfera da construção da cidade; delas homens e mulheres açorianos participavam de forma ativa, garantindo a visibilidade atualmente percebida na comunidade que habita a Vila Carrão.

Entre os fatores que motivaram a vinda dos açorianos para o Brasil, especialmente para a cidade de São Paulo, destacam-se o crescimento da cidade de São Paulo e a ampliação da mão de obra fabril. O Cotonifício de Guilherme Giorgi, por exemplo, tinha em sua folha de pagamento diversos imigrantes portugueses, que traziam cada vez mais seus parentes e amigos para o bairro – Vila Carrão – e suas adjacências, no intuito de melhorar suas condições de vida e lhes arranjar trabalho (Revista IN, 2004).

Os operários das fábricas Giorgi, que incluíam a Minerva, como atividades de sociabilidade e diversão, eram agraciados com espaços criados pela fábrica em seu próprio terreno, “um parque infantil e uma sede social onde são promovidos bailes, abertos ao público mediante pagamento de ingresso. Tiveram um time de futebol atualmente extinto” (Blay, 1985, p. 299-300). Muitos dos que moravam nas casas do grupo Giorgi tinham algumas condições a cumprir como forma de pagamento pelo apoio a eles concedido (Blay, 1985, p. 300).

Não obstante essa polêmica questão das vilas operárias, as casas populares da vila Guilherme Giorgi davam nova característica arquitetônica ao bairro. A construção do atual espaço ocupado pelo Jardim Têxtil possui certo distanciamento das características de criação. “Mas, do ponto de vista sociológico, face à interferência que a casa provoca nas relações de produção, ela se assemelha às antigas vilas operárias. Seus muros são reais, embora não sejam de concreto” (Blay, 1985, p. 303).

Além do trabalho fabril, a cidade de São Paulo era uma oportunidade de saída da crise econômica em que esses sujeitos viviam nos Açores, pois o trabalho era, nesse momento, tido como crucial para o desenvolvimento da cidade, pois os paulistas vangloriavam sua condição e o ritmo de crescimento da cidade e reconheciam que o desenvolvimento se encontrava trabalhando intensamente, a tal ponto que nem era possível mensurar o crescimento acelerado. Com uma média de uma casa por hora, mudando o esboço de cidade, que até então era de palacetes. Sua aceleração é de uma rapidez que impossibilitava de acompanhar no mapa, pois a cada semana era necessária uma nova edição (SP 450 Anos, 2010). Ao passo que a cidade crescia, as motivações dos grupos imigrantistas renovavam-se e, assim, se formava uma São Paulo multicultural.

Segundo apontamentos de outras pesquisas, das motivações para a vinda dos açorianos ao Brasil emerge um panorama da região dos Açores que indica a ausência de emprego e de condições de subsistência, solo infértil, falta de apoio do governo, busca por melhores condições financeiras e ascensão econômica, fatores

que iam ao encontro das ideias de Brasil e São Paulo em ascensão econômica (Freitas, 2006, p. 76).

Algumas considerações

A imigração enquanto fenômeno social que carrega sentidos no ato de deslocar-se, seja em busca de qualidade de vida, oportunidades ou qualquer outra motivação, tem na história inúmeras distinções que ao longo do tempo formaram novas terras, novas experiências e novos sujeitos pelo mundo temporal e geograficamente.

O tema, enquanto um processo social, vem sendo descortinado na historiografia das migrações, sejam elas internas ou externas, a fim de que novos e múltiplos olhares tragam diálogos e releituras que envolvam os deslocamentos e seus efeitos.

Este texto buscou descrever as direções já investigadas, não apenas a fim de compreender as relações humanas postas no fenômeno, mas aspectos que se correlacionam, como a mobilidade social e suas implicações, a participação na economia, a integração sociocultural e a política de entradas e saídas e demais relações humanísticas.

Foram levantados aspectos gerais, demográficos, expressões do mundo do trabalho, além de novas percepções dos imigrantes com o lugar, promovendo representações de fixação no país, na região e na localidade propriamente dita.

Muitas relações sobre as invisibilidades e lacunas dentro dos estudos da imigração açoriana foram percebidas, com atenção especial aos protagonistas aportados em São Paulo, tanto na cidade como no estado. Categorias como cultura, sociabilidade, festividades, tradições e difusão de grupos ainda carecem de tratamento na historiografia.

Ao privilegiar novas fontes, documentos, instituições e demais dimensões que carecem de tratamento, os luso-açorianos e brasileiros tanto na cidade de São Paulo como no interior são praticamente invisibilizados nos documentos, pois, considerando que os açorianos foram significativamente estudados na região sul do país, onde a colonização privilegiou esses grupos em diversas levas e contingentes, ficam as demais regiões descobertas na história e na memória desse grupo de imigrantes.

Diversas investigações e fontes vão fechando lacunas e invisibilidades, como o caso dos açorianos em São Paulo, tanto como cidade quanto estado, mas muito ainda se tem para descortinar trajetórias nesse processo tão múltiplo e diversificado, colocando novos desafios e novas interpretações da e/imigração açoriana para o futuro das múltiplas histórias a serem contadas.

Fontes

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Portugal: Demografia*. Anos de 1901 a 1910 (vários). Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13/08/2016.

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Portugal: Demografia*. Anos de 1911 a 1920 (vários). Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13 ago. 2016.

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Portugal: Demografia*. Anos de 1921 a 1930 (vários). Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13 ago. 2016.

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Portugal: Demografia*. Anos de 1931 a 1940 (vários). Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13 ago. 2016.

INSTITUTO Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico de Portugal: Demografia*. Anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 (vários). Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13 ago. 2016.

INSTITUTO Nacional de Estatística. Delegação de Ponta Delgada. O Distrito de Ponta Delgada. *Súmula Estatística (1963-1972). Série Estatísticas Regionais*. Disponível em: <http://biblioteca.ine.pt/>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Referências

AÇORES. *Direcção Regional das Comunidades. Dados estatísticos 1960-2015*. Disponível na internet. Acesso em: 8 ago. 2010.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Memórias e Identidades dos Açorianos: A festa do Divino Espírito Santo na Vila Carrão São Paulo. *Oralidades*. São Paulo, USP, v. 3, n. 5, p. 45-59, 2009.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Trajetoárias dos imigrantes açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e ressignificação das representações culturais*. Tese (Doutorado em História Social), PUC-SP, 2011.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Histórias e Memórias em São Paulo: A Vila Carrão enquanto território cultural e de múltiplas identidades. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1385664230_ARQUIVO_TURISMO.pdf. Acesso em: 13 fev. 2016.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Historiografia da e/imigração açoriana para São Paulo no século XX: fontes e desafios. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade *et al.* *Díasporas Globais e Migrações Contemporâneas*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 57-75.

BAGANHA, Maria I. B. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, v. XXIX, n. 128, p. 959-980, 1994.

- BARBOSA, Fidelis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.
- BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2002.
- BETTENCOURT, José de Sousa. *Luanda*: Instituto de Investigação Científica de Angola-Departamento de Ciências Humanas, 1961. Luanda: Gráfica Portugal, 1962.
- BLAY, Eva A. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOMFIM, Paulo. Açorianos em São Paulo – séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. In: BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2002. p. 164-168.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os açorianos*. Florianópolis: (s.e.), 1951.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CHAVES, Robson Belchior. Festa do Divino em Mogi das Cruzes. *Revista Nures*, n. 15, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- CEPESE. *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*. Universidade do Porto e Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 1981.
- CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Arthur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades. *Arquipélago, História*, 2ª série, VII, 2003.
- EVANGELHO, Judite T. *Os Açorianos no Rio de Janeiro: 1860-2000*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- EVANGELISTA, João. *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1991.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Povoadores da fronteira: Os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- FREITAS, S. M. de. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L'Émigration Portugaise (XVe.-XXe. Siècles) – Une Constante Structurelle et les Réponses au Changement du Monde. *Revista de História Económica e Social*, (1), p. 5-32, 1978.

GOULART, Tony. *Capelinhos: as sinergias de um vulcão – emigração açoriana para a América*. Portuguese Heritage Publications of California, Inc., 2008.

HALPERN, Miriam. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Portugal: Instituto Camões, 2002.

HENYEI NETO, Gyorgy. Religião, tradição e museologia: manutenção das tradições da e pela religiosidade nos movimentos migratórios. *Museologia e Patrimônio*, v. 6, n. 2, p. 29-39, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1973.pdf. Acesso em: 13 out. 2017.

JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no século XIX [Em linha]: economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

KENNEDY, Robert A.; NUNES, Fernando; HORTA, Ana Paula Beja. Identity, civic engagement and multiculturalism: Portuguese Canadian immigrant descendants in Canada and Portugal: Special Issue. *Portuguese Studies Review*, v. 20, n. 2, Baywolf Press, 15 mar. 2013.

LACERDA, Eugênio Pascele. *O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Florianópolis-SC: UFSC, 2003.

LEITE, José Guilherme Reis. Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX. *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, Casa dos Açores, a. 1, n. 1, p. 53-64, 1989.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2002.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. v. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de; MADEIRA, Arthur Boavida. *Emigração e regresso no Concelho da Povoação*. Ponta Delgada: CES/Universidade dos Açores; Nova Gráfica, 2003.

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de; MADEIRA, Arthur Boavida. *Emigração e regresso no Concelho de Nordeste*. Ponta Delgada: CES/Universidade dos Açores; Nova Gráfica, 2004.

MENDONÇA, Luís. *História dos Açores: visão geral (sécs. XV-XIX)*. Centro de Apoio Tecnológico à Educação, 1996.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

OLIVEIRA, Isabel Tiago de. Emigração nas ilhas portuguesas: emigração legal, clandestina, retorno e re-emigração. *População e Sociedade*, n. 3, p. 215-226, 1997.

PELUSO Jr., Victor. *Estudo de geografia urbana em Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

PEREIRA, Míriam Halpern *et al.* (eds.). *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1993.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Contributo Açoriano para a construção do Mosaico Cultural Catarinense*: Coletânea de trabalhos do autor versando a presença do português açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Papa-Livro, 2003.

PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: EdUFSC/Lunardelli, 1983.

PIMENTEL, Dulce. Portugal ainda é cais de partida: alguns dados da emigração no período 1992-2003, *GeoINova*, (8), p. 207-211, 2003.

REVISTA IN. *Era uma vez um bairro com muitas chácaras...* 27 ago. 2004. Disponível em: http://www.revistainonline.com.br/exibe_historia_bairro.asp?texto=36&bairro=8. Acesso em: 22 jan. 2010.

RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braços e intelectuais. *Arquipélago. História*, 2ª série, v. 7, p. 143-172, 2003.

ROCHA, Gilberta P. N.; FERREIRA, Eduardo. A população e a diáspora – factos e contextos – 1930-2000. In: *Revista Portugal pelo Mundo Disperso*, p. 53-82. Lisboa: Tinta da China, 2013.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. O impacto das migrações na população dos Açores na segunda metade do séc. XX. In: VIEIRA, Alberto (org.). *Arte, Comércio, Demografia e Literatura. Anais do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, v. II. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1997.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização. In: MENESES, Avelino (org.). *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, s.l., Universidade dos Açores/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. Crescimento da população e os novos destinos da emigração – 1895-1976. *História dos Açores*, v. II, Instituto Açoriano de Cultura, p. 263-305, 2008.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *The Azores and emigration: demographic evolution in the second half of the 20th Century*. Portuguese Heritage Publications of California: California, EUA, p. 321-326, 2008.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; FERREIRA, Eduardo Ferreira. Territórios e dinâmicas migratórias nos Açores. *Cidades – Comunidades e Territórios*, n. 21, p. 97-110, 2010.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; FERREIRA, Eduardo. “Azorean emigration in the context of social change: some notes from the press in São Miguel (1920-1950)”. *e-Journal of Portuguese History*, v. 7, n. 2, 2009.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de; FERREIRA, Eduardo; MENDES, Derrick. *Entre Dois Mundos*. Emigração e Regresso aos Açores. Ponta Delgada, Governo dos Açores, 2011.

ROCHA-TRINDADE, Beatriz. História das Migrações Portuguesas. *Janus Online – Espaço online de Relações Exteriores*. Disponível em: www.janusonline.pt. Acesso em: 01 out. 2016.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social* 90, n. 22. Lisboa: ICS, 1986. p. 139-156.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. O Fenómeno Migratório em Portugal. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, v. 3.1, 2014.

RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. *Evolução urbana de uma cidade no interior paulista, busca na cidade de Casa Branca no caminho de Goiás*. FAU-USP, 2009. Disponível em: http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/061/a048.html. Acesso em: 12 jul. 2017.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI Jr., H. “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. In: *Cadernos Metrópole*, n. 6. São Paulo: Educ, 2001. p. 55-83.

ROSA, Othelo. Formação do Rio Grande do Sul. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Segunda Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957. p. 13-30.

ROSA, Victor M. P. da; TRIGO, Salvato. *Contribuição ao estudo da emigração nos Açores*. Angra do heroísmo: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1990.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “A emigração: fluxos e destinos”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo dos Leitores e Editores, 1998. v. 3.

SÃO PAULO 450 ANOS. *A história dos marcos da cidade*. Cidade Moderna (1930-1960). Disponível em: http://www.aprenda450anos.com.br/450anos/vila_metropole/2-4_cidade_moderna.asp. Acesso em: 12 ago. 2010.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa – sondagem histórica*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SILVA, Susana Serpa. O Distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registos de passaportes (1836-1839). *Entre mares – O Brasil dos portugueses*. Porto: CEPES, 2010.

SILVA, Susana Serpa. A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX. In: SOUSA, Fernando *et al.* *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteiras do Caos; CEPES, 2011.

SILVA, Susana Serpa. Em busca de novos horizontes: Açores, emigração e aculturação nos finais do Séc. XIX inícios do Século XX. *Arquipélago. História*, 2ª série, VI, 2002.

SILVA, Susana Serpa. A emigração açoriana para o Brasil, por meados do Século XIX, a questão da “Escravidura Branca”. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 56, p. 37-61, jan./jun. 2012.

SILVA, Susana Serpa. Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada (1895-1902). In: MENESES, Lena M. de; SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico*. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: PPGAS; Museu Nacional; UFRJ, 2004. v. 10, n. 1.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões. Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. n. 18, p. 236-250. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes18_ReginaWeber.pdf. p. 243. Acesso em: 14 nov. 2017.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

Brasileiros(as) na Itália durante a pandemia de Covid-19 em 2020

Maria Catarina Chitolina Zanini

Esta contribuição procura refletir acerca de alguns dos processos vividos e experimentados por brasileiros(as) na Itália (e na Europa) durante o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19. A pandemia afetou o planeta todo e exigiu uma série de controles e vigilâncias para evitar contágios e a disseminação do vírus. Tratava-se de um vírus com alto potencial de transmissão, que provocou imensa mortalidade e continuou provocando mesmo após o início do processo de vacinação em 2021. Numa reorganização global, os processos de mobilidade também sofreram transformações e novas estratégias de deslocamento e também de permanências. Muitos migrantes viram-se impedidos de se deslocar durante o período de maior controle das fronteiras. Estavam em imobilidade forçada.

A Itália foi um país em que as mortes provocadas pelo vírus chocaram muitos, pois foram transmitidas imagens em nível mundial na qual se viam hospitais lotados, o sofrimento dos familiares longe dos doentes, a expectativa de mortes anunciadas e o pânico em algumas localidades. Da impossibilidade de os corpos mortos serem velados e sem a despedida de suas famílias, dos descontroles dos sistemas hospitalares, pois eram muito mais pacientes do que a capacidade de atendimento, tudo chocava em imagens que eram transmitidas em nível global. Nesse sentido, estar confinado em casa, pois, em determinado momento, foi necessário ter autorização para viajar e transitar, mas podendo assistir ao que se passava em outros continentes, era algo muito complexo, tratando-se de um processo que afetou a saúde mental de muitos indivíduos. Podíamos, assim, compreender a dimensão do fenômeno da Covid-19 em nível mundial, mas também a incapacidade de estar para além das telas. A isso tudo somado o fato de que o vírus e suas dinâmicas ainda eram desconhecidas.

Impossibilitada de efetuar pesquisa etnográfica em nível presencial, procurei no ano de 2020 outras alternativas para acompanhar o que se passava com os/as

brasileiros na Itália: como estavam, como se sentiam, de que forma estavam vivendo e conduzindo suas rotinas durante a pandemia, como se comunicavam com suas famílias no Brasil e como estavam enfrentando os isolamentos e suas consequências. Alguns brasileiros(as) eu acompanhava pelas redes sociais, pois já os tinha como interlocutores desde 2012, quando iniciei minhas pesquisas na Itália. Por meio de aplicativos como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp*, e-mails e outras formas eu os assistia e acompanhava a distância. Contudo, eu queria obter informações mais alargadas e que me possibilitassem ter uma noção de classe, gênero, raça, etnia, religiosidade, gênero, geração e outros marcadores durante a pandemia.

Eu queria compreender também como os/as brasileiros estavam reagindo à pandemia e suas regulações em contexto de deslocamento. Quais estratégias estavam usando para enfrentar suas rotinas? Sendo alguns ítalo-brasileiros, já tendo a cidadania italiana reconhecida, eu queria observar também se estar documentado, regularizado em nível burocrático e jurídico fazia alguma diferença na experiência que estavam tendo longe do Brasil e de suas famílias de origem durante a pandemia. Assim, pude usar a internet e seus aparelhamentos para compreender a dimensão que os espaços digitais (Pink, 2012) tiveram nas vidas cotidianas dos brasileiros na Itália também.

Como fiz...

No aprendizado sobre como fazer pesquisa etnográfica em contexto de pandemia, tive que me aventurar nos domínios das facilidades tecnológicas que as novas formas de comunicação permitem. Assim, após algumas instruções técnicas recebidas, optei por utilizar o *Google Forms*, que nos possibilita o envio de formulários a serem respondidos e que nos fornecem, conforme sua aplicação e retorno, uma dimensão estatística das informações. Embora eu procurasse por dados mais qualitativos, foi muito importante ter acesso a essa dimensão mais numérica das fontes. Como ressalta Hine (2004, 2011), se a internet é produtora e produto ao mesmo tempo, pude durante a pandemia exercitar como essa produz informações e pode também ser produzida por elas. Mas a pergunta maior é: qual sentido e consequências tem na vida das pessoas, receptoras e também produtoras de informações, no caso dos brasileiros (as) na Itália?

Elaborei então um questionário que foi enviado em 2020, amplo, tanto para ítalo-brasileiros como para os brasileiros que ainda não tinham a cidadania reconhe-

cida. Esse questionário foi respondido e recebeu muitas críticas devido a seu tamanho, muito extenso e com perguntas abertas, como os antropólogos gostam. Assim, no ano de 2021, elaborei um outro instrumento, mais enxuto e fechado. Foi um aprendizado ter que lidar com as dimensões do que as pessoas entendem como um bom questionário a ser respondido e o tempo que pretendem investir nas respostas. Aprendi que, embora eu quisesse respostas mais qualitativas, era muito importante ter grande parte do formulário com respostas mais diretas. Era isso o que os interlocutores desejavam de um questionário *on-line*.

Para ambas as aplicações de questionários (de 2020 e 2021) eu contei com o auxílio dos grupos de brasileiros nas redes sociais. Eu escrevia para os administradores das contas apresentando-me, explicando minha pesquisa e solicitando se seria possível o envio daquele instrumento de pesquisa via sua rede social. Fiz isso individualmente com mais de uma centena de contas, recebendo aceites e recusas, o que foi por mim respeitado e também me deu uma dimensão de que nem sempre os pesquisadores podem ser bem-vindos. Afinal, quem quer ser investigado? E ainda mais num contexto tão particular como uma pandemia. Acresço a isso o fato de que alguns migrantes brasileiros que estão nas redes sociais não necessariamente estão em situação regularizada na Itália. Alguns estão ainda indocumentados e em condições de vulnerabilidade. Mas postam, e alguns postam muito na internet. Isso também aguçava minha curiosidade. Por que postavam? Para suas famílias no Brasil? Para que se soubesse onde e como estavam?

Além de enviar os questionários e de acompanhar sua recepção nas redes sociais, eu fui conhecendo as rotinas postadas diariamente por eles nas cidades em que estavam habitando. Embora eu tenha enviado os questionários por meio das redes sociais e de grupos que haviam sido criados na Itália, as respostas dos questionários mostravam-me que muitos estavam em outros países já. Ou seja, haviam estado e passado pela Itália, mas, por questões diversas, já não mais estavam lá quando da aplicação do questionário. Fiz entrevistas pelo *WhatsApp* também e por e-mail, o que me trouxe outra dimensão da construção das respostas. Nessas conversas, pude elaborar perguntas mais diretas e focadas. Havia brasileiros na França, Espanha, Alemanha, Irlanda, Dinamarca, Reino Unido e Portugal.

Eu estava, assim, em 2020, aprendendo a fazer pesquisa etnográfica por meio de aplicativos, da internet e da distância presencial. Nesse sentido, observo que todo o contato e a intimidade que procuramos estabelecer com nossos interlocutores para efetuar boas pesquisas deram-se noutra dimensão, sempre com as devidas preocupa-

ções éticas. Eu, sendo apresentada pelos administradores e inserida nas redes, fui aceita e legitimada por eles, o que me facilitou a inserção. Não posso dizer que foi fácil, pois, mesmo não sendo de uma geração tecnológica, mas que usa a tecnologia com tanta intensidade, esforcei-me bastante para aprender e fazer uso das ferramentas disponíveis. E o resultado foi, sob meu ponto de vista, muito satisfatório. O número de questionários que retornaram deixou-me muito animada.

E observei, como aponta Daniel Miller (2015), que as pesquisas *on-line* não necessariamente são menos profundas ou mais distantes, mas sim, que trazem outras possibilidades de construção de narrativas. Diria que talvez até no contexto contemporâneo em que as pessoas estão com rotinas sobrecarregadas, com tempo escasso e com mobilidades urbanas lentas e tensas as conversas nas telas tomam uma dimensão de descanso, de um tempo outro. E com a proteção das distâncias assuntos delicados podem ser inseridos noutra potencialidade de interação. Nesse sentido, como salientou Jean Segata (2020a; 2020b), o digital durante a pandemia deve ser observado em suas complexidades e também em suas possibilidades para o trabalho etnográfico.

A experiência de tentar fazer pesquisa num contexto pandêmico também possibilitou uma releitura dos dados quantitativos. Eles foram muito importantes para mim no sentido de ter uma dimensão do grupo que eu procurava conhecer. Embora se saiba que, nas questões de mobilidades e deslocamentos, nem sempre os números se aproximam do que, de fato, acontece, pois muitos desses indivíduos são invisibilizados e se invisibilizam, pois estão sem documentos e sem amparo legal nos países de destino. Contudo, naquele momento, os números foram muito importantes para eu me situar acerca de qual universo e contexto eu estava falando. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, em 2020 havia 4.215.800 brasileiros no exterior e, na Itália, eram 161.000. A Itália era, então, o sexto país de destino dos brasileiros no exterior.¹ Em 2022, eram 157.000 brasileiros na Itália. Ou seja, no pós-pandemia parece ter havido um decréscimo. Contudo, se comparado com 2018, quando eram 85.700, observa-se uma dinâmica que necessita ser compreendida e estudada mais amplamente.

¹ Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, em 2020 eram 4.215.800 brasileiros no exterior. Em 2021, 4.404.255 e, em 2022, 4.598.735. Ou seja, um contingente que vem crescendo seguidamente. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mre/pt-br>.

Em 2020, foram 74 questionários respondidos, 71 válidos; as pessoas tinham entre 16 e 72 anos, sendo que 70% se declararam mulheres. Sobre a religiosidade, 38,3 declararam-se católicos (praticantes e não), 5,5 nenhuma religião, e houve, como a pergunta era aberta, uma série de filiações, como espírita, budista, evangélica e agnóstica. E, quanto ao catolicismo, as pessoas fizeram questão de responder se eram praticantes ou não. Quanto ao estado civil, 52% declararam-se casados(as), 24,7% como solteiros(as), havendo também outras classificações, como convivente, divorciado(a), separado(a) e outras. As ocupações, profissões ou empregos foram dos mais diversos, desde empreendedores, empresários, garçonetes, garçons, tradutores, serviços de limpeza diversos, jardinagem, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, gestor de cobrança, técnico em informática, programador, psicóloga, fisioterapeuta, manicure, jornalista, engenheiro civil, arquiteto, assistente social, socióloga, pedreiro, porteiro, engenheiro agrônomo, turismólogo, advogado. Muitos fizeram questão de dizer que tinham formação de nível superior no Brasil, mas, naquele momento na Itália ou estavam sem emprego ou estavam trabalhando de com limpeza e cuidado de idosos. Na limpeza, pode-se considerar o emprego doméstico, faxinas ou os lavadores de louça em restaurantes. Além disso, há o serviço de limpeza de eventos e festas, em que há uma possibilidade de ganho interessante para os brasileiros(as), mas que durante a pandemia não ocorreu. Os serviços de cuidado, como de babá, também são uma possibilidade de ganho, mas que durante a pandemia e suas regras de isolamento e mobilidade foi bastante afetada.

Em 2021, 35 questionários foram respondidos, 34 válidos. Dos 35 questionários respondidos, 82,1% declararam-se mulheres, 58,8% estavam casadas e viviam, quando responderam o instrumento, na Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, França, Irlanda do Norte, Dinamarca ou Áustria. Suas ocupações eram estudantes, trabalhadores da limpeza, serviço doméstico, tradutores, trabalhadores da saúde, entre outros. Ambos os questionários eram distintos, com perguntas diferenciadas, o que me possibilitou compreender questões diversas, inclusive quanto à vacinação e ao atendimento no serviço de saúde dos países em que estavam.

Saliento que, nos anos de 2022 e 2024, retornei à Itália para efetuar visitas, entrevistas e conviver um pouco mais com os interlocutores, alguns dos quais eu já acompanho desde 2012. Era já outro momento, especialmente em 2024. Em 2022, ainda havia pessoas com pouca vacinação, com muitas dúvidas e medos acerca dos tratamentos para a Covid-19, e o uso de máscaras faciais protetivas era muito habitual. Em 2024, pude conviver mais largamente, fazer entrevistas e passeios, e as máscaras

para a proteção contra o Covid já não eram uma necessidade. Contudo, havia outros medos entre os brasileiros: os boletos a pagar, pois devido aos conflitos entre Ucrânia e Rússia o gás havia ficado muito caro. Assim, muitos haviam criado estratégias para fugir do frio e das contas. E o tema recorrente nas conversas eram os boletos e não mais a Covid-19.

Para fins deste texto, analiso somente questionários recebidos em 2020², pois foram respondidos num momento bastante significativo da pandemia, entre os meses de julho e novembro daquele ano, sem vacina, com muitas mortes e um contexto de incerteza muito pesado. Depois de solicitar a divulgação do questionário nas redes sociais de brasileiros, fui recebendo, aos poucos, as respostas. E cada novo questionário que chegava era um mundo que se abria. Pude compreender como a pandemia havia impactado (ou não) a vida das pessoas, suas rotinas, rendas e convívio. E, para muitas, creio que fui “ouvidos”, pois ali ficaram registradas muitas vivências profundas sobre a vida, a morte, a solidão e o adoecimento na Itália. Também há que considerar que aqueles que estavam indocumentados estavam também sem proteção do Estado, e isso os levava a quadros de ansiedade profundos. Naquele momento, as instituições humanitárias e religiosas desempenharam um papel muito importante também. Foi a elas que muitos migrantes recorreram em situações-limite.

Sobre a vida cotidiana durante a pandemia em 2020

Parece importante salientar que a Itália tem uma forma complexa e contraditória no trato dos migrantes e estrangeiros (Ambrosini, 2006). Nesse sentido, naquele contexto de luta por recursos e atendimentos de saúde, os estrangeiros, migrantes e extracomunitários viram-se mais vigiados em situação de vulnerabilidade. Quem os ajudaria em situação de doença? Aqueles que eram cuidadores de idosos, de crianças ou empregados domésticos, acostumados a cuidar, seriam cuidados também? Muitos, com certeza, tinham esse questionamento. Entre estes estavam muitos brasileiros(as) que responderam aos questionários e foram entrevistados pessoalmente em 2022. Como ressaltam Tedesco (2010) e Zanini *et al.* (2015) em seus estu-

² Desse exercício de pesquisa *on-line* já foram publicados dois artigos: 1. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Inmovilidad, miedo e incertidumbre: brasileños en Italia (y Europa) durante la pandemia de Covid-19, 2020-2021. *Carta Económica Regional*, ano 35, n. 131, p. 85-100, 2023 e 2. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Mulheres brasileiras numa Itália em pandemia In: *Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir*. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. v. 1, p. 255-280.

dos com os brasileiros na Itália, mesmo aqueles com cidadania italiana reconhecida são tratados e classificados de forma diferenciada do italiano “nativo”.

Algumas das questões que eu tinha eram, talvez, um tanto subjetivas³, acerca do adoecimento, dos sentimentos e das formas como estavam lidando consigo mesmos, com suas rotinas e com a convivência familiar durante a pandemia, que fez com que as pessoas ficassem confinadas em seus espaços domésticos, tendo que estar próximas continuamente, o que poderia gerar tanto coesão como conflito. A Itália adotou regras de isolamento diversificadas, conforme as regiões e os números de contágio, mortes e outros. Assim, uma entrevistada, mulher, questionário 11, 43 anos, casada, morando na Itália, diz que o país estava enfrentando a pandemia “com medidas drásticas de distanciamento social” (questionário de 2020). Isso porque alguns países criaram punições para quem quebrasse as regras de isolamento social. Esse isolamento nem sempre era percebido como algo protetivo, como nos ressalta uma mulher, 50 anos, questionário 12, que estava na Itália com união estável. Segundo ela, na Itália, o isolamento deu-se “da pior maneira possível, com restrições e decretos sem sentido, com manipulação midiática e disseminação de medo” (questionário de 2020). As críticas às formas como foram encaminhadas as medidas protetivas ocorreram especialmente por aqueles que tinham negócios ou perderam sua renda devido às regras de isolamento.

Outra entrevistada, mulher, 43 anos, casada, questionário 15, morando na Itália e que perdeu o emprego durante a pandemia, pois a loja em que trabalhava fechou, diz que houve “*lockdown*, restrições severas, fechamento de lojas nos finais de semana, ensino a distância, distanciamento social, obrigatoriedade de máscaras...” (questionário de 2020). Enfim, situações em que o confinamento, o isolamento e a falta de interações sociais, inclusive comerciais, levaram alguns a perder suas fontes de sustento. Nesse sentido, a pandemia, além de afetar as pessoas psicologicamente, também deixou suas marcas na vulnerabilidade econômica. Isso fez com que algumas das pessoas que responderam ao questionário em 2020 tenham retornado ao Brasil. A experiência do adoecimento longe “de casa” e da família foi algo narrado como sofrido e tenso. Essas narrativas estiveram mais presentes nos questionários de 2021, quando apontavam a

³ Por subjetividade compreendo, conforme Sherry Ortner, “o conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes. Mas eu me refiro, da mesma forma, às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.” (2007, p. 375).

possibilidade de encerrar o projeto migratório no contexto pós-pandemia. Quando voltar se tornou uma possibilidade viável, alguns retornaram ao Brasil.⁴

Contudo, havia aqueles brasileiros que, estando na Itália, faziam comparações e reflexões sobre a situação brasileira naquele momento. O Brasil vivia um período de imenso negacionismo durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022), em que as mudanças de ministros da Saúde eram constantes e as regras para o controle da pandemia foram tensas e controversas. Além disso, houve uma campanha para a medicalização do Covid com substâncias ainda não consideradas cientificamente. Uma mulher, 44 anos, empresária, casada, morando na Itália, diz: “Acho que como o Brasil virou politicagem, o A contra o B, criando decretos e normas, sem pensar na população, mas sim em desfazer o que o A ou B fizeram” (questionário de 2020). Ou seja, em meio ao caos provocado pela pandemia havia a necessidade de estar atento ao momento político brasileiro em que houve um ataque imenso à ciência e aos cientistas. Isso também levou alguns entrevistados a declarar estar satisfeitos por estar na Itália naquele momento. O que não quer dizer que não houve campanhas negacionistas na Itália, muito pelo contrário. Especialmente após a liberação da vacinação, muitos optaram por não fazê-la, acreditando que havia, na vacinação, uma conspiração internacional de dominação e controle por meio da injeção da substância. Algo que ainda merece ser estudado também. Quando cheguei à Itália e contei que havia me vacinado, muitos me questionavam por que eu ter feito isso. O que me levou a compreender que, entre os brasileiros(as) alguns (ou muitos) não se vacinaram.

Outro brasileiro na Itália, 47 anos, solteiro, trabalhando com jardinagem, sendo que durante a pandemia ficou sem atividades, ressaltou que, na data de resposta do questionário (entre julho e novembro de 2020),

ainda é cedo para dizer algo, sinto somente as dores e alegrias, os progressos e as divisões de diversas famílias (tem muitas realidades em nosso país em muitas partes e muitas coisas se identificam muito, em outras a realidade é realmente muito diferente, em classes, conhecimento, padrão de vida, diferenças sociais, territorial e o fator cultural é amplo.

Para os brasileiros acostumados com sociabilidades mais amplas, o período de isolamento na Itália foi bastante difícil e sofrido, como salienta o questionário 25 de um homem, solteiro, tradutor. Para ele, foi

⁴ Alguns desses já foram entrevistados em seu retorno.

horrível, as pessoas não se abraçam, sempre com máscara, sempre um longe do outro, um metro de distância, meios de transporte quase vazios e turismo não existe mais. (Essa é minha experiência de vida e de convivência aqui na Itália em Roma; pode ser que outros estejam em situações e convívio muito diferente do meu) (questionário de 2020).

Contudo, há que se considerar que, para alguns, mais acostumados à vida doméstica, como algumas interlocutoras que responderam ao questionário, a pandemia não teria alterado tanto suas rotinas. Nas cidades menores, as pessoas sentiram-se menos vigiadas e limitadas, podendo fazer compras, levar os *pets* para passear, e alguns até faziam atividades físicas diariamente. Quanto à alimentação, também houve respostas diversificadas. Houve aqueles que, estando em casa, tiveram que alterar sua alimentação e outros que, durante a pandemia, puderam manter seu padrão e estilo alimentar sem dificuldades.

Além disso, para alguns brasileiros, os italianos eram pessimistas com os acontecimentos da pandemia, como aponta o questionário 33, mulher, 47 anos, casada. Diz ela: “É muito tenso no fato de que são muito pessimistas” (questionário de 2020). Além do pessimismo, havia também os negacionistas, como apontado no questionário 47, mulher, casada, 35 anos, pedagoga (não exercendo a profissão). Para ela, “aqui tem bastante restrições, a Itália é feita de idosos, e a grande maioria parece não acreditar muito, se vc passear pelos cafés estão cheios, ou até as praças” (questionário de 2020). Contudo, outra brasileira, casada, 33 anos, questionário 57, formada em educação física no Brasil, ressalta:

Sinto que a vantagem daqui é que as pessoas na sua grande maioria cumprem as regras. Obviamente existem muitas para o descumprimento, o que eu concordo totalmente. Como eu sou uma pessoa caxias, gosto de regras e organização para manter a ordem; sinto que estar aqui foi extremamente mais vantajoso do que estar no Brasil (questionário de 2020).

Ou seja, entre diferentes percepções acerca de como os italianos percebiam a pandemia pode-se observar que os brasileiros procuravam, reflexivamente, situar-se naquele contexto específico. Afinal, como suportar o insuportável? Alguns brasileiros em situação de vulnerabilidade pediam ajuda aos consulados, mas nem sempre eram atendidos. Como foi proibida a entrada de brasileiros na Itália, já que, em determinado momento da pandemia, o Brasil passou a ser considerado como uma “zona de risco” devido ao alto contágio e também pela forma como o governo brasileiro naquele momento conduzia a prevenção. Assim, houve brasileiros que ficaram reclusos em aeroportos, outros sem ter condições de pagar hotéis e muitos voos cancelados.

lados. Para estes, com certeza, em especial para aqueles que estavam indocumentados, as situações vividas foram extremas: sem emprego, sem dinheiro e sem condições de se mover para solicitar ajuda. Algumas dessas situações foram divulgadas nas mídias brasileiras.

Outra brasileira, 69 anos, casada, professora universitária, questionário 26, ressalta que, para ela, tudo foi bem:

Bem, mas acho que poderia ter sido melhor. Pouca gente tem vontade de se sacrificar pela comunidade. Tem muita gente egoísta e ignorante, como em qualquer país do mundo. O governo tem feito o possível para dar condições de atendimento hospitalar a todos os que precisam. Mas muitos se preocupam mais com a economia do que com a saúde. Porém, em linha geral, acho que o país está enfrentando bem (questionário de 2020).

Isso nos leva a refletir acerca de como as situações em que se encontravam os/as brasileiros impactou a forma como perceberam a pandemia e seus desdobramentos. Não se pode generalizar nem apontar que as entrevistas refletem a totalidade das experiências dos brasileiros(as) na Itália durante a pandemia, mas nos possibilitam ter uma dimensão daquilo que foi vivido por eles em solo italiano. Houve diferenças, com certeza, entre aqueles que já tinham família na Itália e aqueles que não, que estavam sós. Ou entre os que tinham alguma proteção institucional ou do Estado e os que não. Além da pandemia, tiveram que enfrentar a solidão, a reclusão e a pobreza em muitos casos. Em certos casos, o pânico e a fome. E isso também foi adoeecedor. O medo pelas contas a pagar, pelas crianças sem aulas, pelos parentes no Brasil, pelo acesso à alimentação, água e outros recursos também os acompanhava. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelas organizações humanitárias e religiosas foi muito importante para a sobrevivência de muitos brasileiros na Itália durante a pandemia. Alguns, trabalhando na informalidade e sem documentos para acessar os serviços públicos de saúde, viram-se em situações-limite, salientando, também, o quanto as vulnerabilidades precisam ser pensadas de uma forma mais humanitária e menos legalista em contextos de adoecimento e de extrema pobreza ou mesmo durante uma pandemia, como foi a Covid-19. Nas entrevistas presenciais que realizei em 2022 e 2024, tive relatos também acerca da dificuldade em conseguir moradia durante a pandemia. Além da falta de renda, viram-se também sem possibilidade de moradia digna. Ou seja, se migrar implica riscos, durante a pandemia esses riscos foram multiplicados e potencializados pela dificuldade de acesso aos serviços de ajuda humanitários.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo refletir acerca das vivências de brasileiros na Itália durante a pandemia de Covid-19, que ocorreu mundialmente durante os anos de 2020 e 2021, permanecendo ainda ativa, mesmo que em decréscimo, em diversas regiões e grupos sociais. Foram executados dois questionários via *Google Forms*, um no ano de 2020 e outro no ano de 2021. Para fins deste artigo, utilizei somente os questionários do ano de 2020. A pandemia foi um momento-limite no planeta como um todo, com regras para mobilidades e imobilidades, convívio e interações sociais. A Itália, após muitas mortes e um contágio crescente e descontrolado, criou regras para as mobilidades em seu interior e em suas fronteiras. O que fez com que muitos brasileiros(as) estranhassem aquele momento diferenciado. Chegaram a ser proibidos a entrada de brasileiros na Itália e também o deslocamento em seu interior. Manejar idas e vindas foi algo muito complexo para o cidadão comum, especialmente aqueles que estavam sem documentação regularizada.

Por meio dos questionários (71 válidos) pode-se conhecer e interpretar, mesmo que brevemente, como os brasileiros(as) estavam vivendo e sobrevivendo na Itália. Uma das questões mais fortes observadas nos questionários era acerca das incertezas daquele momento. Medo do adoecimento num país estrangeiro, receio de não ter acesso aos serviços de saúde, de não encontrar mais com a família no Brasil, medo da pobreza, entre tantos outros temores que a pandemia potencializou. Para os solteiros ou aqueles que estavam sós, a preocupação era acerca de quem poderia cuidar deles em caso de doença. A solidão e a ansiedade também se faziam presentes.

Pode-se observar pelas respostas obtidas em 2020, sendo que estas eram de 70% de mulheres, que elas quiseram se expor por meio do instrumento. Houve uma maior adesão à pesquisa por parte delas, o que me levou a considerar que talvez precisassem de momentos de escuta, mesmo que fosse por meio de um questionário eletrônico. E para uma antropóloga mulher no contexto virtual. Nesse sentido, considero importante chamar a atenção para a importância da escuta nos cenários de mobilidade, de estarmos atentos às questões de saúde mental dos imigrantes e também de suas vulnerabilidades frente aos sistemas de saúde dos países em que estão. O adoecimento, seja físico ou mental, causa sempre um impacto nos projetos migratórios, favorecendo, em muitos casos, como foi no pós-pandemia, o retorno aos países de origem. Tenho acompanhado alguns desses retornos da Europa para o Brasil, o que me leva também a pensar acerca da importância dos vínculos familiares e afeti-

vos na superação de situações traumáticas pelas quais alguns brasileiros(as) passaram durante a pandemia não somente na Itália, mas em outros países da Europa. A dificuldade em acessar os serviços de saúde e atenção foi um divisor de águas no projeto migratório, especialmente para quem ainda se via em idade e condições de retornar ao Brasil e desenvolver uma carreira profissional em suas áreas de formação. Adoecer na migração não é algo que seja fácil, ainda mais pensando que muitos desses brasileiros(as) trabalham na informalidade, sem garantias trabalhistas nem apoio estatal.

Em suma, por meio deste artigo pretendi elaborar algumas reflexões, juntamente com as informações dos questionários, para pensar a situação dos brasileiros(as) na Itália e Europa durante a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Centrada no instrumento aplicado em 2020, pode-se observar que, naquele momento, o foco era o isolamento, o trabalho, a renda e as preocupações com a situação brasileira num governo de extrema-direita, negacionista e que não conseguia conter o número crescente de contágios e mortes. Além das preocupações consigo mesmos, estavam ansiosos com a situação dos familiares no Brasil.

Referências

- AMBROSINI, Maurizio. *Delle reti e oltre processi migratori, legami sociali e istituzioni*. Working Papers del Dipartimento di studi sociali e politici, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maurizio_Ambrosini/publication/265740422_Delle_reti_e_oltre_processi_migratori_legami_sociali_e_istituzioni/links/543bb2970cf204cab1db158d.pdf. Acesso em: jul. 2018.
- HINE, Christine. *Etnografia virtual*. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- HINE, Christine. Towards ethnography of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretative activities. *Media, culture & society*, 33, n. 4, p. 567-582, 2011. Disponível em: <http://mcs.sagepub.com/content/33/4/567>. Acesso em: 31 ago. 2011.
- MILLER, Daniel; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004.
- MILLER, Daniel. “A Antropologia digital é o melhor caminho para entender a sociedade moderna”. *Revista Z cultural*, v. V, n. 01,02, p. 1-5, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-e-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em: ago 2022.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a15v1328.pdf>. Acesso em: jan. 2010.

PINK, Sarah. *Situating everyday life*. Practices and places. London: Sage Publications, 2012.

SEGATA, Jean. A colonização digital do isolamento. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 29, n. 1, p. 163-171, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p163-171>. Acesso em: nov. 2023.

SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. *Todavia*, Porto Alegre, RS, v. 7, n. 1, dez. 2020, p. 7-15. 2020b. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218973>. Acesso em: nov. 2023.

TEDESCO, João Carlos. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EDIPUCRS; Chapecó: Argos, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Inmovilidad, miedo e incertidumbre: brasileños en Italia (y Europa) durante la pandemia de Covid-19, 2020-2021. *Carta Económica Regional*, v. 35, n. 131, p. 85-100, 2023.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Mulheres brasileiras numa Itália em pandemia. In: *Falhas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir*. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. v. 1, p. 255-280.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Glaucia de Oliveira; BENEDEZI, Luis Fernando. Cidadãos de direito, estrangeiros de fato: os ítalo-brasileiros na Itália. *Revista Brasileira de História Oral*, v. 18, p. 117-145, 2015.

Colonialidade e gênero: mulheres brasileiras imigrantes em Portugal e na França

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Introdução*

No que tange ao gênero, diversas contribuições têm trazido avanços teóricos importantes para a incorporação das suas especificidades no âmbito dos estudos de migração. Seja pelo crescimento da migração feminina, seja pelo reconhecimento das diferenças que o sexo e o gênero podem acarretar para a agência das mulheres migrantes, seja nas dimensões de vulnerabilidade que as atravessam.

Boyd e Grieco (2003) apontam a necessidade de refletirmos sobre como o patriarcalismo e suas hierarquias de poder e formas de dominação, que garantem aos homens acesso preferencial aos recursos disponíveis na sociedade, impactam a possibilidade das mulheres em migrar, interferem nas temporalidades dessas migrações e nos destinos desses deslocamentos femininos. Aspecto particularmente interessante para pensar a gênese e a realização de projetos de migração.

Mudanças nos mercados de trabalho, que sinalizam forte demanda para atividades ligadas ao cuidado, estão impactando consideravelmente a mobilidade de mulheres em escala global. Seja em função dessas alterações no mercado de trabalho, seja em função das atualizações das formas de dominação e hierarquização do patriarcalismo, estamos diante de um contexto no qual se torna imprescindível pensarmos as migrações a partir de um enfoque de gênero e de uma mirada feminista para pensar agência e estrutura nos projetos de mobilidade.

Afinal, as possibilidades e motivações individuais, de um lado, e os constrangimentos e impulsos estruturais, de outro, parecem claramente atuar de forma diferenciada sobre as identidades e os projetos migratórios de homens e mulheres do Sul Global, sobretudo quando se consideram o passado colonial e suas heranças para a hierarquização das nações e de seus cidadãos (Quijano, 2009). E esse passado colonial

* Gostaria de agradecer ao Paulo Jackson Gomes de Souza, aluno e orientando de Iniciação Científica, que tem sido um importante parceiro nas minhas pesquisas sobre colonialidade, gênero e emigração de brasileiras, sobretudo para Portugal.

não se supera com os processos de descolonização, pois a colonialidade é “mais profunda e durável que o colonialismo” (Quijano, 2009, p. 73), e essa lógica engendra um sistema de classificação racial, étnico e genderizado, já que partilha da tese de Lugones de que “a colonialidade do poder é inseparável da colonialidade de gênero”.

O texto está dividido em quatro partes. Primeiramente, apresento a articulação entre gênero, migrações e colonialidade. O objetivo aqui é refletir sobre o que tem sido chamado de “feminização das migrações” a partir da argumentação do reconhecimento da capacidade de agência e de resistência das mulheres migrantes em geral, e das brasileiras em particular, diante dos efeitos perversos da colonialidade do poder e do gênero sobre seus corpos.

Em seguida, são apresentadas algumas considerações sobre a emigração brasileira e os desafios de ser “mulher, imigrante e brasileira”, pensando nessas condições como as vias da interseccionalidade que se cruzam impactando as experiências de mulheres migrantes na Europa.

Na terceira parte do texto, são apresentados alguns achados de pesquisas de campo em Portugal e na França de forma a pensarmos empiricamente os desafios enfrentados pelas imigrantes brasileiras.

Na última parte do texto, trago algumas reflexões sobre a questão da xenofobia, que se imbrica ao machismo e à colonialidade, de forma a pensar sobre as formas de resistência e lutas travadas tanto no âmbito pessoal como social.

A feminização das migrações é uma questão de gênero

Ravenstein (1980) é um autor pioneiro no âmbito dos estudos migratórios. Era cartógrafo e geógrafo e escreve, em 1885, um primeiro estudo dedicado explicitamente ao tema, até hoje considerado um “clássico” sobre o assunto. Neste trabalho, o autor concebe sete “leis” a partir da análise de dados sobre a migração interna no Reino Unido, sendo que a última delas define que “as mulheres migram mais do que homens” (Ravenstein, 1980, p. 65)¹.

¹ Destacam-se suas sete “leis” da migração: 1. predominância dos fluxos de curtas distâncias; 2. os deslocamentos seguem uma espécie de “etapismo” a depender da origem do migrante e a distância em que este se encontra em relação aos centros que mais absorvem migrantes; 3. o processo de dispersão é o inverso do processo de absorção dos migrantes; 4. cada corrente migratória produz um fluxo inverso; 5. as migrações de longa distância destinam-se principalmente para os grandes centros urbanos-industriais; 6. a população que vive em áreas rurais migra mais do que a população de área urbana; e 7. as mulheres migram mais do que os homens (Ravenstein, 1980).

Entretanto, com exceções bastante pontuais, como apontam Katharine Donato e colaboradoras (2006), precisamos esperar até 1984, quando foi publicado um volume especial da revista *International Migration Review*, organizado por Mirjana Morokvasic, intitulado “Women in migration”. É exatamente nessa edição que encontramos o artigo clássico “Birds of passage are also women...” sobre a feminização das migrações, escrito pela própria Morokvasic (1984).

No entanto, naquela altura, as mulheres já compunham de forma expressiva o número de migrantes internacionais, sobretudo na Europa: “Em 1990, quase 52 por cento de todos os migrantes na Europa eram mulheres ou meninas (25 milhões de 48 milhões)” (Zlotnik, 2003, n.p.). Nesse sentido, cabe sugerir que a falta de reflexões e pesquisas sobre as mulheres nos deslocamentos migratórios revela uma “cegueira de gênero”², aspecto problemático para Bircan e Yilmaz (2023), na medida em que são as pesquisas que informam as pessoas que atuam na elaboração de políticas.

Tabela 1: Percentagem de mulheres migrantes entre o número total de migrantes internacionais por área principal, 1960-2000

Grandes Regiões	1960	1970	1980	1990	2000
Europa	48,5	48	48,5	51,7	52,4
América do Norte	49,8	51,1	52,6	51	51
Oceania	44,4	46,5	47,9	49,1	50,5
África	45,1	44,9	44,8	45,5	45,0
Ásia	45,9	47,0	46,7	46,9	47,6
América Latina e Caribe	45,0	46,5	47,5	49,0	49,7
Total	46,6	47,2	47,4	47,9	48,8

Fonte: Zlotnik (2003).

Conforme as autoras, a questão de gênero é um fator primordial em todo o processo de migração: “from aspirations to migrate, drivers of the decision to move, and the selection of the destination country, not to mention post-arrival legal and

² *Gender-blind* é uma expressão utilizada para apontar a necessidade de identificação e do reconhecimento das situações e condições que podem promover uma maior igualdade de gênero.

socio-economic integration and social and political inclusion” (Bircan; Yilmaz, 2023, p. 3), e ignorar a especificidade do gênero nas realidades que se impõem às pessoas que migram culmina na “cegueira de gênero”, tanto nas teorias migratórias e nas orientações da elaboração de política, o que explicaria como a dimensão de gênero das migrações é relativamente invisível.

Ao estudarmos o gênero como construção social e não como resultado de uma biologia/fisiologia naturalmente dados (Beauvoir, 1970), estamos entendendo o gênero (ser mulher/feminino e ser homem/masculino) como construção social e como efeito e reforço do funcionamento das relações dominantes (Federici, 2017) permite que possamos problematizar essas “performances” ideologicamente recomendadas, sobretudo se for um objetivo refletir como essas relações sociais que se organizam em um sistema sexo-gênero servem para reproduzir as desigualdades de gênero existentes em sociedades regidas pelo patriarcalismo. Um argumento importante do trabalho de Teresa de Lauretis é que “a ideologia é um locus extremamente importante para a construção do gênero” (Lauretis, 1994, p. 215) e, enquanto tal, esse sistema de relações faz uso de tecnologias sociais para promover construções “genderizadas” sobre as relações conjugais, a sexualidade, a maternidade, entre outros.

As migrações implicam novas formas de interação de estruturas econômica, política e social, e essas inovações acabam por convergir ou conflitar com ideologias e práticas assentadas sobre papéis culturais e sociais atribuídos ao sexo, trazidas do passado, dos lugares de origem. Por isso, Katharine Donato e colaboradoras (2006), argumentam que os estudos migratórios começaram a ter uma mirada para as relações de gênero no final dos anos 1980, momento no qual a maior parte das pesquisas em ciências sociais que abordavam o tema fazia-o com foco nas relações de dominação, buscando identificar como o gênero produzia desigualdades, um enfoque mais materialista do que subjetivista. Para as referidas autoras, as investigações sobre migrações mostravam que a questão do gênero não se limitava à família, aos domicílios e às vidas de mulheres; as análises indicavam que o gênero se manifestava no mercado de trabalho, na política migratória, nas políticas sociais, entre outros, revelando que o processo migratório como um todo estava articulado aos aspectos de gênero.

Nesse sentido, é importante frisar que os trabalhos sobre gênero e migrações preconizam que não se trata de incorporar a presença de mulheres nos fluxos, mas sobretudo reconhecer as especificidades que a mobilidade de mulheres evoca e as particularidades do gênero que se manifestam desde a origem, na gênese e na realiza-

ção do projeto migratório, até nos espaços de trânsito e destino, nos desafios e estratégias de instalação, na permanência e nos planos de retorno.

Como colocam Catarino e Morokvasic (2005), mais do que enxergar as mulheres migrantes de forma subalternizada, as pesquisas que trazem as questões de gênero para o entendimento dos projetos e experiências dessas mulheres estão reconhecendo “sua ousadia, sua resistência, seus recursos” (p. 12).

No que tange aos contextos empíricos deste trabalho, a imigração de mulheres em Portugal e na França, estamos diante de um fluxo Sul-Norte, o que nos exige o confronto com obstáculos objetivos (políticas migratórias seletivas) e subjetivos (imaginários e representações em torno do que podemos chamar de “corpos coloniais”). Como analisado por Fanon (1968), o mundo colonial é dividido em compartimentos ou “cindido em dois é habitado por espécies diferentes” (p. 29), isso porque a “singularidade admitida como absoluta” (p. 30) define o colonizado como a encarnação do mal, desumanizando-o, animalizando-o.

Nessa linha, Quijano discute como a modernidade se assenta sob a lógica que toma a Europa e os europeus como o nível mais avançado no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie, estabelecendo uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados (Quijano, 2009, p. 75).

Para Maldonado-Torres (2018), essa lógica instituiu formas de ser, pensar e poder que seguem fundamentando as experiências e normalizando a violência mesmo com o fim formal do colonialismo, pois não há o reconhecimento do subalterno como um “Outro”. O que a modernidade estabeleceu ficou como uma diferença ontológica hierárquica, onde corpos colonizados são desumanizados, concebidos como sem gênero ou (hiper)sexualizados de uma forma patológica (Maldonado-Torres, 2018).

Essa representação que sexualiza os corpos coloniais de forma patológica foi pensada por Anne McClintock (2010) ao relacionar “descobrimento”, colonialismo, dominação e patriarcado. A referida autora apresenta-nos uma concepção de imperialismo ligado a uma tradição de “pornotrópico” pela relação insistente entre o corpo da mulher e as terras “descobertas” e abertas à exploração: “Dentro dessa tradição pornô-tropical, as mulheres figuravam como a epítome da aberração e dos excessos sexuais. O folclore as via, ainda mais que aos homens, como dadas a uma lascívia tão promíscua que beirava o bestial” (McClintock, 2010 p. 45).

O argumento que estou tecendo aqui é que as mulheres brasileiras imigrantes na Europa carregam invariavelmente os atravessamentos superpostos da coloniali-

dade, que racializa e estigmatiza os corpos não europeus, sobretudo quando são corpos femininos: ser uma mulher de um país do Sul Global e uma imigrante na Europa confronta-nos com os eixos de subordinação e opressão, que Kimberlé Crenshaw (2002) argumenta como interseccional.

Temos que considerar, portanto, que as mulheres brasileiras imigrantes carregam invariavelmente os atravessamentos superpostos das representações coloniais que seguem racializando e rotulando os corpos não europeus, sobretudo quando se trata de corpos femininos:

La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como ‘engenerizada’ y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género – ambos son ficciones poderosas (Lugones, 2008, p. 93-94).

Em resumo, eram vistas como mulheres apenas as europeias, pois as mulheres coloniais eram classificadas como animais em um sentido de ser “sem gênero”, marcadas como fêmeas por uma condição biológica, mas sem características de feminilidade, ou seja, conforme argumenta Lugones (2008), enquanto fêmeas foram marcadas de forma subalterna pelo sistema sexo/gênero, mas sem nenhum privilégio dessa condição que podia ser reivindicado por mulheres brancas europeias. Nesse sentido, temos que incorporar como a “colonialidade” do poder e do gênero impacta as experiências migratórias de mulheres, sobretudo quando se deslocam do Sul Global para o Norte.

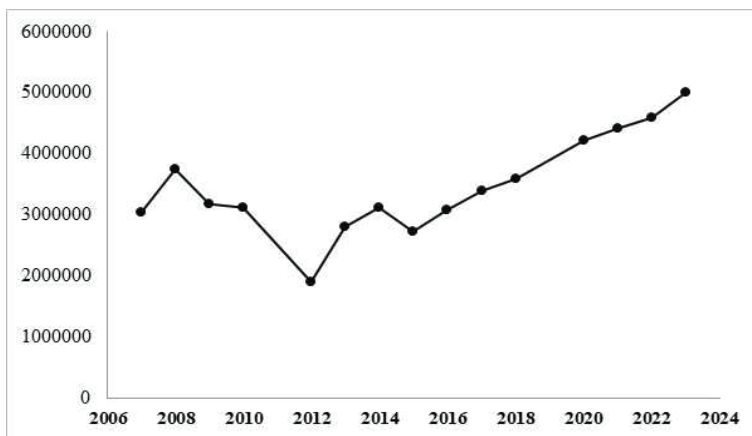
Emigração brasileira: os desafios de ser uma “brasileira” no exterior

Em meados da segunda década do século XXI, os trabalhos de Teresa Sales assumem contornos de fontes históricas sobre o atual fenômeno da emigração brasileira. Um artigo de sua autoria, intitulado “Brasil migrante, Brasil clandestino”, inicia assim: “Estamos fugindo de nossa década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais do país” (Sales, 1994, p. 106). Essa síntese da autora é muito perspicaz, porque explicita o caráter de “novidade”, faz menção ao peso explicativo dos fatores macroestruturais, sobretudo a crise econômica intensa vivenciada nos anos 1980, e ainda aponta para uma dimensão de agência dos migrantes; afinal, a ideia de fuga faz-nos pensar em projetos e estratégias individuais.

Mas o que me faz começar este tópico citando Teresa Sales é porque foi a partir dos artigos e pesquisas dela que o tema de emigração brasileira chamou minha atenção. E, nesse sentido, há um fio que consigo seguir e que vai se tramando com minhas leituras sobre o tema no começo dos anos 2000 e com minha formação e experiência enquanto pesquisadora, que foi acompanhada, tanto em termos “práticos”, pelas notícias publicadas na mídia e pelas pessoas conhecidas que partiam, como em termos “teóricos” por minhas leituras e, posteriormente, pelas próprias pesquisas que realizei. Nesse percurso, parece-me pouco problemático afirmar que, desde que “começaram a fugir”, não pararam de crescer os números dos que “fogem”, aqui não no sentido estrito da mobilidade forçada, mas de pessoas cujos projetos de vida se voltam à emigração tanto por necessidades mais objetivas, a busca de um salário melhor, como por anseios mais subjetivos, como o desejo de viver em outro lugar.

Segundo dados da Política Marítima e de Fronteiras, divulgados por Sales (1994), entre 1986 e 1990, 1,4 milhão de brasileiros saíram do Brasil e não retornaram. As estimativas disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), de 2010, calculavam que havia mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. Os últimos dados do MRE registraram que havia quase 5 milhões de brasileiros vivendo no exterior em 2023.³

Gráfico 1: Estimativas de Brasileiros no Exterior



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Brasil.

³ Cabe ressaltar os limites estatísticos desses números, dado que são estimativas realizadas pelas embaixadas e pelos consulados do Brasil sobre a presença de brasileiros vivendo em suas jurisdições. Ou seja, são dados pouco confiáveis em termos de precisão, mas que podem indicar processos e tendências.

Outro aspecto que também parece ser incontestável, sobretudo por um acúmulo de estudos qualitativos (embora com carência de dados quantitativos), é que houve uma significativa diversificação dos destinos dos brasileiros e das brasileiras no continente europeu. Nesse cenário, diante do poder de atração do Norte Global, a presença brasileira na Europa foi ganhando expressão em diversos países com vínculos históricos e econômicos com o Brasil menos evidentes, como Bélgica, Alemanha e Suíça, apenas para dar alguns exemplos. Ao mesmo tempo, não é possível ignorar que esse crescimento se deu em um cenário no qual as políticas migratórias daqueles países foram se tornando mais e mais restritivas.

Há diversos indícios de que o principal destino das pessoas que saem do Brasil são os Estados Unidos⁴, que receberam uma significativa parcela de emigrantes. Em segundo lugar, destaca-se a população brasileira em Portugal. Considerando os dados sobre a população estrangeira residente nesse país⁵ e as estimativas do MRE, temos elementos importantes para considerar como significativa a presença de nacionais brasileiros em terras lusitanas.

Lúcia Bógus (1995), ainda no final do século XX, já buscava analisar esse fluxo e buscava as conexões históricas entre Brasil e Portugal como aspectos fundamentais para explicar a imigração de brasileiros nesse país, destino que se tornou ainda mais relevante com os efeitos do “11 de setembro” sobre a securitização da política migratória estadunidense e para a criminalização das migrações (Póvoa Neto, 2005).

Ainda que o evento, como apontaram Castles e Miller (2004), tenha sinalizado o fim de uma concepção mais utópica sobre a livre circulação de pessoas pelo mundo como parte do processo de globalização, as pessoas que precisam e querem migrar seguem com seus projetos de deslocamento. No caso do Brasil, houve inclusive um reaproveitamento de redes de migração, transferidas para facilitar a ida de pessoas para a Europa:

A grande maioria de nossos entrevistados (cerca de 50), além de parentes em Portugal, tinha também parentes nos EUA. Assim, ficou evidente que as redes de migração estão se complexificando e se estendendo por mais de um país, oferecendo alternativas diferenciadas para os futuros migrantes (Machado; Reis, 2007, p. 159).

⁴ Dados do Censo dos Estados Unidos, do Censo Demográfico do Brasil de 2010, das estimativas do MRE, além de um amplo acervo de pesquisas qualitativas e com enfoque em determinados lugares de origem no Brasil e destino nos EUA.

⁵ Refiro-me aqui aos dados oficiais disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal.

A Europa é inegavelmente um atraente destino migratório, sobretudo quando se consideram a magnitude e a abrangência do espaço de livre circulação europeu (Simon, 2008). Pelos próprios efeitos da colonialidade, a região tem posição privilegiada nos imaginários das populações do Sul Global como um lugar de riqueza, de poder e de privilégio.

A supressão de fronteiras no espaço Schengen torna a região ainda mais interessante para migrantes pela “facilidade” para circular e migrar nesse espaço, aumentando o “valor simbólico” do migrar para a Europa, que a despeito da adoção de políticas migratórias mais rígidas os não europeus continuam a chegar: a Europa segue como a principal região de recepção destas pessoas. Em termos numéricos, eram 49,6 milhões em 1990 e 86,7 milhões em 2020.⁶

Os números de brasileiros na Europa estimados pelo MRE mostram que 25% dos brasileiros que estavam no exterior em 2008 viviam no velho continente, parcela que chegou a 34% em 2023. Portugal é o país que mais abriga imigrantes de origem brasileira, e a França é o sexto, se considerarmos um *ranking* com essas estatísticas.

Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, bem como os números do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (Insee) da França indicam que as mulheres são maioria, o que confirma a “feminização” do fluxo. Mas o que significa olhar para esses deslocamentos a partir de uma mirada de gênero?

Como quero articular a colonialidade à reflexão, cabe dizer que, antes de ser classificada por seu sexo e, então, genderizada, a pessoa que migra desde o Sul Global é antes de qualquer coisa portadora da “marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc.” (Sayad, 1998, p. 241).

Entre outros argumentos, é por esse motivo que Villarreal e Almeida (2020) apontam que as contribuições de Sayad trazem de forma pioneira uma perspectiva pós-colonial para os estudos migratórios. O autor argelino sustenta que aquela pessoa de um país que foi dominado e colonizado, quando migra para um país que foi dominante e colonizador, vai se deparar com a dupla discriminação: por ser estrangeiro e por ser colonizado.

⁶ Os dados são da Organização Internacional para as Migrações (OIM), disponibilizados no World Migration Report 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>.

E se a colonialidade também expressa e revela as relações de gênero (Lugones, 2008), não podemos desprezar que as mulheres brasileiras imigrantes no Norte Global vão somar esse aspecto às discriminações vivenciadas:

Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Refiro-me às noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo fato de ser brasileiras. Independentemente de serem consideradas no Brasil, brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para certos países do Norte as brasileiras são racializadas como mestiças. No lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mas (sic) do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada (Piscitelli, 2008, p. 269).

Os desafios de ser “mulher brasileira” na França e em Portugal

Diversos estudos têm se dedicado a denunciar imaginários e representações que são associados à mulher brasileira no exterior (Assis; Siqueira, 2021; Fernandes, 2015; França, 2013; Gomes, 2018; Padilla, 2008; Pontes, 2004), evidenciando a existência de processos sociais de estigmatização e xenofobia que interferem na experiência e no cotidiano das mulheres brasileiras na Europa:

Tal imaginário sobre as brasileiras se faz presente no momento em que essas mulheres cruzam as fronteiras, seja para trabalhar, para estudar, seja para passear no exterior; seus corpos são marcados por esses estereótipos. Portanto, as mulheres brasileiras têm que conviver e negociar com as representações e o imaginário sobre elas, marcados pela ideia de “sexualidade natural” – sempre disponível para o sexo, submissa, com atributos para o cuidado da casa, dos filhos ou de idosos. Essas imagens as colocam em um lugar desigual e inferiorizado em relação às mulheres locais e aos homens nos países de destino (Assis; Siqueira, 2021, p. 3).

Nesse sentido, há evidências de que a representação estigmatizada em torno da “mulher brasileira” implica desafios para sua socialização, em como será o acolhimento recebido na sociedade de destino.

Para minha tese de doutorado, vivi e fiz pesquisa de campo, entrevistas e observações sociológicas, na França em 2010 e 2012 (Almeida, 2021). Mais recentemente, fiz um estágio pós-doutoral em Portugal, entre 2019 e 2020, período no qual também conduzi entrevistas e realizei observações sociológicas. Neste artigo, não terei condições de analisar de forma particular as narrativas que foram registradas pelas pesquisas no terreno; por isso vou me limitar a fazer apontamentos mais gerais em diálogo com a bibliografia.

As imigrantes brasileiras, tanto em Portugal como na França, possuem um “corpo colonial”, no sentido da discussão prévia, pois, como apontou Fanon (1968),

há um processo de desumanização, que exclui o colonizado do mundo da cultura, relegando-o à natureza. Fernandes (2015) traz a história da Saartjie Baartman, conhecida como a “Vênus de Hotentote”, uma das mulheres africanas que foram escravizadas e exploradas como estrelas de atrações circenses pelas capitais europeias no início do século XIX. Saartjie e outras africanas apresentavam-se seminuas em gaiolas durante “shows” que exaltavam a animalidade e a sexualidade que carregavam seus corpos. No caso de Saartjie, mesmo depois de morrer aos 25 anos, seu corpo seguiu desumanizado:

Os restos mortais de Saartjie ganham estatuto de objeto científico por especialistas em anatomia e em teratologia (ciência que estuda o anormal, o “monstruoso”) no Museu de História Natural de Paris. Os estudos de seu cérebro, ossos, genitália e dentição comprovariam cientificamente a suspeita de que Saartjie guardava grande proximidade com os macacos. (...) Em nome desta verdade científica, os restos mortais de Saartjie foram exibidos no Museu do Homem, em Paris, até 1974. Em seguida, ficaram expostos por dois anos na sala destinada ao pré-histórico (...) (Fernandes, 2015, p. 59-60).

O que temos então é um processo de constituição discursiva sobre os corpos não europeus, construindo representações que vão sendo “atualizadas” diante de novos contextos, mas que guardam relações com o colonialismo. Gomes (2013) argumenta que, no caso das mulheres brasileiras, a construção social sobre o corpo colonial continua até hoje em Portugal: “Esse imaginário, para além de ser uma forma de violência simbólica que contribui para a essencialização, exotização, sexualização da mulher brasileira e que reforça o estigma de objeto sexual, constitui-se como um marcador de toda a experiência dessas imigrantes em Portugal” (França, 2013, p. 93).

No caso da França, além do estigma da sexualidade “naturalmente” exacerbada, também há outros estereótipos que aparecem em estudos e pesquisa: a questão da homossexualidade e transexualidade e de uma representação generalizante em torno dos/as brasileiros/as como pessoas bronzeadas com cabelos encaracolados e que amam samba e futebol⁷ (Almeida, 2021).

No quadro abaixo apresento, de forma bastante sintética, algumas narrativas que foram registradas por mim durante minhas pesquisas de campo.

⁷ Com meu biotipo, por exemplo, nunca fui identificada imediatamente como brasileira. Apesar de ter cabelos enrolados, não sou bronzeada e não sei sambar. Além disso, estudei francês com um professor argelino, o que deve ter trazido um certo acento para minha pronúncia do francês, que dificultava o reconhecimento por esse caminho. Durante minha pesquisa de campo no sul da França conheci um grupo de brasileiras que eram dançarinas e que me disseram que eu não “parecia brasileira”; elas acharam que eu era francesa quando cheguei em um evento.

Uma representação importante que informa esses marcadores classificatórios é uma ideia bastante frequente do Brasil como “um país que não é sério”⁸. Outro fator a destacar é a recorrência com que ouvi de imigrantes do Brasil, homens e mulheres, que os franceses gostam do Brasil e do brasileiro e que por isso as pessoas de origem brasileira não encontram muitos problemas por ser geralmente muito bem recebidas. Essa “invisibilidade” da discriminação pode ser uma faceta do que alguns autores têm discutido em termos de negação da existência de racismo (Simai; Baeringer, 2012).

Em Portugal, onde a presença das brasileiras é numericamente mais expressiva, há um acúmulo de projetos e resistências que denunciam as situações. Um primeiro movimento que ganhou bastante notoriedade foi a articulação em torno do “Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal”, que começou em 2011 a partir de uma estratégia ciberativista:

Em termos de repercussão, o manifesto foi um sucesso. Criou uma onda na mídia sobre o tema das brasileiras. Talvez uma segunda onda, já que a primeira aconteceu em outubro de 2003 quando na revista *Time Europe* apareceu uma matéria sobre as “Mães de Bragança”, movimento de mulheres portuguesas de uma cidade do interior do país que acusavam as brasileiras prostitutas de roubar seus maridos e destruir suas famílias. Dessa vez, com o manifesto, a crítica partiu das próprias brasileiras como agentes e motores da mobilização (Padilla; Gomes, 2016, p. 189).

⁸ Há uma história bastante difundida que o então presidente francês De Gaulle, no início dos anos 1960, teria dito: “O Brasil não é um país sério”, em um contexto de conflitos diplomáticos entre os dois países devido à prática de pesca por franceses em território marinho brasileiro (Souza, 1979). É possível encontrar artigos de revistas não acadêmicas francesas – como a *L'Express* e a *Le Point* – que fazem referência a tal frase como sendo de autoria de De Gaulle. No entanto, o embaixador do Brasil na França na época, Carlos Alves de Souza, em seu livro de memórias esclarece que a frase foi dita por ele próprio e que o referido ex-presidente francês jamais teria sido seu autor (Souza, 1979, p. 317).

Quadro 1: Narrativas sobre ser “mulher brasileira” na França em Portugal

Nome da entrevistada	Data da realização da entrevista	Profissão	País	Sobre ser imigrante brasileira
Marcela	20/08/2012	Diretora executiva	França	É muito pesado ser estrangeiro aqui [...] Realmente, estrangeiro aqui é visto como alguém a combater, a excluir. Aqui dentro da minha fábrica – imagine! Pra eles tolerarem um RH estrangeiro! Eles tiveram que engolir seco... Não foi fácil pra eles. Mas pra mim também, não. [...] Eu achei que foi muito esforço; deu certo. Mas o esforço foi meio sobre-humano. Então, assim: “vale à pena?” “Não!” [...] Eu acho que a França tem muito mais problema em relação à mulher do que o Brasil. Muito mais.
Margareth	23/06/2011	Advogada	França	Todos os lugares que eu fui, eu tive discriminação. [...] quando eu cheguei, “todo mundo simpático, todo mundo ótimo”. Porque eles [colegas do escritório] pensaram que eu cheguei pra servir café pra eles. [...] quando eles viram que eu estava lá com o mesmo nível deles, aí já não tinha mais graça.
Angélica	20/02/2020	Cuidadora de Idoso	Portugal	As mulheres daqui são muito preconceituadas. As mulheres olham de baixo pra cima mesmo, e não fazem questão de serem discretas não. Elas são indiscretas. Ela olha pra você e te desnuda, entendeu? [...] Os homens são machistas. Olham pra você também com os mesmos olhos das mulheres, só que de forma diferente... Elas são desdenhando, e eles são querendo tirar proveito.
Sophia	10/02/2020	Engenheira agrônoma	Portugal	E aqui tem um problema sério, não sei se é bem o foco do seu trabalho... Mas que a gente percebe que é a questão da xenofobia com a mulher brasileira, né? Aqui é uma coisa muito surreal... Até pra faxina e tudo mais. [...] Eu estou tendo muita dificuldade, não consigo arrumar trabalho, e a gente percebe que assim, oportunidades pra brasileiras, se você não tiver alguém que te indique, muito complicado. É muito difícil, muito, muito, muito.
Simone	19/11/2010	Historiadora	França	A mulher brasileira, ela tem muito, que cria medo, [...] é o mito do sexo fácil [...] É um negócio assim, vulgarizado, não só aqui na França, porque eu percorri muito a Europa [...] e solteira ou casada, a única particularidade que eu vi, sendo um ponto em comum na Europa é o seguinte: quando está falando comigo, sendo grata, está tudo bem [...] dali um pouco: “da onde é que tu vens?”. “Eu sou brasileira!”. De repente você olha, se é um homem, o olho parece assim que salta da órbita e fica te imaginando como se você tivesse trepando agarrada no lustre. É um negócio muito louco. O olhar modifica completamente.
Vânia	08/06/2011	Arquiteta	França	[...] Eu percebi durante esse período de trabalho [em uma loja francesa] é que como brasileira, você é muito visada. Por exemplo, eles acham que você tem que sair com eles. Então toda vez que eu [...] atendia um homem francês, eles olhavam pra mim e falavam: “mas você tem um sotaque, da onde você é?”. “Ah, eu sou do Brasil”. “ah, les brésiliennes, comme elles sont belles. la samba, le carnaval” [“ah, as brasileiras, como elas são belas...o samba, o carnaval”]. E eles “cantavam”, eles falavam assim: “você não quer tomar um café comigo?”. “Não, eu estou trabalhando, eu sou casada”. “Ah, mas eu também sou casada. O que tem de mal nisso? A gente pode fazer uma ‘farrinha’” Eles falavam isso. Era uma coisa que eu ficava assim muito, eu me sentia diminuída porque não era uma vez só, eram várias pessoas.
Bianca	18/10/2012	Estudante	França	Eu acho que mulher brasileira é bem discriminada [...] é aquela questão sexual. Sempre! Numa festa quando tu conversas com um francês ou qualquer europeu, estrangeiro: “tu és brasileira! Hummm!”. Já tem um “hummm”, sabe, na conversa, então, eu não costumo falar que eu sou brasileira [...] eu não falo porque eles têm uma malícia com as brasileiras, é uma discriminação bem forte.

Fonte: Elaboração própria.

Minhas pesquisas de campo trazem-me elementos para pensar que o desafio de ser “mulher brasileira” é maior quando ela não aceita voluntariamente a posição em que é colocada pelo estigma e tende a incomodar os/as franceses/as e portugueses/as à medida que ultrapassa os limites que consideram aceitáveis. Dessa forma, ser manicure, garçonete ou dançarina parece ser uma posição mais “protegida” para a “mulher brasileira” do que ocupar um cargo valorizado. Quando o “estrangeiro” é

também “a brasileira”, e essa afasta-se demais do “lugar” que lhe cabe nos imaginários constituídos, parece que a tendência a ser discriminada pelos nacionais aumenta. Pude perceber isso durante minha pesquisa para a tese de Doutorado e analisei essas questões a partir da perspectiva teórica do estigma de Goffman (1978) e da sociodinâmica da estigmatização de Elias e Scotson (2000), mas gostaria de trazer agora as contribuições de Sarah Ahmed (2022), uma importante teórica das epistemologias feministas, para refletirmos sobre essa questão que é a feminista “estraga-prazeres”. Devo dizer que fui inspirada a fazer essa articulação pelo artigo de Thaís França e de Stefanie de Oliveira (2021).

Para Ahmed, denunciar e afirmar que a desigualdade existe é uma prática “estraga-prazeres” na medida em que, ao se fazer isso, manifesta-se um desacordo que incomoda outras pessoas, podendo, inclusive, ser considerada por essas pessoas alguém que atenta contra a felicidade. Apontar a violência e exigir o fim do patriarcalismo e do machismo apresentam-se, com frequência, como atitudes que ferem convenções que justificam normas e bens sociais, e ao fazer isso, a pessoa-mulher-feminista é vista como “problemática” por se envolver em problemas e assim causar infelicidades a outras pessoas (Ahmed, 2022)⁹.

Dessa forma, é preciso reconhecer que, atualmente, não se trata apenas de contar as dificuldades e desafios que as mulheres brasileiras imigrantes encontram, mas sobretudo visibilizar suas práticas de resistência e de contestação.

A ocupação do ciberespaço e a presença de ativismo nas redes sociais podem ser apontadas como uma estratégia importante das brasileiras imigrantes para poder reagir aos efeitos das políticas migratórias restritivas, ao aumento da xenofobia e às representações dominantes veiculadas pelas mídias tradicionais.

Ao ocupar as redes sociais com a difusão de informações, ao mesmo tempo em que se potencializam espaços de troca e interação para as mulheres, conquista-se um espaço que podemos denominar como “público” e que com frequência é negado às mulheres. Em função da divisão sexual do trabalho, suas ocupações são bastan-

⁹ Quando li o manifesto de Sara Ahmed, lembrei-me da epígrafe do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Lélia Gonzales (1984): “Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa (...). Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursêira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? (...) E a festa acabou em briga...” (Gonzales, 1984, p. 223).

te executadas em ambientes privados e domésticos.¹⁰ Além disso, o ciberativismo, como tem sido denominado o uso das redes sociais como forma de engajamento e atuação política (Padilla; Gomes, 2016), permite que mulheres imigrantes que estão dispersas em territórios estrangeiros possam estar próximas e em contato com baixo custo e de forma instantânea.

Xenofobia, machismo e colonialidade: as brasileiras “estraga-prazeres”

Em sua pesquisa sobre as disputas em torno das representações e do ativismo migrante e anti-imigração em Portugal, Lucas Zanetti (2024) trabalha com o conceito de esfera pública midiaticizada como uma forma de entender o espaço midiático/digital/público na era das redes sociais. Fruto da tese do autor que articulou os conceitos de esfera pública, midiaticização e representações sociais, Zanetti ajuda-nos a pensar como, apesar das dificuldades desse ambiente polarizado, o ativismo migrante tem usado o espaço virtual como um canal para levar informações e partilhar aspectos da realidade migratória.

O “Brasileiras não se calam” é um projeto cujo objetivo, em suas próprias palavras, é acolher e empoderar mulheres brasileiras imigrantes pelo mundo. Segundo informações que estão no blog do projeto¹¹, ele foi criado por Mariana Braz, uma psicóloga clínica, em 2020 “com o objetivo de denunciar nas redes sociais as violências enfrentadas por mulheres brasileiras no exterior”. São publicados relatos de assédio, xenofobia, discriminação, que são enviados por imigrantes brasileiras em diversos países.

De forma geral, o perfil do Instagram publica esses relatos sempre em forma de texto, em português na primeira imagem da postagem e em inglês na segunda, conforme figura abaixo.

¹⁰ Padilla (2007) analisa como na primeira década do século XX, antes de uma difusão mais generalizada das redes sociais virtuais, o acesso à qualidade e à quantidade de informação era mais limitado às mulheres, porque trabalhavam mais sozinhas e isoladas e porque tinham a carga de tarefas domésticas. Isso seria prejudicial para as mulheres imigrantes terem contatos e oportunidades de forma a melhorar suas condições de vida.

¹¹ O blog pode ser acessado em: <https://brasileirasnaosecalam.com/sobre-nos>.

Figura 1: Relato de brasileira publicado no perfil “Brasileiras não se calam”



Fonte: www.instagram.com/brasileirasnaosecalam.

França e Oliveira (2021) analisaram o projeto “Brasileiras não se calam”, a partir de uma entrevista em profundidade e da realização de uma etnografia virtual e apontam:

A presença desse discurso nas redes sociais promove formas alternativas de engajamento com e pertença à sociedade portuguesa, uma vez que se opõe ao imaginário colonial imposto às mulheres brasileiras como passivas e subalternas. As denúncias publicadas revelam e desafiam as dinâmicas de discriminação em Portugal que tendem a ser invisibilizadas pelo discurso dominante (França; Oliveira, 2021, p. 7).

Há outros coletivos e projetos tanto em Portugal como na França que podem ser tomados como objeto de análise para pensarmos o uso do ativismo digital por parte de brasileiras imigrantes.

Em 2023, por exemplo, aconteceu uma reunião do Comitê Popular de Mulheres em Portugal¹² com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e a primeira-dama, Janja Lula da Silva. Na reunião, que ocorreu na Casa do Brasil em Lisboa, as mulheres do coletivo relataram os casos de discriminação de gênero, racismo e xenofobia, bem como a questão do desrespeito a seus direitos e dificuldades de acesso a serviços básicos, como na saúde pública.

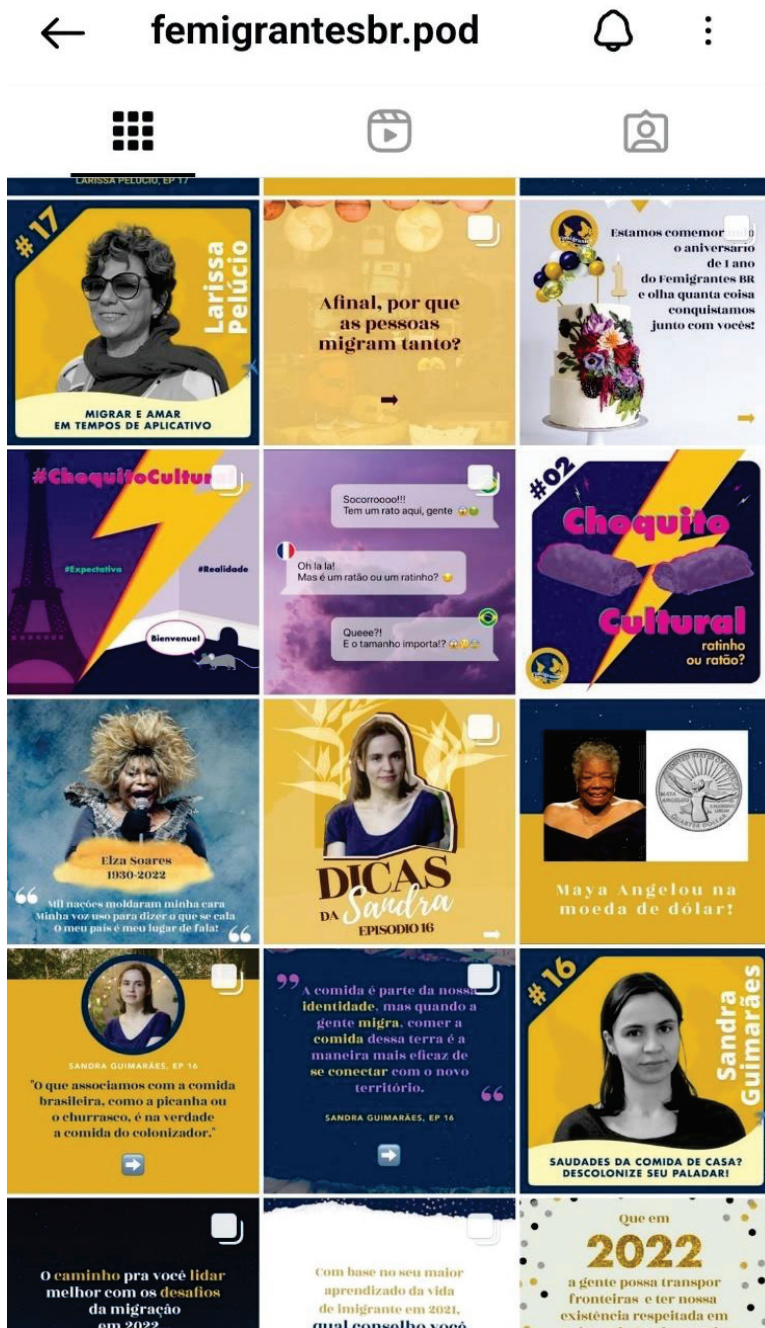
¹² Há um perfil no Instagram desse coletivo que pode ser acessado em: https://www.instagram.com/comitedemulheres_portugal. A primeira postagem é de 4 de outubro de 2022.

Na França, as brasileiras estão presentes em menor número, e isso somado à ideia de uma “invisibilidade do racismo”, sobretudo pela ideia difundida de que “os franceses amam o Brasil”, podem ser fatores que expliquem uma menor visibilidade de um ciberativismo. Mas, mesmo assim, há um projeto bastante interessante que nasceu na França, que é o podcast chamado “Femigrantes BR”.

O podcast Femigrantes BR foi criado por Lilian Moreira e Lidiane Vieira, que se apresentam como “duas brasileiras periféricas morando em Paris”. Os episódios abordam experiências de brasileiras no exterior, convidadas especiais, e sempre os diálogos passam por perspectivas bastante críticas, pois, como o projeto se apresenta, o objetivo é falar da experiência de ser mulher e imigrante de forma interseccional.

Também há especialistas ou profissionais que são convidadas para abordar determinados temas como saúde mental, relacionamentos afetivos binacionais, maternidade e envelhecimento em contextos migratórios, dicas artísticas, entre outros.

Figura 2: Perfil do Instagram do Podcast Femigrantes BR



Fonte: <https://www.instagram.com/femigrantesbr.pod/>.

É claro, como argumentam França e Oliveira (2021), que o ativismo digital não vai resolver todos os problemas que apontamos, com os quais as brasileiras são confrontadas quando emigram, mas inclusive como pesquisadoras podemos contribuir para que as brechas abertas no mundo *on-line* possam se articular às lutas e ao ativismo *off-line*, potencializando conquistas no que se refere a uma diminuição das desigualdades e do acesso aos direitos.

Inclusive porque a emigração de mulheres, assim como a de homens, não deve diminuir a despeito das barreiras, e com a ascensão de partidos populistas de direita e o aumento do ativismo anti-imigração será essencial que as brasileiras que vão para o Norte Global possam encontrar informações e redes de apoio, institucionais e pessoais, para que assim enfrentem com mais recursos os riscos de processos de vulnerabilizações que os deslocamentos desse tipo trazem e que as tornam, portanto, mais suscetíveis às violências.

Referências

- ALMEIDA, Gisele M. R. *Au revoir, Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França no século XXI*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. 316 p.
- AHMED, Sara. “Manifesto estraga-prazeres”. In: *Viver uma vida feminista*. Ubu Editora, 2022, p. 397-425.
- ASSIS, G. O.; SIQUEIRA, S. Entre o Brasil e a Europa: brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”. *Cadernos Pagu*, n. 63, p. e216306, 2021.
- BEAUVOIR, Simone. “Os dados da biologia”. In: BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. V. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p. 24-57.
- BIRCAN, Tuba; YILMAZ, Sinem. A critique of genderblind migration theories and data sources. *International Migration*, v. 61, n. 4, p. 170-185, 2023.
- BÓGUS, Lucia Maria. “Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar”. In: PATARRA, N. (org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. *Women and migration: incorporating gender into international migration theory*. Migration Policy Institute. Washington, 2003. Disponível em: www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory. Acesso em: 20 ago. 2017.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. Tradução: Luiz Rodolfo Morán Quiroz. México:

Cámara de Diputados LIX Legislatura, UAZ, Secretaría de Gobernación, Instituto Nacional de Migración, Fundación Colosio, Miguel Ángel Porrúa, 2004. 382 p.

CATARINO, Christine; MOROKVASIC, Mirjana. Femmes, genre, migration et mobilités. *Revue européenne des migrations internationales*, v. 21, n. 1, p. 4-23, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/remi/2534>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10 (1). Florianópolis, 2002. p. 171-188.

DONATO, Katharine M. *et al.* A glass half full? Gender in migration studies. *International Migration Review*, v. 40, n. 1, p. 3-26, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. 224 p.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, Silvia. “A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres”. In: FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. p. 109-180.

FERNANDES, Danubia de Andrade. *Mulber, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FRANÇA, Thais; OLIVEIRA, Stefanie Prange. Mulheres brasileiras imigrantes como estrega-prazeres: revelando racismo no “amigável” Portugal. *Cadernos Pagu*, n. 63, p. e216301, 2021.

FRANÇA, Thais. Precariedade laboral, raça e gênero: imigrantes brasileiras e o mercado de trabalho português. *Revista de Psicologia*, v. 4, n. 2, p. 87-102, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/808>. Acesso em: 30 set. 2019.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 124 p.

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social “Mulher Brasileira” em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, v. 56, n. 4, p. 867-900, out. 2013.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, [s.l.], p. 223-244, 1984.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994. p. 206-241.

- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008.
- MACHADO, Igor; REIS, Ellen Saraiva. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadaren-
ses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, v. 16, p. 153-166, 2007.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algu-
mas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; ALDONADO TORRES,
Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo
Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 31-62. Disponível em: [https://pt.br1lib.org/book/
6106996/1a2ed2](https://pt.br1lib.org/book/6106996/1a2ed2). Acesso em: 28 abr. 2022.
- MCCLINTOCK, Anne. “A situação da terra: genealogias do imperialismo”. In: MCCLIN-
TOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas:
Editora da Unicamp, 2010.
- MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women... *International Migration
Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984. Disponível em: www.jstor.org/stable/2546066. Aces-
so em: 11 jan. 2011.
- NUNES, Vicente. Mulheres brasileiras são as maiores vítimas de crimes de ódio em Portu-
gal. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 de agosto de 2022. Brasil. Disponível em: [https://
www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/08/5029287-mulheres-brasileiras-sao-as-mai-
res-vitimas-de-crimes-de-odio-em-portugal.html](https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/08/5029287-mulheres-brasileiras-sao-as-mai-
res-vitimas-de-crimes-de-odio-em-portugal.html).
- PADILLA, Beatriz. “Brasileras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades
ala exotización”. *Les Cahiers ALHIM*, v. 14, 2008.
- PADILLA, Beatriz. “A imigração brasileira em Portugal: considerando o gênero na análi-
se”. In: MALHEIROS, Jorge (org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI,
2007. p. 113-134. Disponível em: www.oi.acidi.gov.pt. Acesso em: 05 fev. 2013.
- PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana Selister. Empoderamento, interseccionalidade e ci-
berativismo: Uma análise do “Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em
Portugal”. *Revista Tomo*, n. 28, p. 169-201, 2016.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de mi-
grantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, 2008.
- PONTES, Luciana. “Mulheres brasileiras na mídia portuguesa”, *Cadernos Pagu*, n. 23, p.
229-256, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a08.pdf>.
- PÓVOA NETO, Helion. “A criminalização das migrações na nova ordem internacional”.
In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras dis-
ciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 297-309.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventu-
ra de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Al-
medina, 2009. p. 73-118.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (org.). *Migrações internas: textos escolhidos*. Tradução: Hélio A. de Moura. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 24-88.

SALES, Teresa. “Brasil migrante, Brasil clandestino”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n 1, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Nepo/Unicamp/Fapesp/CNPq/UNFPA, 2012. p. 195-210.

SIMON, Gildas. *La planète migratoire dans la mondialisation*. Paris: Armand Colin, 2008. 255 p.

SOUZA, Carlos Alves de. *A guerra da lagosta*. Um embaixador em tempos de crise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 314-320.

VILLARREAL, Maria; ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de. Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios. In: DIAS, Gustavo *et al.* (org.). *A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo: Educ, 2020. v. 1, p. 37-63.

ZANETTI, Lucas Arantes. *Esfera pública midiaticizada, ativismo migrante e anti-imigração: representações sociais e disputas identitárias em Portugal*. Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2024.

ZLOTNIK, Hania. *The global dimensions of female migration*. Migration Information Source, 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-dimensions-female-migration#>. Acesso em: 27 ago. 2023.

Uma análise introdutória sobre a deportação dos brasileiros dos Estados Unidos

Gislene Santos
Duval Magalhães Fernandes

Introdução

Realizar um estudo descritivo e analítico sobre a deportação é um exercício difícil. Primeiro pela ausência do verbete “deportação” nos dicionários específicos e as poucas pesquisas acadêmicas dedicadas a esse tema. Para exemplificar, o recente *Dicionário crítico de migrações internacionais* (Cavalcanti *et al.*, 2017) apresenta alguns verbetes que tratam lateral, mas não diretamente da deportação.¹ O acento das pesquisas tem sido para a circulação das pessoas no espaço internacional e não para a contenção. Quando se aborda a volta do migrante a seu território de origem, a literatura preza o uso da condição de retorno, mas para a deportação ainda há um “tabu” conceitual. No Brasil, são poucos os trabalhos acadêmicos que assumiram como objeto de investigação as deportações. Em 1999, no principal trabalho referenciado sobre a migração para os EUA, o livro *Brasileiros longe de casa*, Teresa Sales reconhecia que, para aquela “década perdida”, a saída da crise econômica se fez pelos portões de embarque dos aeroportos.

Esta nova realidade do Brasil como um país que entrou na contramão de sua história, que a partir da crise dos anos 80 passou a ver cada vez mais engrossadas as fileiras de seus habitantes que deixam o país à procura de melhor sorte em países estrangeiros é uma das facetas de nossa recente integração no cenário internacional em tempos de

¹ No dicionário constam os seguintes verbetes: (1) Admissibilidade: Inadmissibilidade. (2) Centro de detenção. (3) Controle de fronteiras. (4) Criminalização das migrações. (5) Desterritorialização: territorialização. (6) Expatriar: expatriado. (7) Expulsão coletiva. (8) Migração irregular. Esses verbetes sinalizam para uma constelação de conceitos em torno da deportação, mas não fazem referência direta à palavra deportação. Por sua vez, no glossário da OIM (2009), tem-se a referência ao verbete deportação.

globalização. Começamos a fugir da assim chamada 'década perdida' pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais (Sales, 1999, p. 14).

A força dessa literatura, em base empírica ou marco analítico, focou no embarque, o movimento de saída para um outro país. Mas o desembarque forçado, a deportação ou a detenção foram pouco descritos e analisados. Pensamos que essa oclusão ocorra, pois a deportação implica um corte contrário ao da migração. Abdelmalek Sayad (1998) demonstrou a complexidade da migração, pois esta remete simultaneamente a duas situações: o migrante é, ao mesmo tempo, um emigrante para a sociedade de origem e um imigrante para a sociedade de destino. Sua situação, a de estar, ao mesmo tempo, corporalmente presente em um espaço e ausente no espaço de origem, é uma das qualidades da migração, que ele carrega como um sujeito em movimento. Apesar desse paradoxo, o migrante conta com a disposição de um lugar. Mas ao deportado é retirada essa disposição espacial. O espaço de destino almejado lhe é banido. Assim, a própria condição migratória fica à deriva, pois a migração em seu acontecer precisa necessariamente de dois lugares: o de partida e o de chegada. Mesmo a perspectiva das redes e trajetórias migratórias, em sua cartografia das múltiplas conexões, solicita os locais de saída, o de trânsito e o de destino (ainda que o local da chegada seja provisório e temporário). Assim, quando o espaço de destino lhe é banido, ele deixa de ser um migrante.

Pensamos que os estudos acadêmicos privilegiaram a migração, pois, de certa forma, a deportação é um ato excepcional e não a norma. E, no campo disciplinar, as migrações apresentam-se como o conteúdo programático com maior duração na formação de um pesquisador. Assim, a deportação despoja o pesquisador de seu longo investimento teórico e dispêndio empírico para a descrição e análise dos fluxos migratórios.

Entretanto, no contexto atual, é necessário um estudo dedicado à deportação, e também é possível reconhecer algumas brechas no próprio campo da migração. Alguns registros sobre a deportação no Brasil têm sido feitos. Em dezembro de 2003, a TV Record apresentou um documentário sobre a situação dos migrantes irregulares brasileiros nos Estados Unidos com cenas de prisão e de deportação. Em 2004, a imprensa noticiava o desembarque de 200 brasileiros deportados dos Estados Unidos pelo Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins: 199 mineiros e quatro catarinenses². Em 2004 e 2008, matérias sobre a prisão e a repatriação dos

² Cf. *Jornal da Manhã*, 03 ago. 2005.

brasileiros do Reino Unido e dos Estados Unidos (Cariello 2004; 2008a; 2008b). A geógrafa Santos (2007) entrevistou em Criciúma homens e mulheres deportados dos EUA e, para alguns, a única experiência no solo estadunidense foi a de estar detido em prisões, locais e centros de detenção. Em tese de doutoramento, Barbai (2008), entrevistou, no aeroporto de Guarulhos, 25 migrantes brasileiros deportados de vários países. Em 2006, ocorreu a publicação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar os crimes e delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros no exterior.

Esse sintético levantamento sinaliza que não é nenhuma novidade política que a deportação seja uma situação vivida por muitos migrantes brasileiros. Desde a primeira década do século XXI, logo após os atentados de 2001, as deportações dos brasileiros dos Estados Unidos foram recorrentes no governo do presidente Bush, durante o período de 2001 a 2008.

Com o objetivo de entendermos a deportação dos brasileiros nos Estados Unidos, propusemo-nos a escrever este artigo. Após vários anos inseridos diretamente no campo da migração internacional, passamos a dispor do nosso tempo como pesquisadores para o revés dessa migração, ou seja, para a deportação.³ Metodologicamente, como uma das etapas deste trabalho, desde maio de 2024 temos acompanhado no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (MG), o desembarque dos brasileiros deportados dos Estados Unidos. Ali realizamos entrevistas, aplicamos questionários e na prática da observação participativa, buscamos elaborar uma reflexão sobre essa prática atual da deportação.

O texto que ora apresentamos guarda atenção especialmente para sistematizar a questão da deportação nos Estados Unidos e como se aplica aos brasileiros migrantes. Trata-se de um exercício analítico ainda introdutório, mas que preza pela importância e necessidade de abrirmos uma reflexão sobre o contexto contemporâneo, particularizado pela deportação. Apesar de introdutório, não se trata de uma apresentação dos resultados parciais da pesquisa, mas um esforço analítico do trabalho que estamos desenvolvendo, pois a deportação não tem, como comentado, um campo já seguro de estudos analíticos.

³ A primeira autora do artigo coordenou, em agosto de 2023, a mesa-redonda “Brasileiros no exterior”, no VII Seminário do Núcleo Interdisciplinar dos Estudos Migratórios (NIEM), na qual também expôs o trabalho sobre as restrições migratórias nos EUA quanto à migração dos catarinenses. Em 2024, em estágio de Pós-Doutoramento na PUC-Minas participou sobre a coordenação do segundo autor no projeto de pesquisa: *Do sonho ao pesadelo, trajetórias interrompidas: uma análise sobre a situação dos brasileiros deportados dos USA residentes em Minas Gerais e em Rondônia*. N. 420673-2022. CNPq.

A prática política da deportação nos Estados Unidos

Há um consenso entre os estudiosos das políticas migratórias que a Lei da Reforma de Imigração Ilegal e Responsabilidade de Imigrantes (IIRIRA, sigla em inglês), promulgada em 1996, seja a mais restritiva e punitiva na história dos Estados Unidos. Essa lei, em particular, permite a detenção e deportação tanto dos migrantes residentes legalizados no país como dos não regularizados. Ou seja, abarca toda a tipologia de entradas para os não nacionais e estabelece um rol de ações passíveis de criminalizar o migrante, entre elas a remoção acelerada. Em um levantamento sobre as deportações nos Estados Unidos, Golash-Boza e Hondagneu (2013) apontam que essa lei mantém sua eficácia até o presente. Ao longo dos anos e dos governos, a IIRIRA é aprimorada em seu enfoque punitivo e com os elevados investimentos orçamentários nos programas e operações específicas, reforça o controle migratório.

No período de 1996 a 2011, as deportações ocorreram sobretudo para os delitos registrados nas áreas fronteiriças. As ações dos agentes de fronteira do *U.S Customs and Border Protection* (CBP, sigla em inglês) eram praticadas até 100 milhas do limite fronteiriço. Tratava-se assim de uma complexa operação de fiscalização limitada na zona fronteiriça com o México. Constatada a irregularidade do migrante, a guarda da fronteira era (e ainda se mantém) autorizada a negar a entrada do migrante e mandá-lo de volta. Assim, o migrante era barrado na fronteira e impedido de continuar a sua viagem para o interior do país. Esse procedimento, que resulta na prática jurídica denominada *retorno*, diferencia-se das práticas das *remoções*. As operações que culminam no retorno estão limitadas a ser executadas em um recorte geográfico preciso e foram estabelecidas no contexto de uma estratégia política de militarização da fronteira.

O contexto da geopolítica ocidental, como apontado por Raffestin (1993), instaura, no final dos anos 1980, uma atenção demasiada às fronteiras internacionais. Nas fronteiras sul e sudoeste dos Estados Unidos foi instalado um reforçado sistema de controle para impedir a circulação de pessoas oriundas do México e dos demais países da América Latina com um aumento significativo das operações da “Border Patrol” em áreas urbanizadas, conforme descrito por Andréas (2000).

Segundo esse mesmo autor, no governo Bill Clinton (1993-1999), o número de agentes da patrulha de fronteira aumentou de 3.389 em 1993 para 8.200 em 1999. O então Serviço de Imigração e Naturalização (INS, sigla em inglês) desenvolveu e

implantou várias operações espaciais, como “Operação Blockade”, “Operação Holdthe-Line”, “Operação Gatekeeper”, todas elas justificadas para evitar e restringir a entrada de migrantes pela fronteira urbana. Em síntese, o foco dessa austera fiscalização tinha a fronteira como espaço prioritário para a construção de uma geopolítica internacional. Nos limites geográficos das operações, a não permissão de permanência dos migrantes naquele território era designada, como já mencionado, operações de retorno.

Em 2001, as mudanças na gestão migratória substituem o antigo INS pelo Departamento de Segurança Nacional (DHS, sigla em inglês). Não se trata mais de um serviço voltado para a naturalização e migração, mas sim de um órgão no qual o estrangeiro será tratado como assunto de segurança nacional. Essa mudança semântica, no qual emergem as palavras “segurança nacional” e “estrangeiro”, ancorada ainda na Lei IIRIRA (1996), acarreta também uma outra configuração geográfica das operações de controle, que passam a ser rotuladas, para o bem da segurança da comunidade, em *remoção acelerada* do estrangeiro. Assim, a partir de 2011, no governo de Barack Obama (2009-2012) e (2013-2017), o controle e a fiscalização sobre os migrantes adentram o interior do país. As adaptações na logística da operação do controle migratório implicam alterações de ordem geográfica. Se até então estavam concentradas nas áreas urbanas dos estados do Texas e da Califórnia, dirigem-se para as cidades como Chicago (Illinois) e Atlanta (Geórgia), como apontado por Golash-Boza e Hondagneu (2013). Ocorrem assim simultaneamente duas situações que colocam o migrante para fora do território estadunidense: a) o retorno (ainda que em menor volume), autorizado a ser executado em áreas de fronteira pelas operações do CBP; b) o aumento das remoções, autorizadas a serem executadas pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE, sigla em inglês), no interior do país.

Cabem aqui alguns pontos a serem apresentados sobre esse sistema de fiscalização: primeiro, no DHS, dois agentes passam a realizar as deportações: o CBP e o ICE. O ICE realiza suas ações de fiscalização, detenção e deportação através do *Enforcement and Removal Operation* (ERO). As ações do ERO estendem-se pela metade do território, com os escritórios de operação instalados em 25 estados estadunidenses. Destes, oito estão localizados na porção leste do país e nove nos estados do sul. O procedimento para as remoções é realizado em colaboração cruzada entre o ICE e as autoridades policiais locais e estaduais. Ocorre, assim, uma execução de punição contra o migrante delegada entre os agentes federais, estaduais e locais. Esse trabalho conjunto tem como um dos resultados a deportação e o retorno de 225.483

pessoas no ano fiscal de 2023. Como o próprio DHS divulga, um aumento de 170.896 pessoas em relação ao ano anterior.⁴

Essa expansão da fiscalização ocasiona que, em 2021, de um total de 1.935 brasileiros deportados, 556 destes tenham sido a partir da cidade de Nova Orleans (Luisiana), 96 de Atlanta (capital do estado da Geórgia), 90 da cidade de Chicago (Illinois) e um número menor da cidade de El Paso (Texas).⁵ Ou seja, os maiores registros de detenções e deportações ocorreram em pontos não fronteiriços. Esse mesmo quadro, com destaque para a cidade de Nova Orleans, repete-se nos anos de 2022, 2023 e 2024, este último ainda em curso.⁶ Chama-nos a atenção o aumento no número dos registros dos não admitidos, no qual desde 2015 temos um crescimento significativo, representando cerca de 54% em relação ao ano de 2014.

Tabela 1: Brasileiros não admitidos nos EUA (2013-2022)

Ano	Número de pessoas
2013	824
2014	881
2015	1.164
2016	2.537
2017	3.081
2018	6.231
2019	3.548
2020	2.125
2021	1.293
2022	6.014

Fonte: 2022 *Yearbook of Immigration Statistics. Office of Homeland Security Statistics*. Nov. 2023.
Org.: Os autores (a).

⁴ DHS lleva a cabo docenas de vuelos de deportación de cada semana, 27 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.dhs.gov/news/2023/04/27/dhs-lleva-cabo-docenas-de-vuelos-de-deportacion-cada-semana>. Acesso em: 20 set. 2024.

⁵ Conforme consulta em ICE: Enforcement and Removal Operation Statistics. Disponível em: <https://www.ice.gov/spotlight/statistics>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁶ Fonte: 2022 *Yearbook of Immigration Statistics. Office of Homeland Security Statistics*. Nov. 2023.

O segundo ponto que cabe destacar é em relação ao conteúdo discursivo: como destacam Golash-Boza e Hondagneu (2013), a sociedade americana criou, historicamente, um vínculo de identidade nacional com os migrantes para o trabalho. No governo de Barack Obama, as remoções aceleradas são autorizadas não para o migrante trabalhador, mas para o estrangeiro criminoso. Ou seja, para aqueles não nacionais identificados como criminosos. O migrante deixa de ser migrante e transforma-se, pelas execuções policiais, em um estrangeiro criminoso. Transforma-se, como pontua Barbai (2008), em um *no-body*, passível de ser transportado para fora dos limites do país para onde migrou.

Os brasileiros que entrevistamos no desembarque no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins (MG), relatam essa brusca inversão na identificação dos seus projetos de mobilidade. Para aqueles já residentes nos Estados Unidos, inseridos no mercado de trabalho e com família constituída, transformar-se de um migrante para um deportado é uma inversão abrupta em sua vida. A grande parte dos deportados são homens e deixam, nos Estados Unidos, esposa e filhos. Indagados sobre os motivos que os levaram a migrar para os Estados Unidos, as respostas são comuns: o trabalho e/ou a reunificação familiar. O processo de organização da viagem e do embarque para os Estados Unidos está ancorado na expectativa de uma oferta de emprego. Mas, ao passarem pelas operações da remoção, não somente o trabalho lhes é arrancado como também são banidos do espaço. Segundo Sayad, a migração somente se justifica pela categoria trabalho. Ainda que inseridos precariamente no mercado laboral, os migrantes estão sendo deportados. Para que essa operação da remoção seja acomodada nacionalmente, é preciso retirar do migrante a sua própria condição de migrante e marcá-lo com o rótulo de estrangeiro.

No Brasil, o desembarque dos brasileiros deportados dos Estados Unidos ocorre no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (Confins), no estado de Minas Gerais. Reconhecido em Minas Gerais como um dos mais importantes pontos da emigração para os Estados Unidos, cabe destacar que esse aeroporto se tornou um ponto central na recepção e redistribuição dos deportados brasileiros. Grande parte dos que chegam parte para outros destinos que não o estado de Minas Gerais. Do desembarque no aeroporto, muitos seguem para o terminal rodoviário e de lá prosseguem em sua viagem de volta, por via terrestre, para os seus estados e locais de origem. Distribuem-se para Rondônia, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, para citar alguns dos estados informados.

Nesse contexto, o aeroporto está inserido nos circuitos das políticas e práticas de poder atuais quanto ao controle migratório. Ou seja, a deportação está estritamente relacionada ao incremento de um investimento nas infraestruturas de transporte, haja vista que o traslado dos brasileiros deportados dos EUA para o Brasil é feito pela empresa aérea Global Crossing Airlines (Global X), no Airbus 320 ou 321 com capacidade para 224 pessoas.

Ou seja, a deportação é uma prática tanto técnica como política. Se os procedimentos e execuções de retorno e/ou remoção se alastram pelo território estadunidense, o desenvolvimento dos transportes aéreos, aliado aos acordos políticos entre os países de destino e os de origem, externalizam essas operações para fora dos limites nacionais dos Estados Unidos e ancoram no aeroporto internacional de Minas Gerais.

Considerações finais

Quando escrevamos este artigo, foi noticiado o desembarque de 150 deportados provindos dos Estados Unidos, no mês de agosto. Segundo as fontes, somente no ano de 2024 (ainda em curso) foram deportadas 1.102 pessoas.⁷ Desde 2019, cerca de 10.381 pessoas já haviam sido mandadas de volta para o Brasil, através das operações do DHS. Apesar desse número significativo de brasileiros desembarcados, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, destino desse desembarque forçado, não presta nenhum atendimento social e/ou humanitário a essas pessoas. Não há nesse aeroporto o Posto Avançado de Atendimento Humanizado do Migrante (PAAHM), presente em outros aeroportos internacionais do Brasil, bem como nenhum outro atendimento que lhes possa prestar o serviço de uma informação para quem realizou uma longa travessia aérea em condições hostis. Institucionalmente, são despejados no Brasil com o rótulo e estigma do fracasso da migração. Dupla exclusão: a do país de destino e a do país de origem.

Pensamos que a deportação é particularmente emblemática para pensar sobre os paradoxos da globalização, a governabilidade migratória e sobre o campo das relações da política externa do Estado brasileiro. De fato, encarar empírica e analiti-

⁷ Conforme matéria: Mais um grupo de brasileiros deportados dos EUA deverá ser trazido em um Airbus A321 nesta semana. Disponível em: https://aeroin.net/mais-um-grupo-de-brasileiros-deportados-dos-eua-devera-ser-trazido-em-um-airbus-a321-nesta-semana/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR1PeytKo1rLfn_OUuhzGMKEgJIUe8dejCtLEjLgiA_OmkyvgHf5qlg7-AU_aem_mjyzq4aOOgq9zBAXxo_xww&. Acesso em: 18 set. 2024.

camente a deportação implica um desdobramento teórico do pesquisador, pois se trata do revés da migração, do deslocamento interrompido, da pausa que coloca em suspensão as práticas do transnacionalismo migratório.

Referências

- ANDREAS, P. *Border games: policing the U.S. Mexico divide*. Ithaca: NY. Cornell University Press. 2000.
- BARBAI, Marcos Aurélio. *Discurso e identificação: o migrante brasileiro clandestino deportado*. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2008.
- BERG, Ulla D.; CASTRO, Jennifer. Cuerpos confinados, almas resilientes. Flacso-Ecuador. *Revista Íconos*, n. 58, p. 167-182, maio de 2017.
- BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). *Relatório final da CPMI para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior*. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84600>. Acesso em: 06 set. 2024.
- CARIELLO, Rafael. Estranhos no paraíso. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200405.htm>. jun. 2004. Acesso em: 16 set. 2024.
- CARIELLO, Rafael. Brasil lidera deportações no Reino Unido. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2402200801.htm>. fev. 2008a. Acesso em: 16 set. 2024.
- CARIELLO, Rafael. Reino Unido devolve 339 brasileiros em situação ilegal. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2505200822.htm>. maio 2008b. Acesso em: 16 set. 2024.
- CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (org.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Ed. UNB, 2017.
- GOLASH-BOZA, Tanya; HONDAGNEU, Sotelo. Latino Immigrant men and the deportation crisis: a gendered racial removal program. *Latino Studies*, n. 11 (3), p. 271-292, 2013.
- OIM. *Glossário sobre as migrações*. Organização Internacional para as Migrações, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, Gislene A. *Estado, redes sociais e fronteira: a migração do sul catarinense para os Estados Unidos*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2007.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

Agenciadores, discriminação e mundo migrante: um debate necessário no Brasil

Isis do Mar Marques Martins

Introdução

Ao pesquisar a imigração haitiana no Brasil, foi possível observar a multiplicidade de agentes que participam das trajetórias que mobilizam os migrantes para diversos lugares do mundo. Eles promovem, auxiliam, participam, migram também, mas também impedem, amarram, julgam, incriminam, trazem à tona preconceitos, criam discrepâncias, hierarquizam.

Três elementos são importantes ao tratarmos dos processos de mobilidade, bem como das estratégias de mobilidade e permanência de grupos migrantes: o Estado, os agentes e agenciamentos inseridos no processo de travessia e a fronteira. Elas implicam, indissociavelmente, todo esse conjunto de estratégias, também dão tom às desigualdades e hierarquias da migração, sejam elas multiterritoriais ou não.

Nos tempos atuais, com o contexto pandêmico resultante da disseminação do coronavírus, as fronteiras tornaram-se alvo de maior securitização e as rotas migratórias, por sua vez, mais disputadas por vários agentes que se inserem nesse processo. Dessa forma, a atuação de agenciadores, no sentido literal e nas relações presentes nesse espaço de poder, intensifica-se e impulsiona *fronts* que são necessários para a reflexão e o desdobramento da análise geográfica.

Este trabalho tem, portanto, como fio condutor a reflexão sobre quais agentes impulsionam a travessia migratória e sua pluralidade, entendida pelo Estado, pela mídia e pela sociedade, em grande medida, como pejorativos, criminosos e marginalizados do processo migratório. A proposta é desvelar as minúcias de quem está no *front* da travessia migratória.

O objetivo aqui é compreender a diversidade e o preconceito demonstrado ao generalizar e criminalizar os espaços de transitoriedade migratória, conforme indica Goettert (2006), apontando as múltiplas escalas e subjetividades envolvidas nas mobilidades, sobretudo entre migrantes atingidos por políticas discriminatórias e por vários processos de vulnerabilidade.

Tal intento dá-se a partir da ideia de agenciamento e agenciadores migrantes, na multiplicidade envolvida na compreensão destes e de como o Brasil compreende agenciadores nas estratégias de mobilidade e permanência de migrantes. A primeira parte é um aparato teórico problematizando o conhecimento sobre Estado e fronteira ao promover a discriminação da ideia de agenciamento/agenciadores na migração, seguida da perspectiva de fronteira estatal *versus* fronteira migrante, calçada em plurais táticas. Em seguida, a coleta de reportagens entre 2005 e meados da década de 2010 no Brasil, percorrendo a ideia de agenciadores da migração e a discussão sobre a temática a partir de novas escalas de pensamento.

Materiais e métodos

Utilizei para este texto análise documental a partir do *clipping* organizado pela rede documental do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). Muito utilizado no meio jornalístico e no resgate histórico por meio de matérias, o *clipping* consiste no monitoramento e avaliação de matérias jornalísticas em busca de um fio condutor. Temos, nesse sentido, três palavras-chave ou expressões que procuraremos em determinado intervalo de tempo: “coiote/coiotes”, “agenciadores”; “tráfico de pessoas na América Latina”.

Essas expressões foram escolhidas por estar diretamente ligadas aos termos comumente usados e generalizados para tratar dos agenciamentos nas travessias migrantes. Foram coletadas matérias que utilizam esses termos de 2005, com a ascensão da emigração de brasileiros ao exterior e das frentes de restrição nos novos *fronts* globais, até meados da década de 2010, com a inserção do Brasil em novas dinâmicas globais e o aumento da população imigrante, em especial caribenhas e caribenhos, africanas e africanos. Tais momentos relacionam-se ao final de 2020 no avanço da pandemia disseminada pelo SARS-Covid-19, que resulta em uma série de conflitos e restrições a migrantes, bem como a inúmeras hostilidades às políticas sanitárias, transformando-as em sanitaristas.

Para entender migração, agenciamentos e fronteiras: novos debates para velhos temas

Na categoria conceitual, elencamos três perspectivas centrais para elaborar nossa pesquisa e os desdobramentos analíticos: pensar o Estado, pensar os agentes e os agenciamentos, pensar a fronteira. São três elementos que se encontram e são construídos entre migrantes e agenciadores de migrações.

Giorgio Agamben, filósofo italiano, pensando os dispositivos e mecanismos de poder desde a formação do pensamento político do mundo ocidental europeu, escreveu três obras importantes que ambientam um agente importante na construção da narrativa dos chamados coiotes, traficantes e outros termos pejorativos e genéricos aos agenciadores que barganham a mobilidade: o Estado e sua formação, calçado em algumas perspectivas, como moral, ética e religião.

O livro *Homo sacer: o ser humano e a vida nua* aponta a formação do pensamento político a partir da Roma antiga, e conceitos como “bando”, “campo”, “acampado” e “abandonado” indicam a essência da formação do Estado romano de exceção. Esse Estado entende que o ser humano precisa ser vestido de conceitos, sentidos de moral e ética vindas do Estado, seja na esfera do direito ou do governo. O ser humano despido dessas vestes institucionais tem, portanto, a vida nua.

Já no livro *Estado de exceção*, o autor questiona uma série de políticas vinculadas ao Direito e ao poder judiciário, que culminou num seu *continuum*. O Direito passa a transgredir por meio da violência, embora não a tolere fora do campo jurídico. A liberdade consentida conforme esse direito em estado de emergência como regra, estabelecida pela “coisa pública”, não perpassa as relações com os sujeitos. A *res publica* torna-se apropriação de uma determinada classe para interesses individuais. O estado de exceção permite a criação de agenciamentos de poder concernentes ao Estado, que por estabelecer normas próprias cava um ideário político que conotamos como real. A reprodução dos agenciamentos e dos discursos que são reflexos do medo e da ideologia do “bem viver” na “comunidade”, comuns ao discurso do Estado no Brasil, evidenciam o que Agamben aponta. A relação com determinados espaços e, assim, a restrição do movimento pelo poder público denotam a reprodução do discurso do migrante como um problema e, de forma nada mascarada, produzem uma ideia de que o problema é a migração e não necessariamente a política migratória que precisa ser reconfigurada.

E no livro *Homo sacer 2: o reino e a glória*, Agamben analisa a construção da relação Estado, compreendendo a fundo a noção primária do termo economia, que une o gerenciamento com as instituições, ainda na Roma antiga, para mais tarde, na Idade Média, interagir com a metafísica, respaldando dispositivos de poder e trazendo o estado de exceção como regra.

O que é importante e por que trago essas três obras: os dispositivos são acoplados ao ideário da sociedade, da cultura, da política e da religião, mas começam fundamentalmente pelos agentes do Estado, ou do rei, ou do imperador. A soberania aqui não muda o nome, mas suas sofisticacões promovem uma atualização de novos dispositivos de poder.

Nessas condições, a economia transformada em ideário vindo do soberano para o seu império, a partir das instituições, dá-nos uma centelha importante para entender a dinâmica dos agenciadores na mobilidade. As condições alternadas entre Estado, mercado e sociedade que levam à migração são intrinsecamente as mesmas que dotam os agenciadores, os quais são, muitas vezes, migrantes das chamadas primeiras gerações de mobilidade.

Essas condições não são simples e partem do modelo de consumo capitalista. Conforme Agamben, elas datam de muito antes da constituição do capitalismo primitivo. Abdelmalek Sayad (1998), ao tratar dos paradoxos da migração, aponta o papel paradoxal do Estado ao colocar a necessidade do migrante em mobilizar, ao mesmo passo que o permite sempre como um provisório, um estrangeiro que pode sair a qualquer momento. É, contudo, ciente de que ele não sairá; permanecerá, ainda que sob condições adversas criadas pelo próprio Estado.

Nesse sentido, a generalização desses grupos que barganham a mobilidade no sentido de incriminá-los aponta que a máquina do Estado, enquanto discursa a coibição, estimula sua prática, paradoxalmente, nesse plano da necessidade e da aversão ao migrante.

Esses paradoxos dos agentes que estão articulados ao trânsito da mobilidade promovem *agenciamentos*. Existem leituras importantes do tratamento desse termo, ainda mais quando se trata, de fato, de agenciar migrantes em sua trajetória. Componho aqui três perspectivas.

A perspectiva literal de agenciamento, segundo o dicionário Michaelis, trata do ato de agenciar, que, por sua vez, apresenta: 1 – *Fazer negócios de agenciamento*; 2 – *Servir de agente ou intermediário de algo (transação, negócio) ou alguém (modelo, artista, etc.); intermediar*; 3 – *Obter para si ou para outrem* (Michaelis, 2021).

Dessa maneira, o sentido literal aponta o pragmatismo tanto cultural como social no Brasil, do caráter do agenciamento, que remete em linhas gerais à terceirização de um sujeito ou de um objeto. Aplicando ao proposto, se tratarmos o agenciamento de migrantes na perspectiva literal, estamos lidando com a intermediação e com um negócio remetido à travessia destes.

A segunda perspectiva trata do agenciamento tal como proposto por Deleuze e Guattari. Os agenciamentos, na perspectiva destes, apontam dois elementos importantes: a linguagem e o corpo, de maneira indissociada. Eles formam o conteúdo e a expressão das ações e dos acontecimentos. Destacam ainda que, de forma errônea, se tem analisado primeiro o conteúdo em detrimento da expressão, porém o que ocorre é o contrário. A expressão traz toda a riqueza de elementos que se integram à linguagem e ao corpo formando as ações.

Podem-se tirar daí conclusões gerais acerca da natureza dos Agenciamentos. Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam (Deleuze; Guattari, 2008, p. 29).

O meio dessa ação é o agenciamento, uma mensagem indireta entre a linguagem e o corpo, que precede, mas também promove as ações. Esses dois aspectos não são dicotômicos, “vilões ou mocinhos”, “tristes ou felizes”. Eles estão no limiar constante da ação. Diferentemente do que muitas vezes se pensa, para eles não é o agenciamento que fixa a ação em acontecimento datado, marcado, mas os processos de desterritorialização e reterritorialização.

A terceira perspectiva trata do termo *agency*, tal como proposto por Anthony Giddens. Traz uma reflexão importante tanto para o proposto como para a relação com o espaço e as categorias geográficas. Para esse autor, a agência é um produto da estrutura que, diferentemente do *estruturalismo*, sobretudo o francês – entende que a estrutura precede a ação –, é resultado da ação, diferente do agenciamento de Deleuze e Guattari. O fator da *agency* (agência) portanto:

(...) não se refere a uma série de actos discretos combinados entre si, mas a um fluxo contínuo da conduta. Talvez devêssemos definir *agency* (...) como envolvendo uma “corrente de intervenções casuais, concretas ou projetadas, de entes corpóreos no decorrer do processo de acontecimentos que ocorrem no mundo” (...) Em primeiro

lugar, a noção de *agency* refere-se às actividades de um agente, não podendo ser considerada separadamente de uma teoria mais ampla do self actuante. É necessário insistir nesta aparente tautologia, dado que para parte substancial da literatura filosófica a natureza da acção é discutida antes de mais numa relação de contraste com os “movimentos”, ou seja, as características do actor enquanto sujeito permanecem inexploradas ou implícitas (Giddens, 2000, p. 14-15).

Entendendo assim que “estrutura” implica critérios, o conjunto de normas adotadas às relações que transformam grupos sociais, que sistemas são relações reproduzidas por esses grupos e estruturação são as condições dadas à permanência ou mobilidade dessas estruturas transformadas e construindo coletivos (Giddens, 2000), a agência – *agency* – é a ação em si, é a práxis adotada por um coletivo que as impulsiona em diversas escalas.

Temos assim três perspectivas que se opõem e se complementam entre si: o agenciamento literal, promovido como negociação na travessia migrante; o agenciamento relacional, aquele que promove as relações entre os sujeitos migrantes e os demais agentes cruzados no processo migratório (Estado, sociedade, mídia, dentre outros); e a *agency*, que estrutura a comunidade migrante em agentes que se reproduzem e promovem a articulação entre pares migrantes constantemente. Os agenciadores estão integrados em todas essas perspectivas, direta ou indiretamente, na negociação, na relação e na integração.

Nesse ínterim, o espaço de negociação das relações entre migrantes e os que barganham a travessia é incondicionalmente a fronteira. Mas qual fronteira e em que termos elas aparecem como limite ou como infinito para esses migrantes? Para nossa proposta, temos três principais linhas de pensamento acerca da fronteira. A primeira refere-se aos termos conceituais mais utilizados; a segunda refere-se às relações construídas na realidade, e a terceira às novas perspectivas que cruzam todos os agentes da travessia migratória.

Na primeira linha, é interessante a sistematização de Mondardo (2018) às perspectivas elencadas do tema fronteira entre correntes de pensamento. Teríamos, então, a fronteira na dimensão político-jurídico-estatal na dimensão econômica, na econômico-política e na cultural.

Dimensões da noção de fronteira	Perspectivas
Político-jurídico-estatal	Concepção militar/regulação e soberania de um Estado/Região de tensão por zona de transição.
Econômico	Agentes da expansão geográfica do capitalismo/demarcação socioespacial/enclaves econômicos...
Econômico-político	Relação entre a desigualdade socioespacial e a disputa por espaços e territórios.
Cultural	A classificação por meio de identidades e grupos sociais, definidos como pertencentes ou não a determinados espaços.

Fonte: Adaptação a partir de Mondardo (2018).

Vale destacar que as dimensões acima não se sobrepõem; elas são, assim como as estratégias de mobilidade e permanência de migrantes, indissociadas. A soberania de Estados e nações é construída pela força das identidades que promovem preconceitos e desigualdades socioespaciais e reforçam hegemonias do Estado e do mercado frente, como exemplo, a migrantes pobres.

A segunda linha contempla a relação das identidades com a formação de fronteiras e seus desdobramentos reais, como as políticas de securitização e a criação de muros – literais ou não – impulsionados pela desigualdade social e econômica global. Em um mundo no qual o discurso da flexibilização de espaços e tempos cada vez mais restringe e estimula políticas de fechamento de fronteiras cabe pensar que a realidade e o capital conceitual que temos sobre fronteira precisam ser amplamente discutidos. É nessa inconsistência real e em situações plurais que os agentes da migração estão mais implicados. E é também nesse interim que são os mais escamoteados.

As contribuições de Brown (2010), Sassen (1996), Haesbaert (2014) para a reflexão em nível global constroem um arco histórico e geográfico dos processos de securitização, tanto do Estado ou do Estado-nação como dos diversos agentes contemplados na vida do migrante em sua trajetória e estratégias (Martins, 2019). De maneira geral, e tal como em Sayad, o paradoxo da securitização e formação de barreiras e fronteiras não é necessariamente para a limitação de migrantes pelo mundo, mas pela continuidade de seu caráter transitório e excludente.

Aumentam também, e não de forma negativa ou dual, as práticas de barganha nas travessias migrantes, nos espaços de fronteira. Assim, e conjugada às demais linhas, a terceira linha de pensamento acerca da fronteira que tratamos para a reflexão dessa proposta é a dimensão do corpo.

Como nossa ideia é justamente romper com as dualidades de “negativo” ou “positivo”, “bom” ou “mau”, “certo” ou “errado”, vislumbradas nos processos de agenciamento da migração, a dimensão do corpo é fundamental para refletirmos além. Vale destacar que, embora existam estudos aprofundados sobre a categoria “corpo” na Geografia, no Brasil ainda poucos estudos – em relação às demais categorias – existem.

Destacam-se, em específico à fronteira, os trabalhos autoetnográficos de Shahram Khosravi (2010) e Keshavarz e Khosravi (2022). Nesses trabalhos destaca-se a necessidade de repensar a fronteira como lógica cartesiana, isto é, na ordem do conceitual e da prática estabelecidas de maneira externa a nós. Quando analisamos processos de mobilidade e as adversidades contidas no transcorrer das travessias, pouco nos importamos com o espaço e os agenciamentos dos grupos, atendo-nos aos processos de securitização do Estado e das desigualdades espaciais inscritas no arcabouço dessa mobilidade. Como grande questão encontra-se a relação complexa entre migração e fronteira, quando o próprio migrante é a fronteira no sentido de ser subjugado como pobre e excluído. O que não se dá apenas pela existência de um limite ou uma barreira, mas por se tratar de um migrante pobre excluído.

A fronteira, nesse sentido, é um devir, o corpo é a própria fronteira que se faz devir. A fronteira classifica-se e se define a partir dos nossos corpos e não pela legitimação e normatização externa. É valioso nesse sentido, pois os múltiplos agenciadores inseridos na migração não se corporificam em uma escala; eles mesmos estão cravados como fronteira em si, assim como os migrantes que passam por eles.

Para além dos discursos: agenciamento e discriminação

É importante fazermos uma prévia reflexão global e nacional por trás da ideia de coiotes e agenciadores como pauta tanto das resoluções normativas como das políticas de migração em si no Brasil, para entendermos as reverberações implicadas na generalização dos agenciamentos ocorridos na travessia migrante. Essa reflexão se deu por meio de coleta de reportagens ligadas ao termo “coiote”, entre 2005 e 2010.

A década de 2000 foi marcada por uma crise financeira em boa parte do chamado Norte Global, implicando mais tarde uma nova rodada de neoliberalização (Brandão, 2017). Ao contrário do Brasil, inserido em um processo de transformação econômico-territorial com a desindustrialização para inserção no mercado de *commodities* via agroindústria. Essa ascensão, aliada a uma política minimamente voltada para a conquista desse poder de consumo entre as classes médias e trabalhadoras, permitiu um alto poder de compra e oferta de novas oportunidades.

Nesse sentido, aumentam os casos de emigração de brasileiros, documentados e indocumentados, principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra, Portugal, Espanha e Japão. A questão da emigração dos brasileiros sempre tem duas pautas em conjunto: uma, a atuação de atravessadores ou coiootes, e outra, o processo de criminalização desses migrantes.

A criminalização apresenta vários aspectos, desde a entrada ilegal até o processo de corrosão de certo caráter quando na situação adversa de imigrante. Até maio de 2009, as reportagens sobre coiootes e criminalização de migrantes concentravam-se em:

- Brasileiros no exterior (emigrantes) – Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Portugal e Espanha
- Bolivianos, peruanos, equatorianos e chineses no Brasil

O tempo todo, a discussão é de atos de criminalização do emigrante brasileiro em outros países. As reivindicações dos países são de que os brasileiros cometem crimes – mesmo sendo uma minoria – e por isso têm de perder direitos nesses lugares.

No final de setembro de 2008, ocorre um fluxo de bolivianos em pedido de refúgio entre o departamento de Pando e Brasileia, Acre, alegando perseguição política. O governo boliviano, por sua vez, alegava que o Brasil estava lidando com criminosos bolivianos. O governo brasileiro, por sua vez, alegou necessidade de segurança na fronteira e aumentou a quantidade de soldados na sede da Polícia Federal de Brasileia e Epitaciolândia. Essa é a primeira notícia importante de envolvimento entre Polícia Federal e Exército como mobilização de pessoas.

Dois acontecimentos importantes aumentam, em 2009, a tensão sobre a temática das imigrações no Brasil e trazem consequências importantes para o desgaste político da gestão dessa década. Em maio de 2009, é emitida uma carta do Ministério da Justiça abordando a anistia que se daria a estrangeiros indocumentados no Brasil

e denuncia “aproveitadores” que estariam pedindo dinheiro a imigrantes para serem incluídos na lista de anistiados, o que seria um crime de estelionato.

Em seguida, a carta relata que, por conta da alegação e desconfiança, a previsão de não atender imigrantes chegados a partir de fim de 2008 e início de 2009 seria *nonsense*, pois afetaria muitos imigrantes que não tinham relação com o fato.

Em agosto de 2009, na previsão do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do caso de Cesare Battisti, houve grande repercussão principalmente nos conflitos diplomáticos que isso causaria entre Brasil e o continente europeu como bloco econômico e político – União Europeia – vindos da Itália, país onde Battisti era acusado de homicídio. O Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE – já havia negado seu pedido de refúgio, e o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu-o, justificado devido à clara perseguição sofrida pelo solicitante. No final de dezembro de 2010, prestes a sair do governo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu o status de refúgio a Battisti, mesmo sob alvo de muitas críticas.

Por volta do final de abril de 2010, uma série de reportagens sobre a ação do estado do Arizona, nos EUA, ao promover uma lei que restringia a permanência e previa políticas para imigrantes ilegais, sob a justificativa de evitar a ação de coiotes e crimes relacionados à migração e à fronteira. Mas é o imigrante o mais criminalizado nessa situação. O reflexo desse ocorrido foi uma aliança dos governos mexicano e equatoriano para tornar o processo de mobilidade de imigrantes menos duro, mais “brando”. A inserção do narcotráfico na barganha pela travessia para os EUA intensificou a violência para com os migrantes.

É no final de 2010 que aumenta o fluxo de reportagens, logo as referências a acontecimentos mais frequentes das perspectivas analisadas: coiotes, criminalização, emigrantes e imigrantes a partir do termo “coiote”.

Esse aumento paulatino, a partir de 2010, da recorrência de notícias sobre coiotes e criminalização dos processos de mobilidade no Brasil está associado diretamente à crise na Europa e nos Estados Unidos e Japão, mas também às mais incisivas políticas de entrada nesses lugares. A justificativa é a crise, criada talvez para geração de mais monopólio do sistema capitalista. Estamos falando aí de um processo de monopolização dos processos migratórios a fim de articular fluxos “mais convenientes” a esses países.

Assim que chegam os haitianos ao Brasil, o termo “coiote” passa a ser utilizado para os aliciadores das viagens desses novos migrantes; a migração haitiana não é em nenhum momento encarada como migração qualificada.

Em seguida a uma série de reportagens sobre haitianos em Rondônia, as adversidades da chegada a partir dos coiotes e a passividade do Brasil – em especial do Governo Federal – na entrada desses imigrantes aparecem duas reportagens interessantes no final de março – início de abril de 2011: sobre bolivianos que trabalhavam em situação análoga à escravidão nas Casas Pernambucanas, que recebiam 20 centavos por peça de roupa fabricada, e o agenciamento de babás paraguaias em São Paulo, que também viviam em situação adversa no país.¹ Cabe a reflexão novamente quanto à diversidade desses agenciamentos escamoteados que também promovem uma agiotagem da mobilidade, mas que é legitimada nos espaços do trabalho.

O Protocolo de Palermo, documento que ratifica as políticas internacionais para migração e refúgio, prevê que o tráfico de pessoas ocorre sem o consentimento do migrante, que está em situação de extrema vulnerabilidade e não é considerado dotado de escolha. O que acontece nos casos dos atravessadores é o consentimento do migrante e uma barganha que se transforma em uma “bola de neve”, um agenciamento literal, que se traduz em endividamento moral, social e econômico.

Isso quer dizer que, para os termos convencionais, o processo de agiotagem começa no momento em que não se dispõe de legitimidade para o migrante se “apropriar” de formas de autonomia. No caso citado, em 2009 (ainda sob a Lei do Estrangeiro de 1980), o imigrante não poderia montar uma empresa no país, o que sempre o amarrava às empresas que agenciavam migrantes para condições hiperprecárias de trabalho.

Temos até 2010 duas principais categorias para a agiotagem da mobilidade:

- Brasileiros no exterior – com o aumento da emigração no início do século XXI, um aumento na procura de serviços ilegais de migração por parte de brasileiros;
- Estrangeiros no Brasil – sobretudo nas migrações Sul-Sul, em que tanto relações coletivas se inserem com exploração de brasileiros para com estrangeiros.

¹ Portal G1. Paulistanos contratam babás paraguaias. *Portal G1*, São Paulo. 27/03/2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/paulistanos-contratam-babas-paraguaias.html>. Acesso em: ago. 2018. *Repórter Brasil*. Trabalho escravo é flagrado na cadeia da Pernambucanas. *Repórter Brasil*, São Paulo. 02/04/2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/04/trabalho-escravo-e-flagrado-na-cadeia-da-pernambucanas/>. Acesso em: ago. 2018.

Nesse sentido, temos três pontos que são importantes para provocação ao debate: a insuficiência de bibliografia sobre o assunto no Brasil, a necessidade de compreender o papel desses agenciadores a fim de construir políticas públicas e os rearranjos espaciais que tais dinâmicas promovem nas fronteiras e nos lugares chegados a esses migrantes.

A partir de 2013, o número de reportagens sobre tráfico de pessoas e coioetes aumenta e, se até 2012 associavam migrantes como vítimas, começam a intensificar a generalização do termo considerando muitas vezes o próprio migrante como coioete. Ao passo que suas estratégias de mobilidade e permanência são constantemente questionadas e suas mobilizações políticas depreciadas pelo estigma da “coiotização” da migração.

Abaixo, uma reportagem de 2016, encontrada na busca pelo termo agenciadores:

Os agentes humanitários começaram a desconfiar dos migrantes que ficaram presos na Costa Rica quando muitos disseram que se chamavam Muhammad Ali, nome do ex-campeão de boxe. Depois, os tradutores enviados para ajudar as autoridades locais começaram a detectar algo errado nos sotaques deles. Milhares de migrantes que afirmavam ser da África Ocidental que tem o francês como língua não eram o que pareciam; na verdade, vinham do Haiti, no Caribe. Sem poder sair da Costa Rica depois que a Nicarágua fechou suas fronteiras, os Muhammad Alis geraram a maior crise migratória do país da América Central desde os anos 1980².

Aqui já começamos com a palavra derivada da agência, para tratar da ação humanitária, mas, ao tratar de uma estratégia de entrada agenciada, os termos mudam. Essa é uma maneira clara de tratarmos as múltiplas formas de agenciamento na migração que ultrapassam as fronteiras da irregularidade da força de lei, ao passo que temos essa força agindo no mesmo espaço, no mesmo tempo, mas em escala diferente.

Para agenciadores da migração, temos no inglês a corriqueira palavra *smuggler*, que significa contrabandista, aliciador e, como aqui utilizamos, agenciador. Em seu importante livro *Seeing like a smuggler* (2022), Keshavarz e Khosravi tratam o agenciador, tal como aqui, como colonial e, conseqüentemente, seria preconceituoso tratarmos o termo somente do ponto de vista do Estado e da força de lei, criminalizando uma relação para além da escala dual entre legal-ilegal.

² Haitianos deixam o Brasil e geram crise migratória na Costa Rica. 2016. Uol Economia. São Paulo, 26.08.2016. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2016/08/26/haitianos-deixam-brasil-e-geram-crise-migratoria-na-costa-rica.htm>. Acesso em: jan. 2023.

Smuggling makes the precarity of the borderlands visible. As a response to the condition of precariousness, smuggling can no longer be seen merely as a criminal act, as the state authorities would claim, but becomes part of social protest against different oppressions: economic inequality, differential access to welfare and nation-state hegemony over borders and borderland communities. These events show how smuggling merges into a political movement, which demands social justice. It intertwines with class struggle, ethnic revolts, and anti- (domestic) colonial rule. Acts of smuggling such as sokhtbari are well anchored in the local social structures, not only economically but also socially and culturally. The so-called smugglers are admired and regarded as local heroes who jeopardise their lives to support their families. There are countless popular ballads praising them. This makes smuggling ‘social’, meaning it is historically and socially articulated (Keshavarz; Khosravi, 2022, p. 13).

No paradigma colonial, aliás, os agenciamentos migrantes são “encaixotados” numa racionalidade implicada em mitigar e escamotear estratégias de mobilidade e permanência migrantes (Martins, 2019) e andam vis-à-vis com a carga da problematização migrante, isto é, o problema “migrante-problema”. Em um universo de conhecimento, mesmo dito crítico, ele não se desfaz das amarras dos estereótipos e muitas vezes os reforça travestidos de grandes desdobramentos.

É notório, portanto, que precisamos virar a chave dos processos de mobilidade e permanência e vê-los enquanto estratégia que se articula nas subjetividades migrantes, promovendo agenciamentos e negociações, *smugglings* que protagonizam e promovem fronteiras subjetivas, cujo papel do Estado e da mídia e demais promotores de discursos e outras estratégias são secundárias, e isso não é necessariamente um problema.

Considerações

Sair da zona confortável de interpretação e leitura do mundo das e dos migrantes ainda é uma tarefa difícil e que exige, no contemporâneo, um desejo de mudança. Não somente no tocante às teorias e perspectivas advindas de uma percepção de moderno e racional que temos do conhecimento, mas do fato de, em muitos espaços e tempos, ignorarmos as subjetividades migrantes.

Nesse sentido, o presente texto visa, face à leitura e de ferramentas modernas, provocar o debate sobre a fronteira e a travessia migrante envolvida nas negociações e estratégias imbricadas pelos agenciamentos e suas ações, as atividades e táticas elegerdas e que promovem contradições do que entendemos de fronteira, Estado e irregularidade/criminalidade. Ao tratarmos de agenciamento e agenciadores no processo migratório, aludimos indiretamente a algo negativo, um elo no qual exige uma

força de lei, sem darmos a leitura que também tratamos de subjetividades e multiplicidades.

Faz-se necessário, sobretudo no Brasil, compreendermos o espaço dos acontecimentos entre agenciadores na travessia migrante, sem corroborar os estereótipos reforçados, ao longo do tempo, por um discurso discriminatório. Encarando assim sua pluralidade e importância dentro do mundo das migrações.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia da economia e do governo: homo sacer II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BRANDÃO, C. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45-69, jan./abr. 2017.
- BROWN, Wendy. *Walled states, waning sovereignty*. Nova York: Zone Books, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: *Ditos e Escritos*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIDDENS, Antony. *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Lisboa: Celta Editora, 2000.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KESHAVARZ, Mahmoud; KHOSRAVI, Shahram (org.). *Seeing like a smuggler: borders from below*. Londres: Pluto Press, 2022.

KHOSRAVI, Shahram. *“Illegal” traveller: an auto-ethnography of borders*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

MARTINS, Isis do Mar Marques. *Por uma geografia das migrações: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MONDARDO, Marcos. *Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SAYAD, Abdelmalek. *O migrante e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SASSEN, Saskia. *Losing control? Sovereignty in an age of globalization*. New York: Columbia University Press, 1996.

“Quase um brasileiro”: gringos, cordialidade e a burocracia de imigração no Brasil

Thaddeus Gregory Blanchette

Thomas Babintão Ingres, Memorial de todos os estrangeiros q Vivem nas Cap.as do Rio Grande, Parahyba, Tamaracá & Pernambuco e Bahia dos quaes se não pode ter sospeita.

(Freyre, 2000 [1948])

O material apresentado a seguir é baseado no trabalho de campo etnográfico realizado entre imigrantes de língua inglesa no Brasil, intermitentemente, ao longo dos últimos 24 anos. Também se baseia nas experiências pessoais e de amigos e colegas estrangeiros que tentaram navegar na burocracia imigratória brasileira. Deve, portanto, ser sublinhado que os meus informadores constituem um grupo relativamente privilegiado. Todos falam português, e nenhum deles está ilegalmente no país. A maioria possui diploma universitário, e quase todos são de classe média. Em geral, então, essas pessoas dificilmente são representativas dos setores mais vulneráveis da população imigrante do Brasil.

Em grande medida, porém, isso torna as situações que eles descrevem ainda mais reveladoras, pois esse grupo de migrantes está longe de ser considerado como o mais problemático no Brasil, e se essas situações acontecem com eles, as situações enfrentadas por migrantes ilegais ou irregulares de outras procedências devem ser piores ainda.

Um ponto que deve ser sublinhado é a natureza *arbitrária* dos resultados produzidos pela burocracia de imigração de nosso país, independente das modificações promulgadas pela nova lei de imigração: Lei 13.445 de 2017. Para cada história que ouvi de um imigrante que enfrentou corrupção, preconceito ou incompetência,

ouvi de outro que passou pelo sistema ou até usou procedimentos ilegais ou conexões pessoais para garantir a continuidade de sua residência. O que quero dizer aqui não é que a burocracia imigratória brasileira seja *pior* do que a de outros sistemas no mundo, mas que suas operações cotidianas no nível da delegacia da Polícia Federal rotineiramente geram resultados que não podem ser previstos de acordo com a racionalidade jurídica. Como resultado, apesar de sua reputação de nação multicultural amigável, tolerante e acolhedora, o Brasil tem um sistema de imigração profundamente disfuncional.

É mister notar que boa parte dos relatórios apresentados abaixo vem do período anterior à Lei 13.445 de 2017, quando o então vigente Estatuto do Estrangeiro estava em desacordo com a Constituição Brasileira. Naquele período, as arbitrariedades policiais eram muito mais candentes do que hoje, pois a Polícia Federal poderia escolher qual legislação seria aplicada a qualquer situação. A nova lei simplificou o cenário, estreitando as possibilidades de interpretação, além de abrir novas possibilidades para a permanência no Brasil. Todavia, o processo migrante ainda passa pelas mãos da Polícia Federal, e essa instituição não está livre dos preconceitos, incompetências e interesses que têm marcado sua história. O presente artigo questiona a complacência brasileira frente à questão migratória e deve servir como aviso das prováveis consequências desse complexo de sentimentos nativistas e essencialistas vigentes no país frente às mudanças criadas pela Lei 13.445, se o processo migratório não fosse cuidadosamente supervisionado por agências e instituições fora da autarquia da Polícia Federal Brasileira.

Gringos como *Fremde*

Para começar, quero discutir a etimologia e a simbologia do *gringo*, tal como o termo é empregado no Brasil.

Diferente do que muitas pessoas supõem, os brasileiros usam *o gringo* da mesma forma como a palavra foi originalmente usada na Península Ibérica no século XVIII. Segundo o *Diccionario* compilado pelo espanhol Esteban Terreros y Prandos na primeira metade de 1700, o termo refere-se àqueles “estrangeiros que possuem um certo tipo de sotaque que os impede de falar espanhol com facilidade e espontaneidade” (*apud* Ronan, 1964, p. 23-29)¹. Ao contrário do que acontece na

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o termo e sua história ver Blanchette, 2001.

maior parte das Américas, os brasileiros ainda empregam “gringo” nesse sentido e não como um termo semirracializado, que se refere a pessoas brancas de países historicamente imperialistas. Significa essencialmente “estrangeiro de língua engraçada”, e embora os americanos brancos e os norte-europeus sejam entendidos pelos brasileiros como quase prototipicamente gringos, o termo também é aplicado a americanos e europeus negros e pardos, mexicanos, peruanos, argentinos e nigerianos. O dicionário de português mais popular do Brasil define, inclusive, a palavra simplesmente como “estrangeiro” (Buarque de Holanda Ferreira, 2000).

Certos estrangeiros, porém, são mais facilmente identificados como gringos do que outros. Aqueles que incorporam ou apresentam determinadas marcas identitárias (pele clara, cabelos claros, sotaque português ou não, olhos azuis ou verdes, cidadãos de impérios globais históricos) atraem o termo com muito mais frequência do que aqueles que não carregam essas marcas. Como disse Virginia, um dos meus informantes canadenses:

Minha avó é portuguesa, e eu pareço bem brasileira [isto é, olhos castanhos, cabelos pretos, pele morena muito clara ou “trigueiro”]. Então, desde que eu tenha o cuidado de me vestir e agir como brasileiro, as pessoas não me notam. Se eu começar a falar português, porém, eles pegam meu sotaque, e aí me transformo em gringa. Mesmo assim, as pessoas geralmente pensam que sou argentina ou uruguaia.

Seria errado acreditar que a cor da pele/cabelo/olhos ou as características faciais são mais importantes na declaração de quem é ou não é “gringo” do que o desempenho adequado das normas culturais: ninguém é “identificado” como um gringo simplesmente por ser branco e ninguém evita o marcador simplesmente por ser marrom ou preto. Da mesma forma, o próprio sentido de distinção e excepcionalismo histórico do Brasil, como a única nação de língua portuguesa nas Américas, significa que ser identificado como “latino” não é suficiente para escapar do rótulo de gringo. Esse fato foi demonstrado para mim num bar da classe trabalhadora de Copacabana por um colega meu, peruano com características físicas indígenas distintas. Para seu desgosto e exasperação, os clientes do bar referiam-se a ele como “o gringo”.

“Soy peruano!”, ele insistiu em espanhol. “Latino!”

“Sim”, veio a resposta. “Um gringo latino.”

Em termos do simbolismo sociológico do “gringo”, porém, há uma característica da palavra que merece nossa atenção particular no contexto da presente discussão. Embora o *gringo* não seja um de nós, ele certamente está *entre* nós.

O uso popular contemporâneo do termo no Brasil não faz distinção entre turistas, empresários, viajantes ou imigrantes. Historicamente, porém, tem sido associado a estrangeiros que adquiriram um certo grau de presença consistente. Recorde-se que, segundo Terrenos y Pando, “gringo” refere-se a estrangeiros que possuem um sotaque “que os impede de falar espanhol com facilidade e espontaneidade”. Essa situação pressupõe que pelo menos falem espanhol até certo ponto. O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre associou a palavra a comerciantes estrangeiros no sertão brasileiro, uma teoria que postula que *os gringos* eram suficientemente experientes em sua compreensão dos códigos nativos para que pudessem vagar pelo Brasil do século XIX como comerciantes itinerantes (Freyre, 1990, p. 60).

Podemos assim definir melhor “gringo”, então, como um estrangeiro em processo de aproximação com o Brasil.

Nesse sentido, o uso brasileiro de “gringo” pode ser visto como congruente com o conceito de *Fremde*, proposto pelo sociólogo Georg Simmel em 1908. Simmel define o “Fremde” como aquilo que nos é estranho, mas não estrangeiro. Nem todos os estrangeiros, por exemplo, são estranhos: apenas aqueles que aliam movimento e estabilidade, distância e proximidade. Nas palavras de Simmel, ser *Fremde* é “uma forma específica de interação”, diferente, mas não completamente diferente:

Os habitantes de Sirius não são realmente estranhos para nós, pelo menos não em qualquer sentido sociologicamente relevante: eles não existem de forma alguma para nós; eles estão além do longe e do perto. O *Fremde*, como os pobres e como diversos “inimigos internos”, é um elemento do próprio grupo em se. Sua posição como membro pleno envolve estar fora dele e confrontando-o (Simmel, 1950, p. 402-403).

O gringo – assim como o *Fremde* – ocupa uma forma contraditória de existência marcada simultaneamente por aproximação e distanciamento. Em suas interações conosco, ele é próximo na medida em que compartilha características específicas e sociabilidade com a gente. Nos dois extremos dessa escala, ele deixa de ser totalmente gringo. Se ele se torna muito próximo, estabelecendo relações congruentes com os nossos interesses mais íntimos, deixa de ser “estranho” e passa a fazer parte da nossa família. Se, por outro lado, ele se torna demasiado distante, partilhando conosco apenas os traços gerais mais comuns (uma humanidade comum, talvez), torna-se simplesmente estranho e não é visto como tendo qualquer ligação específica conosco (Ibid., p. 405).

Grupos que não eram gringos podem virar gringos. Vinte e cinco anos atrás, quando comecei a estudar o fenômeno dos gringos, os chineses eram “estranhos de-

mais” para ser chamados de gringos. Nas últimas duas décadas, porém, a presença dos chineses no Brasil aumentou muito. Como consequência, ouve-se cada vez mais os chineses descritos como “gringos”² (Amar, 2023).

O grupo que estudo, de estrangeiros falantes de inglês no Rio de Janeiro, é formado em grande parte por norte-americanos, britânicos, canadenses e australianos. A maioria deles é branca, embora cerca de 20% sejam morenos ou pretos. A maioria deles fala português de uma forma ou de outra. Eles estão, portanto, posicionados no que poderíamos chamar de “zona *Fremde*” de Simmel: são diferentes o suficiente para ser estranhos, mas não tão distantes a ponto de se tornar verdadeiramente alienígenas³. São, em suma, aquilo que não somos nós, mas está entre nós.

Gringos no Rio

Historicamente, os cidadãos dos principais países de língua inglesa (que doravante rotularei como “anglo-americanos”) constituíram um pequeno mas consistente e parte significativa do fluxo migratório para o Brasil. Entre 1884 e 1984, o país acolheu cerca de 5.129.507 de imigrantes: 87.149 destes (ou 1,7%) eram anglo-americanos (IBGE, 2000).⁴ Isso os coloca muito atrás dos cinco principais grupos históricos de imigrantes no Brasil (os portugueses, os italianos, os espanhóis, os alemães e os japoneses), mas no mesmo nível de outros grupos – como os armênios ou os sírios – que são facilmente reconhecidos como contribuintes para o caldeirão étnico do país (Blanchette, 2001, p. 38).

Os anglo-americanos são geralmente vistos como tendo produzido grandes impactos políticos e econômicos no Brasil, mas, curiosamente, pouco ou nenhum impacto cultural ou “étnico”. Simplificando e sintetizando, podemos dizer que a

² Minha afirmação vem através de discussões com os autores chineses e chinês-brasileiros do livro por ocasião do lançamento oficial da publicação na UCSB, 25-27.10.2023 e por pesquisas no Google para associações entre a palavra “chinês” e “gringo” desde 2000.

³ É interessante notar nesse contexto que é raro ver brasileiros aplicarem “gringo” a dois grupos de estrangeiros: os asiáticos do Leste e os portugueses. O primeiro grupo geralmente é atingido com o qualificador “japa” ou “china” enquanto o segundo são “portugas”. Os portugueses que vivem no Brasil por qualquer período de tempo também tendem a ser glossados como brasileiros. A minha teoria é que os asiáticos orientais são demasiado “diferentes” das noções historicamente construídas da identidade brasileira para ser gringos, enquanto os portugueses são demasiado próximos. No entanto, como tenho escrito acima, isso parece estar mudando com o aumento da presença chinesa no país.

⁴ Desse número, 52.074 (59,75%) eram americanos, 33.377 eram ingleses (38,30%) e 1.698 (19,50%) eram “outros” (quase inteiramente canadenses).

percepção de que os anglo-americanos não imigram no Brasil baseia-se em três características históricas desse grupo:

- O fato de ser composto em grande parte por cidadãos de países considerados superiores ao Brasil em termos de status imperial e de riqueza. Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, descreve a presença inglesa como composta por capitalistas ricos, “poucos em número”, e atribui-lhes o estatuto de “líderes naturais”:

Etnicamente, a sua influência é insignificante, pois os britânicos raramente casam fora da colônia. Eles formam uma sociedade à parte, com seus próprios clubes esportivos e de entretenimento, seus próprios hábitos e vestimentas.... (*apud* Companhia Souza Cruz, 1987, p. 42).

- A maioria dos anglo-americanos menos ricos veio historicamente para o Brasil como trabalhadores técnicos qualificados. Como diz o demógrafo Paul Hugon, falando sobre o número considerável de americanos que se deslocaram por São Paulo em meados do Século XX:

Na maioria dos casos, são especialistas, operários e capatazes que acompanham as máquinas importadas para instalá-las em nossas fábricas ou nas de afiliadas americanas como Ford e General Motors. Podemos assim duvidar que sejam verdadeiramente imigrantes, uma vez que a sua permanência no país se limita ao desempenho de uma determinada tarefa (Hugon, 1973, p. 97-98).

- Não fundaram grandes colônias, salvo um punhado de exceções (a colônia americana de Americana, por exemplo, ou a falida Fordlândia de Henry Ford na Amazônia brasileira).

Contudo, ninguém menos do que o grande cientista social brasileiro Gilberto Freyre (um anglófilo convicto) repudiou o estereótipo de que essas condições resultaram numa presença inglesa efêmera ou bem encapsulada. *Mutatis mutandis*, suas palavras a respeito dos ingleses servem para os anglo-americanos em geral:

Houve ingleses – engenheiros, empresários, missionários, médicos – que aqui ficaram para sempre. Mortos, eram sepultados no cemitério inglês, quase sempre após cerimônia presidida por um pastor ou padre inglês num templo anglicano ou protestante. Muitos criaram famílias aqui... Alguns de seus filhos ou descendentes rapidamente se tornaram brasileiros. Outros mantiveram-se como “ingleses de água doce” por uma geração ou duas... Alguns casaram-se com brasileiras ricas... Outros deixaram descendentes que não eram rigorosamente arianos ou que foram gerados sem as bênçãos da Igreja... (Freyre, 2000, p. 122).

Minhas próprias investigações revelam muitas indicações de que uma parte significativa desses migrantes *não eram* empresários capitalistas ou técnicos itinerantes – pelo menos não na cidade do Rio de Janeiro, a “janela histórica” do Brasil

para o mundo. É o caso de “The American Girls”, por exemplo: uma tropa de dança burlesca que “varreu a cidade” como um furacão no início de 1918, deixando vários de seus membros trabalhando como artistas/prostitutas (Blanchette; da Silva, 2009). Também havia os famosos “mercenários irlandeses”: na verdade, uma mistura de 2.686 homens, mulheres e crianças da Ilha Esmeralda, que colocaram o Rio em crise nos anos de 1827 e 1828. Quase tomaram o controle da cidade em um grande levante em junho daquele ano, e 200 dos sobreviventes da revolta acabaram como quadros de uma colônia agrícola na Bahia.⁵

E o que dizer da afirmação da Sociedade Americana do Rio de Janeiro, em 1946, de que uma de suas funções mais importantes era “manter as ruas limpas de [americanos] vagabundos de praia e outros abandonados, que não trazem nenhum crédito à colônia americana e que, via de regra, merecem pouca assistência”, trabalho que realizou em conjunto com o Consulado Geral Americano e a polícia carioca?⁶

Quando comecei minha pesquisa sobre gringos em 1998, fui motivado a colocar no mapa dos estudos de imigração brasileiros pessoas como eu e muitos outros anglo-americanos que conheci numa década morando no Brasil. A maioria dessas pessoas não era como os técnicos e capitalistas descritos por Hugon, Buarque de Holanda e Freyre: trabalhavam em empregos relacionados com a língua inglesa (geralmente ensinando ou traduzindo) para sobreviver. Todos namoraram, e muitos casaram com brasileiros. Eles não eram membros de nenhuma colônia específica, embora muitas vezes tivessem uma rede social de amigos anglo-americanos. Eles certamente não eram ricos e, embora a maioria deles tivesse algum grau de educação universitária, não era um grupo particularmente bem treinado.

A maioria deles veio para o Brasil seguindo um sonho particular ou um companheiro brasileiro que precisava ou queria voltar. Muitos tinham acabado de chegar de férias e decidiram que gostaram tanto do lugar que ficariam um pouco mais. Alguns vieram como trabalhadores especializados ou técnicos e, apaixonando-se (pelo país ou por um cidadão dele), permaneceram após o término do contrato. À medida que os anos passaram, a tecnologia da internet melhorou e o trabalho remoto virou uma possibilidade, um número cada vez maior deles trabalha para companhias estrangeiras via internet. Há os que combinam todas essas características. Minha pró-

⁵ Julvêncio Lemos, *Os Mercenários do Império* (Porto Alegre: Palmarinca, 1993).

⁶ Blanchette, Silva, 2009, nota de rodapé nº 9.

pria prima, por exemplo, veio passar no Rio, apaixonou-se pela cidade, casou-se com um brasileiro, aprendeu português e conseguiu um trabalho dando aulas de inglês para alunos chineses via internet.

Muito poucas dessas pessoas consideravam-se imigrantes, embora isso tenha sido o que se tornaram à medida que os meses se transformaram em anos e seu “inevitável” regresso aos países de origem foi de alguma forma evitado. Alguns regressaram, de fato, apenas para retornar novamente ao Brasil e daí, então, voltar para “casa” numa rodada aparentemente interminável de migração de pingue-pongue. E houve quem fosse embora – de vez, como sempre diziam –, mas que reaparecia no seu quiosque preferido de praia carioca dois ou três anos depois, alegando que “as coisas não tinham dado certo em casa”.

É possível encontrar gringos como esses por toda parte, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Eles não parecem substancialmente diferentes, em muitos aspectos, de estrangeiros com formação semelhante, situados em cidades como Londres ou Nova York. Portanto, não deveria ter sido uma surpresa para mim quando meu plano inicial para abordar essas pessoas e coletar dados sobre elas, em 1998, caiu por terra.

Eu construí um questionário socioeconômico completo e distribuí-o por uma ampla rede de contatos gringos. Meu objetivo era coletar pelo menos 50 pesquisas concluídas. Não achei isso irrealista, já que havia identificado cerca de 300 gringos no Rio de Janeiro que se enquadravam no perfil que eu estava estudando. No final de três meses, contudo, só tinha recebido dois questionários de volta, embora dezenas dos meus informantes tenham dito que o “terminariam a qualquer momento”. Finalmente, um dos meus contatos, um professor de inglês americano, explicou-me a razão por que ninguém queria responder ao questionário: “Tu trabalhas para o Governo Federal, Thaddeus”.

“Não trabalho!” respondi. “Sou estudante em uma universidade federal. Ninguém vai ver esses dados além de mim. Até diz isso aqui no formulário de consentimento informado!”

“Isso não faz diferença alguma para a maioria das pessoas”, explicou pacientemente meu contato. “Não é que eles não confiam em você, mas quem em sã consciência confiaria ao governo brasileiro informações como essa? Como você pode ter certeza de que isso nunca chegará às mãos deles? Por que correr o risco?”

“Mas essas coisas são apenas dados básicos! Que mal há nisso?”

“Thaddeus, quase todos os caras que trabalham aqui são *ilegais*”, disse o professor de inglês, deixando claro o que deveria ter ficado óbvio desde o início de meu projeto.

Durante os nove meses seguintes de observação participante etnográfica, descobri o que ele queria dizer com *ilegal*. Das 52 pessoas que entrevistei⁷, doze estiveram ou estavam irregularmente no Brasil (o que significa que ultrapassaram os prazos de validade de seus vistos⁸). Oito recusaram-se a falar sobre a situação de seus vistos (mais tarde descobri que três deles estavam ilegalmente no Brasil, dois tiveram seus vistos revogados e um terceiro estava no país com documentos falsificados; outros dois estavam irregulares⁹). Quinze tinham vistos de estudante ou de turista, que os impediam legalmente de trabalhar, mas doze deles trabalhavam da mesma forma. Cinco deles estavam prorrogando ilegalmente seus vistos pagando uma propina de 500 dólares a um policial federal aposentado, que usava seus contatos para carimbar seus passaportes sempre que era necessário renovar os vistos.

Em suma, dos meus 52 informantes gringos, todos os quais se consideravam como “vivendo no Brasil”, pelo menos 29 estavam violando a lei de imigração brasileira, oito deles de forma flagrante. Em termos de estatísticas oficiais, porém, apenas sete dessas 29 pessoas (as que tinham solicitadas a anistia) estavam sendo contabilizadas como “residentes no Brasil”, conforme estipulado pelo IBGE e pelo Ministério da Justiça: quinze eram o que o CNIg¹⁰ chamaria de “imigrantes ilegais ou irregulares”, embora seis desses fossem pelo menos nominalmente legais aos olhos do Estado brasileiro devido a documentos falsificados alegando que eram turistas.

É claro que não se pode tirar quaisquer conclusões quantitativas sobre a porcentagem de imigrantes ilegais/irregulares entre os gringos no Brasil a partir de uma pequena amostragem etnográfica, mas o fato de que mais de 40 por cento das pessoas

⁷ Seguindo suas autodescrições: 24 americanos, 1 peruano-americano, 1 russo-americano, 9 ingleses, 3 britânicos, 1 irlandês-inglês, 2 canadenses, 1 irlandês-canadense, 1 irlandês, 2 escoceses, 1 espanhol/filipina/ russo-brasileiro (que se casou na colônia britânica), 1 franco-brasileiro, 1 salvadorenho, 1 egípcio, 2 neozelandeses e 1 australiano.

⁸ O Brasil aprovou uma lei de anistia em 1998 que acolheu cerca de 39 mil imigrantes irregulares. Outra lei foi aprovada em 2009, afetando cerca de 41.000 imigrantes. Os sete gringos aqui discutidos buscaram anistia sob a lei de 1998. Vanildo Mendes, “Brasil anistia 41.816 estrangeiros em situação irregular”, *Estado de São Paulo*, 01/06/2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-anistia-41816-estrangeiros-em-situacao-irregular,491657,0.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.

⁹ “Ilegal” significa que entrou no país sem visto legal ou ficou no país após o visto ser revogado. “Irregular” quer dizer que alguém entrou no país com um visto legítimo, mas ficou além do prazo estipulado no visto.

¹⁰ Conselho Nacional de Imigração.

que entrevistei encontraram sérias dificuldades com a lei de imigração brasileira é certamente significativo.

Nas décadas que se seguiram a esse estudo inicial, tornei-me um *connoisseur* de histórias gringas sobre problemas de imigração. O básico da situação era praticamente o mesmo para todos. A Divisão de Estrangeiros do Ministério da Justiça regula a imigração no Brasil, com a Polícia Federal administrando os mecanismos burocráticos básicos de deportação, renovação de vistos e pedidos de residência e naturalização. Um estrangeiro que entra no Brasil como turista pode permanecer por seis meses. Se ele ficar mais tempo do que isso, está *irregular* e será cobrada multa por cada dia de permanência. A referida multa deverá ser paga integralmente antes que o estrangeiro possa regularizar sua situação e pode variar, radicalmente, de acordo com decisões administrativas tomadas (e alteradas periodicamente) pelo Ministério da Justiça. Se for pego ultrapassando o prazo novamente, sua multa será dobrada. Somente estrangeiros com visto de trabalho ou residência permanente podem ser contratados no Brasil. Permanência prolongada ou emprego ilegal são motivos para revogação de visto. Se uma pessoa entra ou permanece no Brasil sem permissão (geralmente na forma de um visto válido), ela é *ilegal* e está sujeita à deportação

Ao contrário da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos, o Brasil tem pouco policiamento interno quanto a estrangeiros. Por isso, uma vez no país, é relativamente fácil permanecer. Nos últimos anos, tem havido um aumento de “batidas” em fábricas que exploram imigrantes bolivianos ilegais ou irregulares, mas nunca ouvi falar da polícia ter invadido uma escola de inglês ou um escritório de tradução (os tipos de lugares onde a maioria dos imigrantes anglo-americanos irregulares/ilegais trabalha). Nas poucas ocasiões em que vi um anglo-americano ser preso pela Polícia Federal sob acusação de violações das leis de imigração, geralmente foi porque ele irritou alguém o suficiente para que essa pessoa o denunciasse à Polícia Federal. Mesmo assim, quem faz a acusação precisa ter “sorte” ou uma certa influência na Polícia para que a acusação tenha efeito. Um excelente exemplo disso ocorreu em 2000, quando a namorada de um informante americano meu entregou-o às autoridades de imigração após descobrir que ele a estava traindo. O fato da própria namorada ser agente da Polícia Federal certamente foi útil para ela fazer com que a polícia investigasse seu futuro ex!

Na maioria das vezes, porém, os gringos tendem a cair na irregularidade, ultrapassando o prazo de validade de um visto de turista ou de estudante e só começando a procurar uma saída para seu dilema depois de perceber que foram apa-

nhados em uma armadilha burocrática. As formas mais comuns de lidar com a situação são quatro:

- Pagar a multa, sair e esperar seis meses para poder voltar como turista.
- Atualizar para um *status* de imigração diferente, geralmente como estudante, jornalista ou trabalhador. Até a primeira década dos anos 2000, ser um voluntário de ONG era uma opção; hoje, após a Lei 13.445 de 2017, muitos apostam em vistos de Nômade Digital.
- Casar e/ou ter um filho.
- Ignorar a situação e esperar que, mais cedo ou mais tarde, o governo brasileiro aprove outro decreto de anistia.

Deve-se ressaltar nesse contexto que, precisando ou não de visto (o Brasil exige-o de alguns países e não de outros, geralmente de forma recíproca), a pessoa ainda está qualificada quanto ao status de imigração de acordo com as mesmas leis (ou seja, como turista, estudante, trabalhador, residente, etc.), e a interpretação desse status, independente das modificações promulgadas nas leis federais referente à migração em 2017, depende inteiramente da interpretação de agentes individuais da Polícia Federal.

Um estudo de caso: meu caso

É essa quase completa falta de supervisão dos procedimentos da Polícia Federal que considero talvez como um dos aspectos mais alarmantes do sistema de imigração brasileiro, independente das modificações promulgadas pela Lei 13.445. Em tese, as decisões da Polícia Federal podem ser anuladas pelo Ministério da Justiça. No entanto, essa informação não é amplamente divulgada, e o processo pode levar meses ou até anos.

Mas, em vez de entrar nas muitas histórias de intransigência burocrática que colecionei ao longo dos anos, gostaria de me voltar para uma história em particular – a minha –, pois ilustra em poucas palavras muitas premissas e práticas do sistema de imigração brasileiro e dos problemas que os estrangeiros enfrentam.

Nasci nos EUA, americano branco, masculino. Tenho formação universitária e, quando essa história aconteceu, eu tinha uns quarenta anos, tendo morado no Brasil por mais de duas décadas. Minha história é “boa para pensar” a imigração no Brasil por uma série de razões. Primeiro, e mais importante, porque sou o que histo-

ricamente foi entendido como um “bom imigrante” no Brasil, seguindo as observações feitas por Giralda Seyferth (2000, p. 98). Não sou criminoso, fiz todos os esforços para me adaptar ao ambiente cultural e social do país (aprendendo português e evitando contato com outros estrangeiros de língua inglesa), tenho emprego remunerado e nunca estive ilegalmente no Brasil (embora tenha passado duas vezes por breves períodos de irregularidade). Dados os preconceitos prevalecentes no país, sou um “imigrante ideal”.

Em segundo lugar, sou um cientista social que entende as leis de imigração brasileiras e possui dois diplomas de universidades brasileiras. Ao contrário da maioria dos imigrantes, portanto, estou numa posição muito favorável para navegar na burocracia federal de imigração com um elevado grau de competência. Minhas desventuras falam, portanto, de forma mais reveladora dos múltiplos fracassos estruturais que afligem o sistema brasileiro do que as de um informante mais socialmente marginalizado.

Minha aproximação inicial com o Brasil foi bem privilegiada. Cheguei originalmente ao país como estudante de intercâmbio do ensino médio em 1984, retornando ao Brasil em 1990 como estudante universitário após três anos de estudos avançados de português nos Estados Unidos. Tal como acontece com muitos imigrantes, eu nunca decidi imigrar conscientemente: Aconteceu. Estendi meu visto de estudante por um ano, depois por dois anos... No final desse período, eu me apaixonei e tinha um emprego; então não queria mais voltar para os EUA.

Em 1992, eu e minha então namorada decidimos casar para estabilizar minha situação migratória. Essa decisão foi estimulada por uma mudança repentina e inesperada na forma como a Polícia Federal julgava a lei de imigração. Eu tinha atrasado 30 dias na renovação de meu visto de estudante devido aos exames finais na Universidade de São Paulo e, involuntariamente, caí em situação de irregularidade. Ao chegar à Polícia Federal, fui informado de que meu visto havia sido cancelado e que eu tinha cinco dias para deixar o Brasil.

Até então, ser irregular não era grande coisa. Você pagava uma pequena multa, saía do país pelo Paraguai e voltava com o visto renovado. A multa por situação irregular foi de US\$ 80,00 no total. No entanto, isso foi alterado para 20 dólares por dia, sem limite máximo. A multa era dobrada se você já estivesse irregular antes, e eu já estivera irregular por cinco dias, em 1985. Acabei devendo US\$ 1.200 ao governo brasileiro, o que era quatro meses de salário para mim na época!

Fiquei chocado com a natureza abrupta das mudanças na administração das leis de imigração. Essa não era uma nova lei, mas sim uma nova interpretação de leis já existentes. Pelo que eu sei, isso nem foi discutido pelo Congresso. Quando fui ao consulado americano pedir ajuda, não sabiam das mudanças. A mudança pegou todo mundo de surpresa. Em São Paulo, não saiu nada no noticiário. Era como se não existissem estrangeiros na cidade.

Presenciei algumas situações verdadeiramente desesperadoras enquanto estava na fila da Polícia Federal, tentando regularizar minha situação. A nova multa era retroativa. Antes de mim, na fila, estava uma turca que veio ao Brasil em 1966. O marido dela era cidadão brasileiro naturalizado e cuidava de toda a “papelada imigrante” para ela. Ela não sabia nada sobre sua situação. Seu marido havia morrido recentemente e, quando ela tentou resolver os problemas do testamento, descobriu que sua documentação de imigração não estava em ordem. Então, dirigiu-se à Polícia Federal e foi imediatamente multada em 20 dólares por dia, pelos últimos 36 anos de estadia irregular no Brasil. A única coisa positiva era que ela tinha filhos brasileiros; então pelo menos não poderia ser deportada. Mas, até que resolvesse a multa, ela basicamente não existia no país, em termos legais.

Fui informado pelo agente do balcão de imigração da Polícia Federal que deveria pagar a multa imediatamente e ir ao Paraguai para voltar com um novo visto. Minha namorada, porém, estava preocupada que a situação pudesse não ser tudo o que parecia. Por isso, antes de eu sair do Brasil, registramo-nos para casar.

No Paraguai, descobri que as preocupações da minha noiva eram corretas: as novas mudanças administrativas também estipulavam que os americanos precisavam retornar a seu país de origem para obter um novo visto. No consulado brasileiro em Puerto Iguazu, disseram-me que se tratava de uma mudança recente na administração da imigração e que provavelmente a Polícia Federal em São Paulo ainda não havia sido informada sobre as novidades. Tive sorte porém: quando mostrei ao vice-cônsul que já havia marcado a data de meu casamento, ele ficou com pena de mim e me deu um visto temporário de 15 dias. Pude assim voltar a São Paulo e casar. No dia seguinte ao casamento, apresentei minha documentação para obter o status de residência.

Explorei o uso do casamento como meio de regularizar a situação imigratória no Brasil em outros lugares (Blanchette, 2003). Em meu caso, uma relação íntima preexistente foi subitamente transformada num casamento devido às pressões da lei de imigração – uma situação bastante comum entre imigrantes em todo o mundo.

Eu só consegui retornar ao Brasil para me casar, porém, devido a uma decisão arbitrária de um funcionário do consulado brasileiro em Paraguai, que violou a letra da lei de imigração brasileira.

Após meu casamento, recebi o status de residente permanente. Isso permitiu que me registrasse como trabalhador legalmente empregado em 1994, qualificado assim para os benefícios do INSS. Em 2004, já divorciado e concluindo o Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, comecei a preparar a papelada para me naturalizar cidadão brasileiro. Não pensava que seria muito difícil, porque já morava no Brasil há 15 anos, 13 deles como residente permanente.

A papelada era imensa. Além de adquirir a mesma série de documentos legais e atestados que Patrick descrevia acima, Jude teve que obter um conjunto de certidões da polícia de sua cidade natal (onde não morava há mais de 20 anos), declarando que não era procurado por nenhum crime. Os documentos tiveram que ser carimbados pelo consulado brasileiro mais próximo de sua cidade natal e posteriormente traduzidos oficialmente. Demorou mais de 40 dias e cerca de 2.000 dólares para adquirir a documentação necessária.

O pior não foi apenas conseguir os documentos: tudo tinha que ser rigidamente organizado em termos de prazos de validade. A maioria dos documentos só valia por apenas 90 dias, e alguns dos atestados brasileiros demoravam mais de um mês para ser emitidos. Isso significava que eu tinha que orquestrar a papelada para que meus certificados brasileiros estivessem prontos antes que meus documentos americanos perdessem a validade.

Conseguí entregar a papelada toda dentro dos prazos. Todavia, rapidamente descobri outro obstáculo muito mais sério. Antes de me divorciar, eu havia me informado na Polícia Federal sobre quais mudanças o divórcio poderia trazer para minha situação migratória. A chefe da Divisão dos Estrangeiros da Polícia Federal do Rio de Janeiro disse que eu não perderia a residência, visto que estava casado por mais de dez anos. Quando fui entregar meu pedido de naturalização, porém, ouvi uma história diferente. A mesma agente da Polícia Federal alegou, então, que o divórcio havia eliminado qualquer justificativa para mim quanto à permanência no Brasil. Além de ter meu pedido de naturalização negado, a Polícia Federal queria também eliminar minha residência e me forçar a deixar o Brasil!

Na época, eu era doutorando numa universidade federal, professor substituto em outra e pesquisador com bolsa do governo federal. Para a polícia, nada disso constituía “prova de ligação suficiente com o Brasil para garantir a continuação da

residência” após meu divórcio. Na verdade, a chefe da Divisão de Estrangeiros interpretou meu curso de Doutorado como prova de que eu estava mentindo sobre minha situação. “Você tem quase 40 anos e ainda é estudante?!” ela disse. “Isso é impossível. É muito suspeito.”

A chefe da Divisão de Estrangeiros informou que minha residência seria revogada se eu prosseguisse com meu pedido de naturalização. Porém, como “favor”, a agente federal disse que iria “arquivar” meu processo, “garantindo” que ele não iria adiante. Dessa forma, eu seria salvo da deportação.

Quando ela me levou para ver sua chefe, alegou que meu casamento durou apenas dois anos, ao invés de dez, e que eu não tinha nenhum vínculo com o Brasil. Quando tentei corrigi-la, ela me interrompeu e sussurrou no ouvido da chefe.

“O que preciso fazer para resolver essa situação? Devo procurar um advogado?”, perguntei.

Ambas as agentes federais balançaram a cabeça em negativo.

“Não, se você fizer isso, não teremos outra escolha senão cancelar sua residência e deportá-lo imediatamente.”

Eu sabia que algo não estava certo. Essas pessoas estavam violando meus direitos, ignorando a informação que estava ali, comprovada nos documentos anexos a meu pedido de naturalização, e agora diziam que iriam me deportar, sem recurso, se eu buscase aconselhamento jurídico! Eu não podia confiar nessas duas para arquivar meu processo. Elas poderiam me dizer que estava tudo bem e então, meses ou anos depois, eu descobriria que elas realmente retiraram meu visto e eu enfrentaria uma multa enorme e a deportação. Então, assim que saí da Polícia Federal, fui procurar um advogado.

Alguns dias depois, voltei à Polícia Federal do Rio de Janeiro, desta vez acompanhado por um advogado. Assim que o apresentei à chefe da Divisão de Estrangeiros, ela disse: “Bem, Sr. Blanchette, você conseguiu um advogado. Teremos que deportá-lo agora”.

Felizmente, o profissional que contratei era excelente.

“Olha”, ele disse, “você são as autoridades policiais, e não lhe posso dizer como devem fazer seu trabalho. Mas, se vocês decidirem deportar meu cliente, a primeira coisa que farei é pedir um mandado de segurança, e vamos conversar com um juiz sobre o motivo por que vocês estão tentando deportar um residente há quinze anos no Brasil que nunca teve problema algum com a lei.”

Depois disso, a discussão ficou consideravelmente mais cordial.

“Bom, se soubéssemos que o Sr. Blanchette realmente queria aconselhamento jurídico, poderíamos ter feito algumas sugestões”, disse a chefe da Divisão de Imigração.

Mais tarde, meu advogado confirmou-me que isso provavelmente se tratava de um pedido velado de suborno.

Após mais duas reuniões com a Polícia Federal, meu advogado conseguiu bloquear a ameaça de me deportar e convenceu a polícia a mudar sua avaliação de meu pedido de naturalização de “negativa” para “neutra”. No total, o processo levou quase um ano e me custou mais de 4.000 dólares. Finalmente, em 2006, depois que um escândalo de corrupção forçou algumas mudanças no pessoal da Polícia Federal do Rio de Janeiro, meu pedido foi reavaliado e enviado a Brasília.

Infelizmente, a história não parou por aí. Como o processo tinha demorado mais de dois anos até aquele ponto, minha papelada original tinha perdido sua validade. Em dezembro de 2006, finalmente recebi uma carta do Ministério da Justiça dizendo que eu tinha 30 dias para atualizar todas as minhas certidões, atestados e formulários ou meu processo seria arquivado. Liguei para Brasília e enviei cartas explicando minha situação e solicitando uma prorrogação, mas não recebi nenhuma informação de volta. Finalmente, em 2009, chegou uma carta dizendo que o Ministério da Justiça tinha reavaliado o meu caso e decidido a meu favor. Agora eu poderia me naturalizar. A carta avisava que eu tinha 15 dias para comparecer à Divisão de Imigração da Polícia Federal do Rio de Janeiro para ratificar meu pedido.

Só havia um problema: a carta estava datada de dois meses antes. Quando fui à Polícia Federal para ver o que precisava ser feito, eles disseram-me que tinham enviado a papelada para os escritórios locais do Ministério da Justiça e que ali meu processo afundou sem deixar vestígios.

Em 2016, contratei outro advogado para fazer o processo de naturalização novamente. Passamos por todas as etapas acima relacionadas e gastei algo em torno de mais 5.000 dólares. Dessa vez, devidamente munido de representação legal desde o início, esquivei-me dos alçapões mais comuns do processo. Finalmente, em 2017, chegou o dia de ir até a Polícia Federal e fazer o exame final para virar um brasileiro. Daí aprendemos que, mesmo não tendo sido encontrado meu processo anterior ou o mesmo ter sido ratificado, eu já constava nos arquivos da Polícia Federal como naturalizado! Levava duas semanas de ligações a Brasília, por parte de meu advogado, para contornar esse bloqueio burocrático final.

Então, em junho de 2017, treze anos mais velho e uns 12.000 dólares americanos mais pobre, minha residência no Brasil – agora em seu vigésimo terceiro ano – foi transformada em cidadania.

Como comentou a chefe da Divisão de Imigração, quando originalmente entreguei meu pedido, quem me disse que eu deveria me tornar brasileiro?

O que é mais perturbador para mim, contudo, não foram o cansaço do processo nem suas despesas: era saber que eu era um imigrante privilegiado. O que acontecia, então, com os que não tinham meu capital cultural e financeiro? Durante todo o processo, os burocratas federais com quem estava lidando disseram o quão “sortudo” eu era, porque “ser estrangeiro no Brasil é muito melhor do que ser estrangeiro nos EUA”. E, muitas vezes, ouço essa mesma opinião de amigos e até de colegas das ciências sociais. O mais perturbador não é o fato da burocracia da imigração não funcionar no Brasil, mas o fato de tantas pessoas que deveriam saber melhor pensar que ela funciona.

Mais grave ainda: apesar das inegáveis melhorias promulgadas pela nova Lei 13.445 e a invalidação do antigo Estatuto do Estrangeiro, é difícil ver como essas mudanças teriam sido impactadas positivamente no processo descrito acima. Afinal de contas, não eram as leis que estavam impedindo meus processos de residência e naturalização, e sim a (má) administração arbitrária das mesmas pela Polícia Federal.

Os processos de supervisão existentes na burocracia da imigração são fracos e opacos. O estrangeiro erroneamente lesado num processo pela Polícia Federal poderá ter sua situação reavaliada pelo Ministério da Justiça. Contudo, a base para essa reavaliação não é clara e o processo funciona em forma de “caixa preta”: entrega-se o pedido e – talvez anos mais tarde – obtém-se uma resposta.

O fato de eu ter fracassado em minha tentativa inicial de me tornar brasileiro revela mais sobre as ideologias, estruturas e preconceitos que marcam atualmente o sistema de imigração do Brasil do que revelaria um caso semelhante com um imigrante menos privilegiado. Como eu mesmo comentava na época, não sou o tipo de pessoa que mobiliza os piores preconceitos entre brasileiros. Não posso reclamar de que sou marginalizado ou excluído. No geral, tenho sido muito bem tratado aqui, talvez por ser de classe média, ter formação universitária, ser branco, americano e falar português. Mas esse é justamente o problema: se a Polícia Federal fez isso comigo, imagina o que estão fazendo com os imigrantes bolivianos, chineses ou nigerianos, especialmente se forem ilegais... Que chance eles têm de navegar neste labirinto? Se alguém como eu, com todos os meus privilégios, não se pode tornar brasileiro, quem pode?

Cordialidade como solução para os dilemas de migração

Um movimento para mudar as leis de imigração do Brasil começou em setembro de 2005, e um projeto de lei modificando o Estatuto do Estrangeiro¹¹ foi finalmente enviado ao Congresso em julho de 2009, onde permaneceu até 2017, quando a Lei 13.445 entrou na jurisprudência brasileira.

É claro que essa mudança afetou principalmente a maioria dos imigrantes que vêm da Ásia, África e dos países vizinhos da América do Sul. Os imigrantes irregulares anglo-americanos ainda não sentiram o impacto dessas mudanças. Na verdade, é difícil fazer com que os anglo-americanos se vejam como imigrantes, mesmo após ter vivido no Brasil durante anos. Como disse um dos meus informantes quando lhe perguntei se ele se considerava um imigrante: “Uau, nunca pensei nisso dessa forma! Acho que sempre pensava nos imigrantes como mexicanos ou chineses ou algo assim...”

Os gringos anglo-americanos que vivem no Brasil tendem a ver sua situação como um problema individual e não como uma questão social ou política. Minha informante canadense, Virginia, descreve como ela e seus conhecidos estrangeiros lidam com suas questões de imigração nos seguintes termos:

É como se estivéssemos todos escalando esta enorme montanha sozinhos. Quero dizer, estamos todos na mesma face da montanha e podemos pedir conselhos uns aos outros, mas cada um de nós está lidando com seus próprios desafios. E você não tem tempo para alguém abaixo de você que pode agarrar em sua bota! Quase não há solidariedade entre os gringos na hora de lidar com a PF [Polícia Federal]. As pessoas não fornecem as informações de contato de seus advogados.

Ao ouvir meus informantes anglo-americanos, muitas vezes fico impressionado com o fato de que muitos deles pensam que as questões de visto e residência são um fardo injusto que inexplicavelmente foi colocado sobre suas costas pelo Estado brasileiro. Em geral, eles acreditam que são “bons gringos”, que “respeitam e amam o Brasil” e que deveriam, portanto, poder viver aqui indefinidamente. Eles são apoiados nessas crenças por seus amigos, colegas e parentes brasileiros, que tendem a ver os dilemas de imigração desses gringos filtrados pela luz de suas relações pessoais. Ou seja, o campo dos direitos e responsabilidades, tal como estabelecido pela Lei 13.445, é geralmente visto como algo completamente secundário ao comportamento pessoal do gringo em questão, que é julgado de acordo com o seu “respeito e amor ao Brasil”.

¹¹ A antiga lei que regulamentava o sistema de imigração do Brasil.

Essa lógica da *gringuiça* é tão dominante, que muitos brasileiros ficam chocados ao descobrir que um amigo gringo tem problemas com as leis de imigração. Na verdade, a crença de que o “respeito ao Brasil” (demonstrado por falar português, empregar artifícios culturais brasileiros, cortar relações com outros estrangeiros e sobretudo não entrar em conflitos com brasileiros) deveria afastar determinado gringo do poder e vigilância do Estado é tão forte, que muitos gringos a empregam diante da burocracia migratória.

Um excelente exemplo disso aconteceu no programa televisivo *Mais Você*, apresentado por Ana Maria Braga, no dia 25 de fevereiro de 2011.

Naquela ocasião, o convidado de Braga era Alex Cutler, também conhecido como “Don Blanquito”¹², um jovem *rapper* americano branco que vinha praticando a “imigração de pingue-pongue” entre o Brasil e os Estados Unidos desde 2004, residindo aqui enquanto seu visto de turismo permitia e retornando aos EUA quando expirava. Cutler morava numa favela e se apresentava em shows de *funk* em algumas das regiões mais perigosas da Zona Norte do Rio enquanto trabalhava como guia turístico e ensinava inglês. Infelizmente, o seu visto de turista expiraria novamente em março. Ele apareceu no *Mais Você* especificamente para apelar ao público de Braga para ajuda em sua busca pelo *status* de residente.

Cutler queria migrar permanentemente para o Brasil e estava chateado porque não havia um caminho claro para ele fazer isso legalmente. Ele não tinha as habilidades profissionais necessárias, não era estudante ou jornalista, não queria casar... Resumindo, Cutler não tinha nenhum argumento legal para poder permanecer no Brasil. Porém, como faz a maioria dos imigrantes gringos anglofalantes que tenho conhecido no último quarto de século, ele proclamou que amava “muito esse país maravilhoso e não quero ir embora! Fico triste em pensar que devo!”.

Comovido com o apelo de Cutler, Braga dirigiu-se à Polícia Federal, apelando para que deixassem o *rapper* permanecer no país. Ela concluiu seu show consolando Cutler e dizendo: “Tenho certeza de que você encontrará uma maneira de ficar. Você já é brasileiro” (*Mais Você*, 2011).

Logo após a aparição de Cutler no *Mais Você*, eu o entrevistei.

Cutler alegou ter estado envolvido com a cena do *rap* de língua espanhola nos EUA, o que implicava um certo grau de contato com a situação dos imigrantes na-

¹² Devido à personalidade pública de Cutler, não troquei seu nome por um pseudônimo.

quele país, mas ainda assim parecia sinceramente confuso sobre o porquê de ele não ter permissão para permanecer no Brasil. Ele não se via como um imigrante, mas como um “expat[riado]”, e mais uma vez reiterou como seu “amor e respeito” pelo Brasil deveriam ser levados em consideração pela Polícia Federal quando chegava a hora de analisar a situação de sua permanência. Desde a nossa discussão, Dom Blaquito aparentemente encontrou uma maneira de caminhar um pouco mais alto em sua montanha particular de processos imigrantistas: em 2015, ele ainda estava no Rio, produzindo músicas sobre os Jogos Olímpicos e sendo entrevistado pela mídia local como “um gringo da gema” (Makulele Productions, 2015).

A reação de Cutler a seu dilema imigratório não é incomum entre os gringos no Brasil. Mas é quando olhamos para a natureza simultaneamente próxima e distante do estrangeiro/*Fremde*/gringo à luz da famosa cultura de *cordialidade* brasileira que podemos entender por que tanto os brasileiros como os gringos não veem esses estrangeiros como imigrantes.

Em 1936, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda popularizou o comentário de que a contribuição singular do Brasil para a civilização global foi “o homem cordial” (Buarque de Holanda, 1992, p. 106). Desde então, oceanos de tinta foram derramados por cientistas sociais e historiadores ao discutir o que significa *cordialidade* no contexto social brasileiro. A melhor análise em língua inglesa dos pensamentos de Buarque de Holanda talvez tenha sido feita por Richard Morse:

Sérgio sentia que os brasileiros eram adversos ao ritualismo. A vida social libertava o homem cordial da racionalização do seu mundo e do medo de viver consigo mesmo. A cordialidade, argumentava [Buarque de Holanda], estabelece suas preferências, enquanto a benevolência democrática visa equilibrar e neutralizar os egoísmos. Enquanto o ideal “humanitário” do maior bem-estar para o maior número subordina a qualidade à quantidade, a cordialidade perde força para além de um círculo estreito e não consegue cimentar formas alargadas de organização social.... Assim, o Sérgio define o desafio de organização política do Brasil (Morse, 1995, p. 76).

A *cordialidade* desenvolveu-se no Brasil como consequência da urbanização e da modernização dentro de um contexto profundo e permanente do patriarcalismo rural, formando um substrato sociocultural cujos membros estão ligados por sentimentos, mas não por interesses e ideias. Nesse contexto, as ligações familiares e pessoais ganham destaque e, muitas vezes, têm precedência sobre o direito público: os deveres, e não os direitos, são a linguagem do homem cordial (Ibid., p. 75).

Não estou propondo que a cordialidade seja usada como chave para a compreensão de toda a sociedade brasileira ou mesmo que seja aplicada sem cautela ao

estudo dos imigrantes e dos preconceitos brasileiros. Como apontou Octavio Ianni, a própria teoria pode, na verdade, ser uma caricatura carnalizada, denunciatória, de uma “população brasileira que demora muito para assumir a figura do ‘povo’” ou um artefato intelectual histórico de uma época e lugar (a São Paulo que estava se modernizando e urbanizando da década de 1930) onde o “novo Brasil” sentia a necessidade de satirizar e rejeitar o antigo (Ianni, 2005).

Ainda assim...

Qualquer pessoa que observe brasileiros e gringos interagindo diariamente ficará impressionada com o quão pouco as considerações de direitos e leis penetram em seus discursos e com que frequência aparece a linguagem dos deveres ordenados em torno das relações pessoais (como a agente da Polícia Federal me indagou por ocasião de meu processo de naturalização: quem me disse que eu deveria me tornar brasileiro?). Essa linguagem enfatiza como os estrangeiros devem “amar e respeitar” o Brasil para que sua presença no país seja reconhecida como legítima. Isso significa, em termos concretos, que os estrangeiros residentes no Brasil são encorajados a enfatizar sua assimilação (falando português, não criticando o Brasil, e formando relacionamentos primários com brasileiros) e suas conexões com aquelas coisas que são vistas como marcas positivas de “brasilidade” na paisagem imagética global. A atuação de um gringo como “bom gringo, quase um brasileiro” torna-se, assim, muito mais determinante para sua aceitação diária pelos brasileiros do que seu status de acordo com a lei de imigração, seja essa qual for.

Essa, em última análise, é a condição subjacente que prejudica tentativas de mudar o sistema de imigração do Brasil. A lógica personalizante e individualista da relação “gringa” tira a ênfase da política de imigração como um campo político de luta, especialmente entre os imigrantes relativamente privilegiados que podem empregar ligações pessoais para trabalhar o sistema a seu favor. Nesse admirável mundo novo pós-Lei 13.445, é mister lembrarmos que ainda vivemos numa nação onde, como o bom e velho ditame folclórico brasileiro adverte, “para meus amigos, tudo; para meus inimigos, a lei”.

Coda

No dia 26 de agosto de 2024, enquanto este artigo acabava de ser escrito, o Ministério da Justiça e de Segurança Pública, seguindo o pedido da Polícia Federal, baixou um novo decreto proibindo o acolhimento de migrantes sem visto nos aero-

portos brasileiros e prevendo sua deportação imediata. A medida demonstra que, independentemente das observações da Lei 13.445, da Constituição Brasileira, e da Política Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, a Polícia Federal ainda se considera como detentora do poder de estipular, unilateralmente, quem pode e não pode entrar no Brasil. Entendo isso como demonstração de que, apesar das modificações promulgadas pela Lei 13.445, as decisões *de fato* de quem pode e não pode ser brasileiro ainda estão nas mãos de uma polícia que se entende como detentora de poderes arbitrários sobre estrangeiros no Brasil.

Referências

- AMAR, Paul. *The tropical Silk Road: the future of China in South America*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. *Gringos*. Tese (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, MN, UFRJ, 2001.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Is it a real marriage? Imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BLANCHETTE, T. G.; DA SILVA, A. P. “As American girls: migração, sexo e status imperial em 1918”. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 31, jan./jun. 2009.
- COMPANHIA Souza Cruz. *A presença britânica no Brasil: 1808-1914*. Rio de Janeiro: Editora Pau Brasil, 1987.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FREYRE, Gilberto [1936]. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Record, 1990.
- FREYRE, Gilberto [1948]. *Os ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Atlas, 1973.
- IANNI, Octavio. Tipos e mitos no pensamento brasileiro. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, v. 1, 2005, edição selecionada, p. 0-0, 2005. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-69092005000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 01 dez. 2013.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, Anos 1935-1998*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

LEMOS, Julvêncio. *Os mercenários do Império*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

MAIS Você. *Ana Maria entrevista o gringo Don Blanquito, sucesso na internet e nas favelas cariocas*, 25/02/2011. Disponível em: <http://tv.globo.com/programas/mais-voce/v2011/MaisVoce/0,,MUL1649895-18173,00.html>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MAKULELE Productions. *Gringos da gema – uma entrevista com Dom Blanquito*, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V2ygZM20pWs>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MORSE, Richard. The multiverse of Latin-American identity, c.1920-c. 1970. In: BETHEL, L. (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Vol. X: América Latina desde 1930 – Ideias, Cultura e Sociedade. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RONAN, Charles E. Observations on the word ‘gringo’. *Arizona and the West*, v. 6, n. 1, spr. 1964.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, v. 6, n. 14, 2000.

SIMMEL, Georg [1908]. The Stranger. In: WOLFF, Kurt (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. Nova York: Free Press, 1950.

Estrutura e funcionamento da fase inicial do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes da Cidade do Rio de Janeiro – CRAI RIO

*Catalina Revollo Pardo
Adel Bakkour*

Introdução

O Centro de Referência de Atenção a Imigrantes da Cidade do Rio de Janeiro CRAI RIO abriu suas portas no mês de janeiro de 2023, depois de celebrado um acordo entre a Secretaria Especial de Cidadania e a Organização não Governamental Core Response (CORE), especializada em ajuda humanitária. Esse acordo encerrou atividades em junho do mesmo ano, dando início a uma nova etapa. O objetivo é apresentar os dados de funcionamento da primeira fase do Centro de Referência de Atenção a Imigrantes da Cidade do Rio de Janeiro CRAI RIO.

A CORE Brasil começou, no fim de 2021, uma análise de necessidades no contexto da cidade do Rio de Janeiro na área de migrações internacionais. Em maio de 2022, aconteceu a primeira reunião formal com a Secretaria Especial de Cidadania (SECID) da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, para entender quais eram as lacunas do município no contexto de migração. A CORE entendeu depois de ouvir e aprender sobre o contexto carioca, que o CRAI-RIO era uma necessidade prioritária e extremamente desejada pelo setor público, organizações internacionais, acadêmicos e organizações da sociedade civil.

Logo depois, em junho de 2022, a SECID indicou a CORE para entrar no Comitê Intersetorial Municipal de Políticas de Atenção a Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (COMPARM) como membro não consultivo; nesse contexto continuaram as conversas com a SECID sobre como o proje-

to poderia ser desenvolvido. Por sua parte, a CORE conseguiu captar recursos para construir e desenvolver o projeto, e a Prefeitura cedeu um espaço municipal para implementar o equipamento na rua Bento Ribeiro 86 no bairro Gamboa. Em novembro de 2022, foi oficializado pela SECID que poderia começar a montar o CRAI RIO, e começou-se a divulgar a novidade no COMPARM através de duas apresentações em datas diferentes. Em dezembro de 2022, um acordo técnico foi assinado pelas duas partes, onde a SECID indicou que assumiria a responsabilidade integral pela gestão do CRAI após seis meses de gestão da CORE, fazendo um chamamento público para uma organização capacitada de continuidade ao projeto, já com recursos municipais.

Uma parte do movimento social de migrantes do Rio de Janeiro manifestou um descontentamento com a abertura do CRAI RIO desde o mês de dezembro de 2022, assim que foram iniciadas as obras nas instalações da Prefeitura em parceria com a CORE, argumentando que as associações e coletivos de migrantes não foram contemplados para construir o processo de abertura do CRAI RIO. Assim também a vice-presidência do COMPARM para a época manifestou seu descontentamento com a localização e instalações do equipamento. Outros setores do movimento de migrantes apoiaram o processo de consolidação do CRAI, assumindo cargos estratégicos na equipe, destacando que toda a equipe da coordenação foi composta por pessoas imigrantes e refugiadas. Esse descontentamento com o passar dos meses foi cedendo na medida em que os usuários do CRAI RIO manifestaram estar satisfeitos com o serviço, em especial por cobrir a lacuna do processo de abrigo diferenciado para migrantes na cidade e no estado.

Estrutura, serviços e programas

No processo de construção do acordo para construir e implementar o CRAI RIO, a CORE solicitou à Prefeitura do Rio de Janeiro um espaço no centro da cidade, pensando na acessibilidade para todas as pessoas refugiadas, imigrantes e apátridas. Foi cedido o terceiro andar do Mercado Popular Leonel de Moura Brizola. Esse é um local central pelo fato de estar ao lado da Central do Brasil, mas, como muitos locais na cidade do Rio de Janeiro, também é um local com dinâmicas de segurança próprias do conflito que se vivencia em diversas áreas da cidade.

O quadro de servidores contou com 19 indivíduos, dos quais 12 eram pessoas refugiadas ou imigrantes membros de diferentes coletivos e associações do movi-

mento social de migrantes no Brasil. Conta com os cargos das áreas de gestão, coordenação, vice-coordenação, logística, recursos humanos, assistência social, assistência jurídica, psicologia, serviços gerais, agente social, tutor de informática, professora de português, portaria e segurança.

As tarefas de cada servidor também aconteciam articuladas a comissões. Estas foram constituídas a partir do segundo trimestre de 2023 (com exceção da comissão da gestão e da comissão da portaria), já que no primeiro trimestre a equipe esteve focada na consolidação dos processos de cada cargo, criar estratégias e plataformas de coleta e compartilhamento de dados, treinamento e elaboração de programas. As comissões foram: (a) Comissão de Gestão, (b) Comissão de Depósito (c) Comissão de Abrigo, (d) Comissão de Extensão, (e) Comissão de Assistência e (f) Comissão de Portaria.

Nessa primeira etapa do CRAI foram ofertados dois principais serviços: (a) assistência e (b) acolhimento, mas também estavam em funcionamento a Sala de Inclusão Digital e o Espaço CRAI Cultural. Além disso, contava-se com três programas: (a) Programa de Ensino de Português como Língua de Acolhimento, (b) Programa de Cash Voucher Assistance CORE/FedEx e (c) Programa de Voluntariado. Em seguida são descritas todas essas áreas de funcionamento:

1 Serviço de assistência

Todas as pessoas que chegavam ao CRAI eram recepcionadas, tinham seus dados inseridos no sistema e, de acordo com sua demanda, eram encaminhados para os serviços de assistência social, assistência jurídica ou assistência psicológica. Esses serviços foram ofertados a toda a população refugiada, imigrante e apátrida da cidade e de municípios próximos, a pessoas abrigadas e não abrigadas. Todos os profissionais eram especializados em assuntos migratórios como: regularização migratória, acesso ao Sistema Único de Assistência Social SUAS e seus auxílios ou acompanhamento psicológico para conter as dificuldades vivenciadas no processo de migração e refúgio, além de fazer encaminhamentos para as instituições ou organizações que poderiam apoiar o desenvolvimento das demandas de cada pessoa assistida e suas famílias, tais como Receita Federal, Polícia Federal, Caixa Econômica Federal, CRAS, CREAS, CRE, SUS, Conselho Tutelar, Cáritas, entre outras.

A abertura de um equipamento público que ofereça serviços de assistência à população imigrante, refugiada e apátrida na Prefeitura do Rio de Janeiro é relevan-

te ao destacar que esse tipo de assistência é um direito adquirido na atual Lei de Migração nº 13.445/2017; e mesmo sem contar ainda com a sanção do decreto da Política Nacional de Migrações, previsto no Art. 120 da Lei, a cidade do Rio de Janeiro está garantindo esse direito no contexto da Política Municipal de Proteção dos Direitos da População Migrante e Refugiada por meio da Lei nº 7.730/2022. Lamentavelmente, devemos destacar que a criação dessa política foi impulsionada pelo caso do assassinato do refugiado congolês Moïse Kabagambe, evidenciando a necessidade de maior proteção e promoção dos direitos humanos para as pessoas migrantes no município.

2 Serviço de acolhimento

O serviço de acolhimento do CRAI RIO materializou-se no formato de um abrigo emergencial que estava localizado nas mesmas dependências do CRAI RIO na Gamboa. Esse abrigo contava com 20 camas distribuídas em três dormitórios (masculino, feminino e familiar). As pessoas abrigadas podiam ficar até dois meses acolhidos. Diariamente, as portas do abrigo abriam às 8h e fechavam às 20h para a circulação dos usuários, que poderiam ficar nas instalações do abrigo durante o dia todo se era sua vontade. Para as saídas noturnas, se alguém precisava sair ou voltar após 20h, a coordenação emitia diariamente uma permissão.

As pessoas abrigadas eram servidas as três principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) e para as crianças era dado um lanche por volta das 16h e durante todo o dia e à noite eram disponibilizados café ou chá, água mineral e biscoitos. O espaço não tinha licença para o preparo de alimentos; por isso foram contratados uma lanchonete e um restaurante para preparar e servir os alimentos. O café da manhã e os lanches das crianças eram preparados e servidos pela “Lanchonete da Titia”, localizada no segundo andar do Mercado, onde estão localizadas as instalações do CRAI; essa lanchonete é de uma família refugiada angolana e congoleza, que chegou ao Rio nos anos 1990. O restaurante *self-service*, que servia almoço e jantar de segunda a sábado, está localizado também nas dependências do Mercado. As pessoas abrigadas dirigiam-se até as instalações do restaurante para almoçar e, na hora do jantar, um servidor do restaurante levava as quentinhas até as dependências do CRAI.

As dependências do abrigo contavam com uma brinquedoteca, uma sala de convivência interna, pequenos armários com cadeado para cada adulto abrigado guardar seus objetos de valor. Também com uma ampla área aberta com mesas e

cadeiras, que era compartilhada pelas pessoas que utilizavam o CRAI para outros serviços. Contava com banheiros e chuveiros femininos, masculinos e para pessoas com deficiência, dois tanques para lavar objetos pessoais, já que as roupas de cama e toalhas eram enviadas para uma lavanderia parceira.

Ao ingressar no abrigo emergencial, todas as pessoas recebiam protetor de colchão, lençóis, manta, travesseiro, protetor de travesseiro, fronha, toalha, um kit de produtos de higiene pessoal, que ia se renovando à medida que a pessoa avisava que o produto tinha acabado, composto por: sabonete, *shampoo*, *Gillette*, escova de dentes, pasta de dentes, desodorante, e para quem precisava também eram entregues absorventes, fraldas e creme contra assadura.

2.1 Processo de ingresso no abrigo emergencial

Para as pessoas refugiadas, imigrantes e apátridas serem acolhidas havia dois caminhos: (a) ser encaminhadas por uma organização ou instituição ou (b) chegar por conta própria. Elas se apresentavam na recepção e faziam o formulário de ingresso para ser atendidas pela Assistência Social. A Assistência Social fazia um atendimento detalhado para conhecer o caso e avaliar a situação de vulnerabilidade de cada caso. Após o atendimento inicial, se o assistente social julgasse necessário o acolhimento, o caso era socializado com a coordenação do CRAI para analisar a viabilidade da vaga no abrigo ou a necessidade de encaminhamento para o CREAS.

Depois da coordenação aprovar a entrada da pessoa ou família no abrigo, procediam ao processo de apresentar as normativas do abrigo no termo de entrada e a assinatura do termo. Também era apresentado o termo de autorização de uso de imagem, que, caso sinalizado pela pessoa, poderia autorizar o uso de imagem pela CORE. Era entregue o cadeado com chave e o kit de limpeza, jogo de cama, manta, toalha e se apresentava o espaço, além de explicar oralmente na língua que a pessoa compreendesse todas as normativas. A pessoa era conduzida a seu dormitório e começava a ser feito por duas pessoas da equipe o processo de revista, no qual todos os objetos pessoais cortantes ou que pudessem ferir alguém eram retirados e guardados pela equipe num local especial, e quando a pessoa precisasse utilizar algum desses itens, ela solicitava na recepção e depois entregava o mesmo de volta. Na saída do abrigo, esses pertences eram entregues ao proprietário.

2.2 Durante a estadia no abrigo emergencial

Todas as pessoas acolhidas foram assistidas pela equipe da assistência sociojurídica e psicológica, fizeram aulas de português, tiveram acompanhamento da agente social para viabilizar o acesso aos serviços necessários para cada caso fora do CRAI. A parceria da CORE e da Uber disponibilizou viagens para as pessoas acolhidas se deslocarem e resolverem suas necessidades com a agente social ou sozinhas, de acordo com a necessidade. Além disso, se as pessoas abrigadas tivessem outras necessidades de documentação para a regularização migratória ou outro tipo de demanda, era analisada a necessidade de fazer esse encaminhamento com o apoio do agente social do CRAI que fazia a mediação intercultural.

No caso das pessoas abrigadas apresentarem uma necessidade especial de saúde, eram encaminhadas para o Posto José Messias por meio do contato com a agente de saúde Juliana, e se a situação era emergencial, era acionado o SAMU e, em caso de uma emergência de menor complexidade, o mesmo era enviado em Uber para a Unidade de Pronto Atendimento UPA.

2.3 Processo de desligamento do abrigo emergencial

O processo poderia acontecer por três motivos:

(a) O não cumprimento das normativas do abrigo com que a pessoa se comprometeu quando assinou o termo de entrada no abrigo. Dependendo da gravidade da situação gerada pelo não cumprimento da normativa, a pessoa era desligada no mesmo dia do abrigo ou recebia um aviso (só era possível receber dois avisos). Chegando o momento do desligamento, a pessoa era encaminhada por nossa equipe de assistência social ao CREAS Simone de Beauvoir para solicitar por meio da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura acolhimento na rede municipal.

(b) A pessoa pedia por iniciativa própria para ser desligada do abrigo. Nesse caso, a equipe de assistência social acompanhava os motivos do pedido de desligamento e fazia os devidos encaminhamentos.

(c) Quando as pessoas se aproximavam do final do tempo de permanência no abrigo do CRAI. As pessoas que chegaram ao termo do primeiro mês no CRAI eram encaminhadas para que a equipe de assistência social do CRAI fizesse uma avaliação do caso e analisasse a possibilidade de prorrogar junto com a coordenação a estadia da pessoa ou família por mais duas semanas. Após esse período aprovado, se fossem necessárias duas semanas mais, se fazia novamente a análise e se prorrogava

por outras duas semanas até completar dois meses ou dois meses e algumas semanas a mais. Aproximando-se o término dos dois meses, a equipe de assistência social procedia junto com a pessoa abrigada para analisar as possibilidades de moradia, destacando que cada caso foi trabalhado com suas particularidades, procurando sempre a melhor opção.

3 Sala de inclusão digital

A sala de inclusão digital foi um espaço para o qual a OIM e USAID doaram 14 laptops marca Samsung, a mobília de mesas e cadeiras giratórias, quadro-branco e armário. A sala estava aberta de segunda a sexta das 9h às 18h e em sábado das 9h às 13h e contava com um facilitador digital o tempo todo para apoiar pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas usuárias da sala.

O espaço teve desde o início a função principal de ajudar todas as pessoas refugiadas, imigrantes ou apátridas que procuravam assistência virtual para ter contato com a família, elaboração de currículos, procura por vagas de emprego, procura por cursos, aulas básicas do pacote office, assistência com trâmites digitais para a regularização migratória e outros, além do desenvolvimento de cursos em parceria com outras organizações.

4 Espaço CRAI Cultural

Foi um espaço de encontro e acolhida para diversas iniciativas e manifestações culturais e acadêmicas da população refugiada, imigrante e apátrida da cidade do Rio de Janeiro e regiões próximas. Tinha como objetivos:

- Acolher o desenvolvimento de processos criativos da população refugiada, imigrante e apátrida;
- Promover encontros interculturais da população imigrante, refugiada e apátrida com a população local;
- Divulgar a produção artística e acadêmica da população refugiada, imigrante e apátrida.

O espaço cultural teve (a) a função ateliê: ali pessoas artistas ou acadêmicas e coletivos, associações artísticas e acadêmicas da população refugiada imigrante e apátrida da cidade do Rio de Janeiro podiam construir processos criativos como montagens, ensaios, aulas, atividades acadêmicas, entre outros; (b) função cenário: o es-

paço dos CRAI era utilizado para apresentar e expor diversos produtos da produção artística da população imigrante apátrida e em situação de refúgio no Rio de Janeiro, como foi o sarau da comemoração ao dia das pessoas refugiadas no dia 20 de junho de 2023 e (c) a função de capacitação para acesso às políticas públicas de fomento à cultura.

5 Programas

5.1 Programa de ensino de português como língua de acolhimento

Foi um programa de ensino de língua portuguesa baseado na metodologia de português como língua de acolhida. As aulas aconteceram na sala multiuso que foi equipada pela ACNUR com 20 cadeiras de sala de aula e uma lousa. A inscrição dos estudantes acontecia na recepção do CRAI, onde se preenchia o formulário necessário. No mês de janeiro, o formulário também foi compartilhado pela internet. A divulgação do formulário foi feita no dia 20 de janeiro, e a primeira aula aconteceu no dia 25 de janeiro às 9hs. Esse curso de português como língua de acolhimento contava com 4 turmas com duração de três horas cada aula: quartas-feiras 9hs nível iniciante, quartas-feiras 14hs nível intermediário, sábado 9hs nível avançado e sábados 13hs aula preparatória para CELP-BRAS.

5.2 Programa Assistência Alimentar cash voucher assistens CORE FEDEX (CVA)

A CORE e a Fundação FedEx lançaram um projeto piloto de auxílio Ticket Alimentação, um programa de assistência adicional com o objetivo de expandir e complementar a capacidade de assistência das autoridades municipais locais. O programa teve como objetivo apoiar as famílias vulneráveis que acessaram os serviços de assistência e acolhimento do CRAI RIO para cobrir as necessidades básicas de alimentação. Esse apoio ajudou as famílias a fazer a transição de situações vulneráveis enquanto não eram liberados os auxílios das redes de segurança social do Brasil.

O auxílio ajudaria nas compras em todos os mercados que aceitam Ticket. Beneficiários poderiam comprar alimentos e suprimentos básicos como material de limpeza, fraldas, itens de higiene e tal. A meta era ajudar famílias vulneráveis com necessidades básicas, segurança alimentar e compensação de custos mensais.

As famílias beneficiárias passaram previamente pelo atendimento com assistente social, no qual era aplicado um formulário de elegibilidade com um *scorecard*

que determinaria por pontuação a elegibilidade da família candidata. As famílias selecionadas, após passar pelo formulário de elegibilidade e obter uma pontuação de 32 pontos ou menos, recebiam um cartão alimentação da empresa Ticket mensalmente para cobrir o custo das despesas mensais de suprimentos básicos por três meses.

Os valores dos cartões alimentação eram diferentes e pensados de acordo com a quantidade de integrantes do grupo familiar beneficiado. O valor básico era R\$ 800 por domicílio + R\$ 400 por dependente, com valor máximo de R\$ 2.000 por domicílio por mês. Foram entregues cartões de R\$ 800, R\$ 1.200, R\$ 1.600 e R\$ 2.000.

A partir de fevereiro de 2023, o programa esteve em estágio de desenvolvimento pelo gerente da CORE Brasil, pela coordenadora do CRAI e pela especialista de assistência de voucher de dinheiro da CORE EUA. Nesse período, a equipe formalizou o fluxo do programa e os respectivos procedimentos e controles necessários de manutenção, mantendo a ideia de adaptar caso fosse necessário durante a duração do programa.

Com um recurso limitado de R\$ 150.000,00 foi necessário criar um formulário de elegibilidade no qual a equipe tentaria, de uma maneira justa, avaliar a situação de vulnerabilidade e necessidade dos aplicantes. Também foi feita, caso por caso, uma análise de risco para promover a segurança dos aplicantes que poderiam se encontrar em uma situação perigosa por ter recebido o benefício.

Nessas reuniões debateram-se os processos adequados para criar e implementar o programa no contexto da cidade do Rio de Janeiro e estabeleceram-se as tarefas para criar as ferramentas próprias para a implementação deste programa. Nesse momento se estabeleceu a necessidade de contratar um analista profissional de dados. Também foram marcadas diversas reuniões com ACNUR e Cáritas para ter uma troca de experiências e orientar os processos do programa.

5.3 Programa de Voluntariado

O programa de voluntariado teve como objetivo envolver pessoas com experiência na área de migrações para trabalhar de maneira voluntária em alguns dos processos de funcionamento do CRAI. O programa contava com dois capítulos.

O capítulo 1 oferecia vagas para voluntários na recepção, doações e monitoria do abrigo. As pessoas interessadas em participar das vagas do capítulo 1 organizaram seus dias e horários de acordo com sua disponibilidade e a agenda do CRAI, chegando a frequentar o espaço de uma a duas vezes por semana. O capítulo 2 con-

templa o desenvolvimento de produtos específicos de pessoas ou grupos voluntários especializados em uma área específica, por exemplo: oficinas, cursos, dinâmicas, produção de conteúdo

Estatísticas Gerais do CRAI RIO

Esta seção apresenta os dados globais colhidos no CRAI RIO de 9 de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023. Os dados foram extraídos dos sistemas de registros do CRAI: (a) formulário identificação na recepção, (b) formulário registros aulas de português, (c) formulário registros abrigo e (d) sala de inclusão digital; estes foram analisados pelo software Power bi; o processamento de dados em bruto com o software foram elaborados pela analista de dados Verena Dolabella.

Como um todo, foram atendidas 235 pessoas no CRAI RIO no período de janeiro a junho de 2023. No serviço de assistência sociojurídica foram atendidas 199 pessoas e feitos 532 atendimentos. No serviço de acolhimento foram abrigadas 60 pessoas. No programa de português como língua de acolhida participaram 45 estudantes, e os usuários da sala de inclusão digital foram 51, sem contemplar os usuários da sala nas datas com eventos especiais na mesma.

As nacionalidades dos usuários de todos os serviços e programas do CRAI foram: Venezuela 21%, Angola 14%, Colômbia 8%, República Democrática do Congo 8%, Peru 7%, Haiti 6%, Argentina 3%, Brasil 3%, Síria 3%, Afeganistão 3%, Bolívia 1%, Alemanha 1%, Chile 1%, Cuba 1%, Gana 1%, Nigéria 1%, Rússia 1%, Senegal 1%, Estados Unidos duas pessoas, França duas pessoas, Ucrânia duas pessoas, Bulgária uma pessoa, Gambia uma pessoa, Guiné uma pessoa, Índia uma pessoa, Líbano uma pessoa, Marrocos uma pessoa, México uma pessoa, Paraguai uma pessoa, Portugal uma pessoa, Serra Leoa uma pessoa, Togo uma pessoa, Uganda uma pessoa, Uruguai uma pessoa. As pessoas brasileiras atendidas eram pessoas naturalizadas ou filhas e filhos nascidos no Brasil das pessoas atendidas. As estatísticas no critério de gênero apontam que 57% identificaram-se como masculinas, 42% identificaram-se como femininas e 1% como trans, não binário e outros.

No abrigo emergencial foram acolhidas 60 pessoas das seguintes nacionalidades: Venezuela 32%, Colômbia 13%, Haiti 8%, Afeganistão 7%, Alemanha 5%, Bolívia 5%, Angola 5%, Argentina 4%, Brasil 4%, Nigéria 4%, Peru 4%, Ucrânia 3%, Bulgária 1%, Cuba 1%, França 1%, Marrocos 1%, Portugal 1%, Uruguai 1%. A percentagem referente ao Brasil corresponde aos membros menores de algumas famílias que

nasceram no Brasil, e a porcentagem referente à França corresponde ao departamento ultramarino insular francês de Martinica.

No critério de gênero das pessoas acolhidas apresentam-se as seguintes porcentagens por categoria: masculino 67%, feminina 27%, trans 3%, em branco 2%, outros 1%. No critério de pessoa com deficiência apresentam-se as seguintes porcentagens por categoria: não é pessoa com deficiência 47%, sim, é pessoa com deficiência 7% e sem resposta 46%.

No abrigo foram acolhidas dez crianças ao todo, das quais seis foram declaradas pelos maiores responsáveis com gênero masculino e quatro foram declaradas pelos maiores responsáveis com gênero feminino.

No critério de Regularização Migratória das pessoas acolhidas apresentam-se as seguintes porcentagens por categoria: sem resposta 42%, solicitantes de refúgio 18%, residência permanente 17%, sem regularização migratória 10%, residência temporária 8%, visto de turista 4%, brasileiro 1%. Na categoria sem resposta, que é a mais elevada, é pertinente explicar que não foi obrigatório responder essa pergunta no processo de acolhimento.

A sala de inclusão digital teve 51 usuários das seguintes nacionalidades: Venezuela 43%, Colômbia 12%, Argentina 8%, Haiti 8%, Brasil 6%, Angola 4%, Nigéria 4%, Alemanha 2%, Bolívia 2%, Chile 2%, República Democrática do Congo 2%, Gâmbia 2%, Peru 2%, Ucrânia 2% e Uruguai 1%. A categoria Declaração de Raça apresenta: sem resposta 55%, negra 20%, parda 13%, branca 8%, indígena 4% e no relacionado com a categoria de gênero: masculino 55%, feminino 41%, trans 4%. Destaca-se que nesses valores não estão contemplados os dados das oficinas e eventos especiais desenvolvidos na sala.

Aconteceram 847 acessos com as seguintes finalidades e suas porcentagens: lazer 55%, estudo 15%, contato com a família 11%, procura de cursos 7%, contato com advogadas e assistentes sociais 5%, elaboração de currículo ou LinkedIn 3%, procura por vagas de emprego 2%, impressão de documentos e acesso banco on-line 2%. Para finalizar, é importante destacar que nos critérios de uso dos computadores estabelecidos no formulário da coleta de dados da sala não estava especificada realização de trâmites para a regularização migratória, já que esses trâmites on-line se desenvolveram junto com os profissionais da assistência sociojurídica na sala de atendimentos ou na sala de inclusão digital, mas na assessoria do profissional da assistência CRAI.

Destaca-se que só nos formulários da sala de inclusão digital foi contemplada a categoria de autodeclaração de raça e nos relatórios da assistência sociojurídica.

Aconselha-se que essa categoria merece ser contemplada em todos os futuros formulários do CRAI para possibilitar a elaboração de importantes análises sobre o fenômeno migratório e raça dos usuários do CRAI RIO, já que o racismo estrutural que cimenta a sociedade brasileira se entrelaça com a violência da xenofobia, mas também essa questão deve estar elaborada de maneira diferenciada para a população imigrante que não se identifica com as categorias para a autodeclaração de raça propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Para finalizar a análise desses dados, é importante destacar que a maioria das pessoas beneficiárias dos serviços do CRAI é de gênero masculino. Esses dados podem sugerir que de fato as mulheres estão migrando com maior frequência do que nas décadas anteriores, mas por conta da violência de gênero, sua migração desenvolve-se com estratégias de proteção e cuidado preferivelmente em contextos domésticos entre redes de conhecidos, amigos ou familiares. O CRAI RIO, enquanto instituição, teve especial consideração para que o atendimento fosse acolhedor para todas as mulheres e pessoas LGBTQTs, implementando políticas de funcionamento com uma perspectiva de gênero.

Principais destaques do funcionamento no primeiro trimestre

O primeiro trimestre esteve atravessado pelas dinâmicas da organização da documentação, do treinamento das/os servidoras/es, implementação de protocolos de segurança e redução de riscos, da criação de formulários para coleta de dados e o cotidiano do ingresso dos usuários, solução de problemas estruturais na infraestrutura física do CRAI e a mudança do coordenador e assistente de coordenação. Vale destacar que a mudança do coordenador já estava contemplada desde o início do projeto em dezembro, sem que houvesse uma ruptura com os processos já iniciados desde janeiro, e no final do segundo trimestre mais duas mudanças ocorreram no quadro de servidores com a saída de uma assistente social e contratação imediata de outra profissional e a promoção da cuidadora de crianças para agente social.

É importante destacar que o verão carioca também marcou a procura dos serviços do CRAI, já que os serviços de assistências sociojurídicas tiveram pouca demanda, se comparados com o serviço de acolhimento, que foi o mais procurado. O contexto anterior permite fazer a seguinte dupla análise: (a) a iminente necessidade do serviço do abrigo emergencial para a população refugiada, imigrante e apátrida, que já está há algum tempo morando na cidade e que está em situação de extrema

vulnerabilidade, (b) o verão e o carnaval atraem muitos turistas e imigrantes com a ideia de que o Rio de Janeiro é uma cidade acolhedora, e alguns deles decidem ficar.

Outro fator que marcou o primeiro trimestre ocorreu no pós-carnaval: um inconveniente com a contaminação da caixa de água limpa com a água de reúso do prédio; essa situação levou a: (a) conseguir vagas para as pessoas abrigadas e ser alocadas nos abrigos da Prefeitura, (b) desmarcar todos os eventos programados, (c) deslocar os trabalhos da equipe para *home office*, (d) construção de estratégia de suplemento temporal de banheiro e chuveiros enquanto a obra da Prefeitura era finalizada.

Nesse trimestre, a coordenação e os profissionais de assistência sociojurídica iniciaram o delicado trabalho de construir a rede interinstitucional de articulação política e cuidado de casos; os contatos mais frequentes foram com: (a) Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – contato para encaminhamento de casos, (b) OIM – ONU (IOM, United Nations) – contato para desenvolvimento das atividades profissionais; treinamento profissional em janeiro; contato para estabelecimento de vínculos com a Polícia Federal do Rio de Janeiro; reuniões para ideias de como aprimorar a qualidade dos serviços sociojurídicos prestados no CRA-RIO, (c) ACNUR – ONU (UNHCR, United Nations) – contato para aperfeiçoamento profissional do trabalho desenvolvido – treinamento profissional em janeiro. Também se iniciou o mapeamento de instituições para traçar parcerias de apoio ao CRAI RIO e (d) Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, que brindaram constante orientação e acompanhamento dos casos de alta complexidade

Principais destaques do funcionamento no segundo trimestre

Esse trimestre esteve marcado pela ampla procura dos serviços do CRAI, a implementação de diversos programas, a consolidação de redes interinstitucionais para a gestão de casos de alta complexidade e para a consolidação da continuidade do CRAI após a finalização do acordo entre a Secretaria Especial de Cidadania e a CORE BRASIL, assim como o desenvolvimento de importantes eventos, cursos, reuniões e oficinas. Foi uma fase de amadurecimento dos processos criados no primeiro trimestre, na qual os profissionais estavam transitando com maior segurança na implementação dos serviços.

A aliança com a empresa Uber foi marcante para a viabilidade dos serviços prestados no CRAI por cobrir as necessidades das pessoas abrigadas, das pessoas

assistidas ou estudantes de portugueses que solicitaram esse serviço, a implementação do Programa Assistência Alimentar Cash Voucher Assistens CORE FEDEX (CVA) e para o desenvolvimento de eventos.

Ao longo do segundo bimestre do ano, o CRAI acolheu o desenvolvimento de cursos, oficinas, eventos e recebeu importantes visitas e convites para continuar a articulação interinstitucional do CRAI RIO. Recebeu-se a visita dos representantes de USAID e Organização Internacional para as Migrações OIM para América Latina, o representante do ACNUR Brasil, o Secretário de Cidadania da Prefeitura do Rio de Janeiro, a organização Aldeias Infantis SOS Brasil, o Consulado do Peru no Rio de Janeiro, a ONG Panahgah Brasil, a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério Público Federal. Também foram recebidas as vistas dos grupos de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, grupo de pesquisa Diapostics UFRJ e grupo de pesquisa e extensão Debates Pós-coloniais UFRJ.

Entre os cursos, oficinas e eventos sediados no CRAI, destacam-se:

Em parceria com a empresa Toti Diversidade, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Secretaria Especial de Cidadania, nos dias 15 e 29 de abril e 6 de maio, aconteceram as formações com foco em empregabilidade no setor TI para refugiados e imigrantes.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania e ACNUR, na realização do I Encontro Presencial de Refugiados Empreendedores no Rio de Janeiro. O evento aconteceu em 15 de junho, com a presença do representante do ACNUR no Brasil, Davide Torzilli, foram realizadas palestras e roda de conversa sobre temas de empreendedorismo, como marketing digital, formalização, finanças e microcrédito, além da apresentação da plataforma on-line <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/>, que reúne produtos e serviços de pessoas refugiadas em todo o Brasil. E em parceria com o SEBRAERJ, na terça-feira, 13 de junho, aconteceu o Curso de Capacitação e Formação Empreendedora.

Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, a Associação Mawon, Pares Cáritas e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi desenvolvida a Capacitação e Fortalecimento de Promotores Comunitários Migrantes e Refugiados no Rio de Janeiro no mês de maio e junho.

O CRAI também abriu as portas para a Associação Mawon realizar, em parceria com a Universidade Estácio de Sá, a doação de computadores para lideranças migrantes da cidade do Rio de Janeiro.

Em parceria com o grupo que organiza o evento Rota de Direitos, no mês de junho aconteceu no CRAI a reunião preparatória para o evento e no sábado 24 de junho aconteceu o evento, no qual foram recebidas 120 pessoas.

A coordenação do CRAI também foi convidada para representar o espaço em diferentes reuniões e eventos com a finalidade de estreitar os laços de trabalho interinstitucional com as Secretaria Municipal de Assistência Social – Coordenação de Alta Complexidade e a articulação setorial com o CAP10, especificamente com os Centro POP e o CREAS Simone de Beauvoir. Também fomos convidados a integrar o Fórum Interinstitucional de População de Rua CAP 10, e o tema central da reunião desse fórum em junho foi a pauta imigrante.

Também se receberam convites para apoiar o processo de cuidados de casos de alta complexidade entre diversas organizações da cidade, como a reunião sediada pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo da PUC-Rio, para analisar estratégias de acolhimento do fluxo da população afegã chegando com maior intensidade no Rio de Janeiro. E, por último, destaca-se o convite para participar do debate político sobre a construção de políticas públicas de acolhimento da população LGBTI imigrante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro; na Audiência Pública convocada pela vereadora Mônica Benício debateu-se a situação do encerramento do abrigo na Tribuna Marielle Franco. Esse debate, como também os debates desenvolvidos no COM-
PARM, destacaram a iminente necessidade da reabertura do abrigo em parceria com a Secretaria de Assistência Social para a construção de espaços diferenciados de acolhimento para imigrantes, refugiados e apátridas.

No mês de abril (12), a gestão da CORE BRASIL teve uma reunião com o vice-secretário da Secretaria Especial de Cidadania para desenhar a transição do CRAI para o segundo semestre de 2023. No início do mês de junho (7), vendo que não se tinha publicado o edital de chamamento para a contratação de uma organização que assumiria a nova gestão do CRAI, a CORE Brasil ofereceu fazer um adendo financiado pela Prefeitura de no máximo um mês da equipe para evitar o encerramento do espaço. No dia 15 de junho, a CORE Brasil foi informada da impossibilidade da Secretaria Especial de Cidadania SECID de fazer esse adendo.

Pela decisão da Secretaria Especial de Cidadania (SECID) da Prefeitura do Rio de Janeiro de encerrar as atividades do abrigo no dia 30 de junho, esse mês concentrou-se no acompanhamento dos desligamentos das pessoas abrigadas. Os esforços foram direcionados para o encerramento das atividades e a oferta de serviços. É possível relatar a considerável diminuição de conflitos entre as pessoas abrigadas nas

dependências do Centro, mas se manteve a dificuldade enfrentada pela equipe em conduzir os desligamentos de maneira fluida, uma vez que as pessoas abrigadas apresentavam resistência para sair do espaço por motivos diversos. O dia 28/06/2023 foi a data da última saída, ou seja, na última semana das atividades. A equipe técnica do CRAI como um todo deu suporte às demandas, contribuindo com relatórios técnicos encaminhados à Coordenação de Alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro para a solicitação de vagas para os abrigados do CRAI e também articulando com a ONG Panahgah a partir de um convite a uma visita técnica ao CRAI, reunião sobre o caso de uma família de nacionalidade afegã, abrigada no CRAI, a qual no dia 30/06/2023 foi acolhida por essa organização para realizar seu processo de assentamento a longo prazo.

Nesse período, destaca-se o trabalho em dois processos de interiorização iniciados em abril até que foi concretizado no último mês da gestão da CORE. O primeiro foi da menor, que tinha o progenitor abrigado no CRAI, e o segundo caso foi de seu companheiro que chegou ao Rio de Janeiro na última semana do mandato da CORE no CRAI; ambos foram encaminhados para abrigos da Prefeitura do Rio de Janeiro por causa do fechamento do abrigo.

Entretanto, é lamentável o fechamento do abrigo para pessoas migrantes na cidade do Rio de Janeiro, espaço que os protegeu da xenofobia e lhes ofertou a recepção por pessoas também migrantes e falantes de diversas línguas, uma vez que a equipe também era composta, em sua maioria, por pessoas migrantes, fator fundamental para o trabalho com migração.

Considerações finais: análise dos processos de funcionamento e recomendações

1 Análise dos processos de funcionamento interno

Inicialmente, o mês de janeiro de 2023, por ser caracterizado como o primeiro mês de funcionamento do CRAI, foi marcado pela criação de protocolos através de erros e acertos, já que a existência de um abrigo nas instalações demanda muito mais energia, tempo e envolvimento de toda a equipe. O primeiro aprendizado foi o entendimento de que as pessoas que chegam nos abrigamentos são atravessadas por diversas demandas, como assistência jurídica, social, econômica, médica, de estudos, psicológica e de empregabilidade. Inclusive, tais demandas desdobram-se

em outras quando da dificuldade de acesso a direitos, e justamente por esse motivo cada pessoa abrigada acaba sendo atendida diversas vezes por quem a atendeu inicialmente. Somando-se também as demandas espontâneas que surgem por questões da vida, pois diferente do assistido que volta para sua casa e quando possui alguma questão resolve com a sua rede, a existência do abrigo juntamente com o atendimento coloca-nos como essa rede, e essas demandas precisam ser cuidadas. Desde o início se apresentou como um desafio contabilizar esses atendimentos, inclusive pela dinâmica das urgências diárias.

Os protocolos de atendimento para casos do abrigo mostraram-se muito necessários, principalmente no que envolve situações com crianças. É indispensável construir junto com outras secretarias e instituições alguns fluxos e protocolos quando da ocorrência envolvendo crianças dentro dos processos de abrigo e assistência.

Com relação ao diálogo, ele vem se mostrando indispensável para manejar conflitos diários no CRAI, tanto no abrigo como na assistência, a coordenação sempre disponível e com habilidade para manejar conflitos. O atendimento multiprofissional tem se mostrado importante no acompanhamento de casos mais sensíveis e complexos. Como dito acima, pessoas em situação de abrigo são atravessadas por diversas demandas, precisando ter seu caso analisado de forma global e não apenas por uma única área de conhecimento. Nesse sentido, esses atendimentos têm se mostrado muito profícuos em dois aspectos: tanto por permitir um olhar multiprofissional, gerando troca e discussão de caso – o que é vital –, como também por reduzir a exposição do assistido a ter que narrar sua dor inúmeras vezes, ainda mais se observarmos o aumento do volume de casos complexos de pessoas que já passaram por instituições que negligenciaram sua situação. Por diversas vezes conseguiu-se construir soluções debatendo após o atendimento.

Sobre casos mais desafiadores que tiveram bons resultados, foram todos. Deve-se elogiar o entrosamento entre quase a totalidade da equipe e o diálogo aberto com os coordenadores e direção, sempre dispostos a solucionar as questões que surgiam, independente do desafio, mas com empatia e acolhimento; foi diferencial do CRAI Rio ter uma equipe extremamente comprometida e preparada com o acesso a direitos de cada usuário.

O Programa CVA Fedex CORE destacou-se por vários motivos: (a) ser um programa construído em articulação com a equipe da Core especializada em CVA e a equipe que trabalha no Brasil com um amplo conhecimento no trabalho com co-

munidades no Brasil, o que fez com que fosse um programa com instrumentos e processos não importados; (b) a constante revisão do material produzido em consonância com os conhecimentos de todo o grupo de assistentes sociais que implementaria o programa; (c) a vinculação de processos tecnológicos de processamento de informação sobre as ferramentas elaboradas; (d) o incremento da procura por serviços do CRAI e (e) o aumento da quantidade de atendimentos por parte do setor de Assistência Social. As recomendações para melhorar os processos são duas: (a) revisar o formulário PDM e (b) analisar e entregar cartões de débito também pode ser uma opção, já que muitas pessoas beneficiadas preferiram vender o cartão por um valor menor, especialmente as pessoas que estiveram abrigadas.

O convênio da CORE com a Uber possibilitou garantir mobilidade de qualidade para as pessoas usuárias do CRAI RIO.

Os processos com a Secretaria Especial de Cidadania poderiam ter se aprofundado na construção de uma transição dos serviços de maneira mais articulada. Se essa articulação tivesse se tecido previamente, poderia ter se dado continuidade a outros serviços, além dos serviços de assistência social, assistência jurídica e aulas de português. Nos meses de abril, maio e junho foram desenvolvidos processo de empregabilidade, empreendimento e fomento à cultura para a população imigrante da cidade; essas experiências poderiam ter continuado, e para isso recomendada a criação de um programa no CRAI focado na renda desde as três estratégias (empregabilidade, empreendimento e fomento à cultura).

2 Análise do trabalho interinstitucional

Nesse sentido, houve a necessidade de elaborar termos para as dinâmicas do abrigo, além do comprovante de residência com carimbo – tão exigido – como também a criação de encaminhamentos realizados dentro do CRAI por escrito, visando uma melhor compreensão dos órgãos, mostrando-se de extremo valor e importância por ter o respaldo de uma instituição por trás da demanda, fazendo-os compreender que o assistido não está sozinho, além de possibilitar explicar exatamente a informação que é importante naquele momento. Porém, mesmo assim, alguns órgãos continuam criando barreiras; por isso ressalta-se o papel fundamental do acompanhamento realizado pela profissional agente social na Polícia Federal, na Caixa Econômica Federal e outras instituições para fazer mediação intercultural dos casos de alta complexidade. Justamente por ser comum alguns assistidos estarem demasiadamen-

te fatigados frente às dificuldades de se documentar, não conseguindo compreender e transmitir o que exatamente ocorreu no momento de comparecimento nos agendamentos na Polícia Federal, CRAS, CREAS ou outras instâncias.

No que diz respeito às redes, tendo em vista as dificuldades diárias com os órgãos competentes e consulados, o CRAI construiu essa rede que permitiu resolver vários casos complexos, acessando contatos que aos poucos os membros da equipe foram socializando e outros que se trocaram nas apresentações do CRAI. É quase impossível resolver casos complexos sem contatos, porque a dinâmica dos órgãos é de burocracia e lentidão; então só existem dois caminhos para superar esse sistema e fazer os assistidos acessarem seus direitos: ou se estabelece uma rede de contatos, ou se judiciariam os casos, o que na experiência desses seis meses de funcionamento do CRAI, a última solução carrega uma grande espera.

Deixamos como sugestão aproximar-se das instâncias federais com o Ministério da Justiça MJSP, porque tudo o que diz respeito à naturalização vem descumprindo todos os prazos há anos, causando imensa frustração dos assistidos. Foi complicado dar entrada na naturalização; também é pertinente continuar construindo as relações com os consulados das nacionalidades mais recorrentes, como Colômbia, Peru, Argentina, Alemanha e Canadá – já se iniciou esse processo.

Outro avanço positivo que se teve foi a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a participação no Fórum Inter para a população em Situação de Rua CAP 10 e presença da Unidade Básica de Saúde José Messias com a disponibilidade e visitas dos agentes de saúde no espaço, já que as pessoas em situação de abrigo costumam chegar com questões de saúde por vezes negligenciadas; nesse sentido, com essa articulação caminhou-se muito bem na garantia do acesso ao direito à saúde.

3 Advocacy CRAI RIO

A CORE Response é uma organização internacional do terceiro setor que trabalha com pessoas locais ligadas aos processos comunitários, sem pretender incidir no processo da construção das políticas públicas do território onde trabalha. Seu objetivo é apoiar a institucionalidade para conseguir implementar as políticas públicas.

As pessoas que formaram a equipe da Core Brasil fazem parte de diversos processos comunitários de imigrantes e refugiados da cidade do Rio de Janeiro; algumas delas estão articuladas com o movimento social de migrantes ou outras organi-

zações, coletivos em defesa do direito a migrar dignamente e ter um processo de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro adequado e seguro, orientado por processos interculturais de integração. Alguns desses servidores, antes de começar a trabalhar no CRAI RIO, já eram assistentes nas reuniões do Comitê Intersetorial Municipal de Políticas de Atenção a Refugiados, Imigrantes e Apátridas do Município do Rio de Janeiro (COMPARM) e do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ).

Importante destacar que ter pessoas imigrantes ou refugiadas nos serviços de ponta – e alguns deles eram pessoas reconhecidas como lideranças e militantes do movimento de imigrantes no Brasil – fez com que a construção e implementação do CRAI acontecesse carregada da transversalidade dos processos e experiências pessoais e políticas desses imigrantes e refugiados servidores, fortalecendo a construção dos processos de atendimento e a construção da rede para o cuidado de casos e para a articulação interinstitucional. Constantemente se destaca na fala das pessoas assistidas e acolhidas a empatia e a humanidade nos processos de atendimento e pertinente preparação da equipe para argumentar com as diversas instâncias interinstitucionais na construção e cuidados dos casos, exigindo a implementação e o acesso aos direitos das pessoas apátridas, refugiadas e imigrantes em diversos serviços públicos.

Para encerrar, é indispensável frisar a importância do serviço de acolhimento feito pelo abrigo emergencial durante os seis meses de funcionamento. A cidade do Rio de Janeiro tem tido, ao longo de sua história, diversos processos de acolhimento para a população imigrante, refugiada e apátrida na cidade do Rio de Janeiro. Começando com a hospedaria estatal da Ilha das Flores e, nos dias de hoje, as Aldeias Infantis SOS, uma organização global com incidência local que, no Rio de Janeiro, está localizada no Itanhangá e, nesse momento, faz acolhimentos exclusivos para a população venezuelana que chega ao Rio de Janeiro pelo processo de interiorização do Governo Federal.

O Abrigo emergencial do CRAI RIO, por ser um equipamento híbrido, que acolhia todos os tipos de *status* migratório, todas as nacionalidades, todas as declarações de gênero e não fazia distinção quanto a se a pessoa estava recém-chegada ou se já era moradora da cidade, trouxe um alívio significativo para essa antiga e contundente demanda da população refugiada, imigrante e apátrida. Mas, ao encerrar as atividades do abrigo emergencial no dia 30 de junho de 2023, novamente a Prefeitura do Rio de Janeiro ficou devendo esse serviço. Será fundamental que as organizações internacionais que trabalham na área de migrações, o Governo do Estado do

Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal possam apoiar a mediação entre a Secretaria Especial de Cidadania e a Secretaria de Assistência Social para que o CRAI RIO volte a oferecer um acolhimento diferenciado para a população refugiada, imigrante e apátrida do município do Rio de Janeiro. E também se inicie o processo de construção da política pública para garantir assentamento seguro após abrigo.

Referências

ACNUR. ACNUR apoia abertura de Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes no Rio de Janeiro. Publicado em: 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/01/18/acnur-apoia-abertura-de-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 out. 2023.

Agência Brasil. Centro de referência para refugiados começa a funcionar no Rio; o atendimento será feito em imóvel cedido pela prefeitura. 07 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/centro-de-referencia-para-refugiados-comeca-funcionar-no-rio>. Acesso em: 24 out. 2023.

Brasil de Fato. Rio de Janeiro cria primeiro centro de acolhimento e cidadania para imigrantes na cidade. Publicado em: 07 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/07/rj-cria-primeiro-centro-de-acolhimento-e-cidadania-para-imigrantes-na-cidade>. Acesso em: 7 out. 2023.

Caminhos do Rio. CRAI-Rio vai mapear situação de imigrantes e refugiados que trabalham como ambulantes. Publicado em: s.d. Disponível em: <https://www.caminhosdorrio.net/site/noticias/crai-rio-vai-mapear-situacao-de-imigrantes-e-refugiados-que-trabalham-como-ambulantes/>. Acesso em: 7 out. 2023.

Diário do Porto. Imigrantes têm centro de apoio da Prefeitura na Gamboa. Publicado em: 09 jan. 2023. Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/imigrantes-tem-centro-de-apoio-da-prefeitura-na-gamboa/>. Acesso em: 2 out. 2023.

Diário do Rio. Rio inaugura Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes. Disponível em: <https://diariodorio.com/rio-inaugura-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes/>. Acesso em: 2 out. 2023.

GB News. Hoje, “Dia do Refugiado”, tem sarau artístico no CRAI RIO. Publicado em: 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gbnews.com.br/single-post/dia-do-refugiado-tem-sarau-art%C3%ADstico-no-crai-rio>. Acesso em: 2 out. 2023.

O Dia. Centro da prefeitura para imigrantes e refugiados atende a diversidade e promove inclusão. Publicado em: 01 maio 2023, 08:34. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio->

de-janeiro/2023/05/6621576-centro-da-prefeitura-para-imigrantes-e-refugiados-atende-a-diversidade-e-promove-inclusao.html. Acesso em: 2 out. 2023.

O Dia. Refugiados criticam fim de abrigo e incerteza sobre centro inaugurado em janeiro. Publicado em: 28 jun. 2023, 16:54. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/06/6661312-refugiados-criticam-fim-de-abrigo-e-incerteza-sobre-centro-inaugurado-em-janeiro.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

O Estrangeiro.org. CRAI-RIO encerra etapa fundacional com grandes conquistas e inicia novo período com desafios. Publicado em: 10 jul. 2023. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2023/07/10/crai-rio-encerra-etapa-fundacional-com-grandes-conquistas-e-inicia-novo-periodo-com-desafios/>. Acesso em: 3 out. 2023.

O Globo. Rio inaugura amanhã primeiro Centro de Atendimento a Imigrantes. 06 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/rio-inaugura-amanha-primeiro-centro-de-atendimento-a-imigrantes-11258390.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

OIM. Rio de Janeiro inaugura seu primeiro centro especializado de atendimento a migrantes com apoio da OIM. 09 jan. 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/rio-de-janeiro-inaugura-seu-primeiro-centro-especializado-de-atendimento-migrantes-com-apoio-da-oim>. Acesso em: 11 out. 2023.

Portal G1. Rio inaugura 1º centro de atendimento para imigrantes. Publicado em: 07 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/07/rio-inaugura-1o-centro-de-atendimento-para-imigrantes-paes-admite-que-nao-sabia-do-problema-ate-a-morte-de-moise.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

Prog Plural. Direitos humanos para refugiados e imigrantes. Emitido em: 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kdo14Eb1TOs&t=1057s>. Acesso em: 10 out. 2023.

Rio de Janeiro, Prefeitura. Prefeitura inaugura Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes no Rio. 07 jan. 2023. Atualizado em 09 jan. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidadania/prefeitura-inaugura-centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-no-rio/>. Acesso em: 2 out. 2023.

Tupi FM. Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes é inaugurado no Rio. 07 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tupi.fm/sentinelas/centro-de-referencia-e-atendimento-para-imigrantes-e-inaugurado-no-rio/>. Acesso em: 17 out. 2023.

TV Band Rio. Dia mundial dos refugiados: ONU pede por mais solidariedade e inclusão. Emitido em: 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EvEHoyHYVo8>. Acesso em: 2 out. 2023.

Autores e organizadores

Adel Bakkour é refugiado sírio naturalizado brasileiro, ativista do movimento social de migrantes do Brasil, delegado para a II COMIGRAR, eleito pelo Estado do Rio de Janeiro. Ex-coordenador do CRAI RIO, ex-pesquisador de Oriente Médio no grupo Geocorrente pela Escola de Guerra Naval. Graduação em Relações Internacionais e Defesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7345642928049229>

E-mail: adelbakkour9@gmail.com

Angelita Alves de Carvalho é pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), atuando diretamente no programa de Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas. Integra o corpo de professores permanentes do programa de Mestrado e Doutorado em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista PQ2 de produtividade CNPq. Doutorado em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG, mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE e graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3909776080735271>

E-mail: angelita.carvalho@ibge.gov.br

Catalina Revollo Pardo é imigrante colombiana, ativista do movimento social de migrantes do Brasil, delegada para a II COMIGRAR, eleita pelo Estado do Rio de Janeiro. Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-coordenadora do CRAI RIO. Doutorado e Pós-Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1976265962317059>

E-mail: carevollo@gmail.com

Duval Magalhães Fernandes é pesquisador do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações Socius do Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG da Universidade de Lisboa, Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Economia, bolsista de produtividade CNPq. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Doutorado no Instituto Universitario de Investigación Ortega Y Gasset da Universidad Complutense de Madrid.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5695745490223689>

E-mail: duval@pucminas.br

Elis Regina Barbosa Angelo é professora do Departamento de Administração e Turismo e do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ. Atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ. Pesquisadora das áreas de História, Sociedade, Patrimônio Cultural e áreas afins. Líder do Núcleo de Pesquisa em Patrimônio e Memória – NUPAM, membro do Laboratório de Estudos Etnicidade, Racismo e Discriminação – LEER/USP. Faz parte do grupo RED de Patrimônio com parceria entre México e Chile e do grupo de estudos do sul – Nudisur – Chile. Possui Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialização em Administração Hoteleira pelo SENAC-SP. Mestrado em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero-Americano. Graduação em História pela UCP – Petrópolis.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2597395193689428>

E-mail: elis@familiaangelo.com

Gisele Maria Ribeiro de Almeida é mãe, migrantóloga e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1603247215361238>

E-mail: giselealmeida@id.uff.br

Gislene Santos é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Estudos em Espaço e População (GePoP), onde desenvolve pesquisa sobre as redes de organização e políticas migratórias na América Latina com auxílio do CNPq. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5549210471758310>
E-mail: gislenesantos@igeo.ufrj.br

Gustavo Junger da Silva é coordenador da Coordenação Técnica do Censo Demográfico (CTD/DPE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisador Associado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) e do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Doutorado, Mestrado, Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialização em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1722037376693392>
E-mail: gustavojungerdasilva@gmail.com

Helion Póvoa Neto é professor associado do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Estágio Pós-Doutoral no Centro Studi Emigrazione Roma e no Scalabrinian International Migration Institute em Roma, Itália. Pesquisador Associado e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3596982026372244>
E-mail: helionpovoaneto@gmail.com

Isis do Mar Marques Martins é professora adjunta da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Estágio pós-doutoral em políticas migratórias

no IPPUR – UFRJ (RJ), em mobilidade residencial e geografia da família no PPGG – UFES (ES) e políticas habitacionais e população no PPEUR – UFRN (RN). Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM).
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7034285465734356>
E-mail: isismartins@ufpa.br

Maria Catarina Chitolina Zanini é professora titular no Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria, antropóloga, pesquisadora da imigração italiana no Brasil e também da migração dos brasileiros para a Itália. Bolsista PQ2 de produtividade CNPq. Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), membro do Instituto Histórico de São Leopoldo e da Associação Brasileira de Antropologia.
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4222381114451307>
E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

Miriam de Oliveira Santos é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada e vice-coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM).
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6150444010498123>
E-mail: mirsantos@uol.com.br

Thaddeus Gregory Blanchette é professor de Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé e tradutor. Doutorado e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Graduação em Sociologia, Português e Latin American Studies pela University of Wisconsin-Madison. Pesquisador Associado do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM).
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7129575660517432>
E-mail: thaddeus.blanchette@gmail.com

Vania Beatriz Merlotti Herédia é membro correspondente da América Latina da Academia Olímpica de Vicenza e do Instituto Histórico de São Leopoldo. Doutorado em História das Américas na Universidade de Genova, com sede descentralizada

Autores e organizadores

em Turim, Pós-Doutorado em História Econômica pela Universidade de Padova e pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2028194865995189>

E-mail: vbmhered@gmail.com



Recomeçar

Em 2023, ao longo do seu lento processo de retomada das atividades presenciais pós-Covid, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) promoveu o seu VII Seminário. Tal como nos eventos anteriores, reuniu participantes de diversas instituições, do Rio de Janeiro e de outras cidades, voltados à compreensão dos processos migratórios nas mais diversas escalas e relacionados a diferentes dimensões da realidade social. O tema da pandemia, que tanto afetara os processos de deslocamento espacial nos anos anteriores, e que continuava a exercer fortes constrangimentos sociais, esteve presente, assim como as novas tendências migratórias e a reflexão sobre os processos históricos. É como um registro parcial dos trabalhos apresentados, nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2023, na ENCE/IBGE, que a presente obra se justifica. Ela atesta a vitalidade do NIEM e a disposição dos seus integrantes para, interagindo com diversas disciplinas, persistir pesquisando e refletindo criticamente sobre os desafios representados pela realidade migratória dos tempos passados, do presente e das tendências futuras que já se fazem sentir.

Helion Póvoa Neto

